

Katyuscia Kelly Catão de Sousa

SONHOS URBANOS: O PARQUE DO AÇUDE NOVO E A (RE)CONSTRUÇÃO DA “ALMA” CAMPINENSE — CAMPINA GRANDE — (1969-1976)



O livro tem como objetivo historicizar as transformações urbanas no início dos anos 1970, em Campina Grande, PB, entendendo a construção do Parque do Açude Novo, hoje Parque Evaldo Cruz, como representação da cidade sonhada e das cidades temidas por aqueles que o projetaram. Em companhia dos conceitos da História Cultural do Urbano e amparada por documentos oficiais, códigos de posturas, crônicas e jornais, procuramos mergulhar nas águas nebulosas daqueles anos, mergulho denso na ambivalência de tempos que se cruzam e se embaralham num mesmo tempo, tornando-se outros tempos. Foi então no estudo das transformações, dos múltiplos de sentidos numa espacialidade específica da cidade que procuramos conhecer um pouco mais de suas histórias, vivências e sonhos.



SONHOS URBANOS:

O PARQUE DO AÇUDE NOVO

E A (RE)CONSTRUÇÃO

DA "ALMA" CAMPINENSE

— CAMPINA GRANDE —

(1969-1976)

KATYUSCIA KELLY CATÃO DE SOUSA

SONHOS URBANOS:
O PARQUE DO AÇUDE NOVO
E A (RE)CONSTRUÇÃO
DA “ALMA” CAMPINENSE
— CAMPINA GRANDE —
(1969-1976)



Campina Grande, PB

2016

S725s Sousa, Katyuscia Kelly Catão de .
 Sonhos urbanos : o Parque do Açude Novo e a (re)construção
 da alma campinense Campina Grande (1969-1976) / Katyuscia
 Kelly Catão de Sousa. — Campina Grande: EDUFCG, 2014.
 172 p.

ISBN: 978-85-8001-127-2

1. Campina Grande - História. 2. Parque do Açude Novo.
3. Sonhos Urbanos. I. Título.

CDU 94(813.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – EDUFCG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. José Edilson Amorim
Reitor

Prof. Vicemário Simões
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Viviana Sousa Ramos
Editoração Eletrônica

Yasmine Lima
Capa

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Arisdélia F. M. A. Feitosa (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Leandro Cavalcanti de Araújo (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCTA)
Onaldo Guedes Rodrigues (CSTR)
Rogério Humberto Zeferino(CH)
Valéria Andrade (CDSA)

*Para Alarcon, Artur, Tiago e Camila,
paisagem onde repouso meu olhar com encanto e amor.
Para meus pais, que sempre sonharam com as melhores paisagens para mim.*

AGRADECIMENTOS

O texto deste livro foi produzido, inicialmente, como Dissertação de Mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Agradeço àqueles que me ajudaram a realizar aquele sonho: minha família; meus amigos; o Museu Histórico de Campina Grande; o Jornal da Paraíba; o meu orientador, Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza; as bancas de qualificação e de defesa (Profs. Drs. Keila Queiroz e Silva; Maria Jackeline Feitosa Carvalho e Antonio Paulo Rezende); os professores e funcionários do PPGH; à CAPES.

É DE SONHO E DE PÓ...

Iranilson Buriti

Sonho e pó. A canção Romaria, de Elis Regina, inspira-me a iniciar este prefácio de um livro confeccionado por sonhos, por desejos e por projetos. Livro que nasceu da “romaria” da autora em busca de arquivos, de imagens que desenharam a cidade de Campina Grande nas décadas de 60 e 70 do século passado, por crônicas que apresentaram ao leitor uma cidade possível, artigos jornalísticos que representaram os sonhos, as aspirações políticas, as inquietações campinenses. Livro-texto que traduz as “romarias” de uma pesquisadora que andou, correu, buscou os altares-arquivos em busca de documentos que leram e que davam a ler muitas Campinas, que “rezavam” a cidade e a construíam como um monumento-documento. Documentos que, tais quais as velas das romarias, iluminam “a mina escura e funda” da pesquisa histórica.

Dentre as cidades possíveis tecidas pelos documentos, Kelly Catão escolheu uma Campina Grande para narrar, para apresentar ao leitor. Assim como o fragmento da letra da canção de Elis Regina, a cidade narrada por Kelly Catão também é feita de sonhos e de pó. De grandes sonhos, de muitos pós. Cidade construída pelo concreto, mas também pelas subjetividades marcadas em cada espacialidade, em cada tijolo que edifica os sonhos, em cada pó que dificulta as leituras dos andantes, dos passantes, dos caminhantes do Açude Novo.

O trabalho escrito por Katyuscia Kelly Catão de Sousa, fruto de pesquisas junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, possui relevância temática, ao abordar a espacialidade do Açude Novo e as reconfigurações da “alma campinense”. A autora, de uma forma versátil, apresenta a historicidade e as múltiplas feições/paisagens do espaço onde se construiu o Parque Evaldo Cruz no centro da cidade. Debruça-se sobre uma grande quantidade de fontes, dentre as quais crônicas, notícias de jornais, obras de cunho historiográfico, inventários e outras textualidades que elaboram representações sobre o Açude Novo.

O livro discute de uma maneira bastante sensível o planejamento urbano campinense nos anos 60 e 70 do século XX, os ambientes de disputas em torno da cidade, compreendendo-os como “marcas de uma cidade sensível que um dia se impôs ao olhar, a técnica e as emoções daqueles que as traduziam em imagens” (PESAVENTO, 2007). Imagens de pó, de sonhos, de emotividades.

Texturas criadas pelo planejamento urbano, mas recriadas e ressignificadas por cada andarilho do parque do Açude Novo.

Pela expressividade da discussão, este é um livro que possui grande relevância para a história e historiografia de Campina Grande e da Paraíba no diz respeito ao avanço do conhecimento histórico, tendo em vista a inovação temática, a qualidade textual, o diálogo com a historiografia sobre cidade, a metodologia empregada na pesquisa e os novos problemas urbanos abordados pela autora, tais como as transformações urbanísticas no centro de Campina Grande como reflexos dos desejos de uma parcela da população da cidade.

A grande maioria dos trabalhos, quando aborda as reformas urbanas campinenses, centra suas análises nas primeiras décadas do século XX, principalmente a década de 40, com Verniaud Wanderley. Nesse sentido, o texto de Katyuscia Kelly Catão de Sousa avança em termos de conteúdo, temporalidade e referencial metodológico, discutindo o final dos anos 60 e o início dos anos 70. Portanto, é um texto que contribui para o avanço do conhecimento não somente da área de história, mas também das áreas de arquitetura e urbanismo, geografia urbana, sociologia dos espaços e história local. Convido-lhes, prezado leitor, para iniciar esta aventura pelo Parque Evaldo Cruz, lendo o livro em apreço e compartilhando com a autora os seus sonhos e desejos de cidade.

*Há alguma diferença, pensando bem, entre ter um sonho ou fazer um
sonho.*

Eu fiz um sonho.

José Eduardo Agualusa

SUMÁRIO

DO MEU ENCANTO SOBRE A CIDADE E A PESQUISA

15

CAPÍTULO I – ÁGUAS PASSADAS

33

CAPÍTULO II – SALVANDO ALMAS

61

CAPÍTULO III – CONCRETIZANDO SONHOS

111

OS MERGULHOS SEM FIM

163

FONTES E BIBLIOGRAFIA

169

DO MEU ENCANTO SOBRE A CIDADE E A PESQUISA

Uma dimensão da cidade arrasta meu olhar: sua capacidade de se metamorfosear, de mudar suas feições. As múltiplas maneiras de um mesmo lugar se mostrar tantos outros, seja ao mesmo instante, em períodos distintos do dia ou ao longo de muitos anos. Isso produz em mim, um verdadeiro encanto.

A maioria das cidades surgiu sem que para isso houvesse qualquer tipo de planejamento, casas e ruas sendo construídas, muitas vezes, seguindo o desenho e a irregularidade da natureza do lugar e as vicissitudes das ocupações.¹ Muitas delas passaram por alguma intervenção urbana planejada, as feições e os sentidos de determinados espaços, sendo em grande dimensão, pensadas por especialistas. A produção histórica desses lugares são sonhos, encontros, planos, cimento, movimento, vazios, desencontros, poderes, amores, risos, choros, medo, tensões, esperanças, desejos. Espaços são vidas. Espaços, sendo história, são efêmeros, mutáveis, instáveis, sempre ambíguos na sua significação e no seu esvaziamento, na sua existência e na sua condição de sonho.²

Um espaço, no início da década de 1970, em Campina Grande, foi visto como favorável para receber outros contornos, outras feições, outros sentidos. O Açude Novo, para muitos, esvaziado de sentido e por isso parecia necessário dar novos sentidos àquela espacialidade. Planejou-se, então, no local em que desde há muito estava o Açude Novo um par de equipamentos de lazer: o Parque do Açude Novo e o Museu de Artes Assis Chateaubriand.

Os sonhos, o planejamento e a construção daqueles novos equipamentos se fizeram num tempo em que se dizia que a própria cidade também estava esvaziada de sentido. Dizia-se, à época, que a cidade estava sem alma e procurava-se, então, (re)encontrá-la, ou mesmo inventar novas. Queria-se uma nova Campina, sem perder de vista as glórias do passado. Em torno dessa transformação urbanística, que significou muito para a construção e reinvenção da própria identidade da cidade, muitas histórias se fizeram. Queremos entender, que lugar

1 Cf. ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

2 Cf. REZENDE, Antonio Paulo. As seduções do efêmero e a construção da história: as múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo. In. ERTZOGUE, Marina H. & PARENTE, Temis Gomes. (orgs.) **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006; SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

era aquele, o que significava para a cidade naquele momento, e o que significava desejar aquelas transformações.

Os equipamentos construídos naquele local fizeram parte de sonhos e planos de uma parcela da cidade, que resignificou uma área que, por muito tempo fora o Açude Novo e que, desde meados do século XX, se degradava aceleradamente. A transformação se fez em meio a eventos vários, de naturezas diversas, que ainda não foram explorados pela historiografia da forma que se deseja aqui.

Em particular, viveu-se naquele momento: a recepção, pela gestão municipal, de uma sensibilidade em relação à problemática urbanística marcada pela tecnocracia do regime militar; pelo planejamento das transformações urbanas, por uma vontade de disciplinamento em todas as instâncias da cidade, inclusive o lazer. O que acabou transformando uma área dita como marginalizada, e esvaziada de sentido para os administradores, numa área central para os chamados divertimentos sadios legitimados pelos poderes.

Foi do encantamento pelo Açude Novo, pelas mudanças de sentidos que aquele espaço “se permitiu”, que este livro nasceu. Nasceu da vontade, num primeiro momento, de estudar, os modos e as inventividades vivenciadas no Parque Evaldo Cavalcanti Cruz, antigo Parque do Açude Novo, antigo Açude Novo. Influenciada pelas leituras sobre as inventividades dos praticantes e as mudanças de sentidos dadas pelos vivenciadores, evidenciadas na obra de Michel de Certeau e encantada pelas minhas próprias vivências com meus filhos em espaços de lazer.³

Foi justamente percebendo a dimensão de multiplicidade de sentidos sobre aquele espaço da cidade de Campina Grande, o qual ao longo da minha vida assumiu vários sentidos em tempos distintos. Quando criança, pude contemplar, correr, brincar e me encantar com a fonte luminosa. Na adolescência, me diverti em seus contornos. Nos anos de faculdade, era o meio do caminho, ponto de contemplação na passagem para idas e vindas da universidade. Como mãe, fiz apenas uma ou duas visitas com meus filhos, pois aquele mesmo lugar não me transmite segurança para levá-los até lá. Tive medo, talvez, justamente, por faltar feições: faltava gente ali.

Seus múltiplos sentidos arrastaram meu olhar e ao longo da pesquisa o encanto foi se ampliando temporalmente. Agora não só o Parque, mas a própria

3 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

historicidade do local, com os múltiplos sentidos atribuídos àquele espaço desde a construção do Açude Novo, me atraíram.

Belo nas minhas memórias, mostrando-se descuidado na minha retina, aquele lugar mostrou-se enigmático para mim. Comecei minha pesquisa com vontade de estudar as novas formas de brincar, passear e de usar os corpos nos espaços públicos que as transformações empreendidas pela construção de tal monumento teria provocado nos corpos dos “campinenses”. Mas ao pensar nas suas feições e em seus contornos, percebi uma coisa que ainda não havia notado, apesar de passar por ali, pelo menos, cinco vezes na semana, durante os quatro anos de curso de graduação em história. O espaço se tornara meio que opaco para a cidade, um pouco invisível. Nesse momento eu ainda não sabia que era, no mínimo, a segunda vez em que ele se tornara esvaziado de sentido. A opacidade daquele espaço cedeu a um olhar que foi se treinando, tornando-se interessado a ponto de dar alguma espessura ao mesmo.

A cidade pode ser apenas vista, contemplada, sem mais. Porém há algo encantador, no ofício do historiador, ele pode ver bem mais além da cidade e dos seus espaços, das suas transformações. O historiador pode ler a cidade, isso significando que ela contém em si narrativas.⁴

O Parque Evaldo Cruz recebeu algumas reformas, nos últimos trinta anos, mas nada de significativo lhe ocorreu. É perceptível que, ali, o número de vivenciadores é cada vez menor. Nos anos 1990, a cidade recebeu outro parque, o Parque da Criança, inclusive, projetado pelo mesmo arquiteto que projetou o Parque do Açude Novo, mas com estruturas bem diferentes daquelas projetadas nos anos 1970. Em 2008, já chamado de Parque Evaldo Cruz e o Museu voltaram a chamar atenção da cidade, a partir da construção de dois Terminais de Integração Rodoviários, que seriam instalados “nas margens” do Parque Evaldo Cruz. Aquilo não só não agradou a todos, como fez emergir certa memória de vivências naquela espacialidade, o que fez gerar uma polêmica na cidade. Mas esta não seria a primeira vez que aquela espacialidade seria motivo de polêmica na cidade.

Foi a partir da leitura dos sonhos, memórias, planos e da própria construção e contornos do Parque do Açude Novo que procuramos entrar em contato

4 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____. & LANGUE, Frédérique. (orgs.) **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 09-21; _____. O mundo da imagem: território da história cultural. In: _____. et al. (orgs.) **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 99-122.

com “o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam.”⁵

O Parque do Açude Novo é entendido aqui como uma marca de historicidade, um símbolo de como se pensava e desejava representar a cidade, naqueles anos. Seria aquele equipamento uma representação simbólica da cidade, ou seja, uma evidência do sensível, na medida em que “sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído.”⁶

Pensando sobre aquela espacialidade, percebi que ao redor do Parque havia um verdadeiro complexo de divertimento para a cidade, sendo uma série de espaços de lazeres vigiados. Comecei a listar: o Parque do Açude Novo, o Teatro Severino Cabral, o Parque do Povo, o Shopping Center Campina Grande, o Museu Vivo da Ciência e o Centro Cultural Lourdes Ramalho. São seis espaços onde as vivências de lazeres vários podem ser vigiadas. Que cidade era essa, que desejava um lazer cultural, dito sadio e nada espontâneo?

Durante o curso de história, nas aulas que eu havia assistido sobre história de Campina Grande, entre outros assuntos, o que mais havia arrastado meu olhar sobre a história de Campina Grande foram as mudanças urbanísticas empreendidas por Vergniaud Wanderley, na década de 1940 – *o bota abaixo*, daquele governante, em tempos de ditadura, a sua forma autoritária amparada por um discurso de progresso e de modernização da cidade. Pude ter contado com pesquisas em torno daquela temporalidade e daquele tema, mas nada me falaram das transformações de outra área da cidade, num outro tempo, numa zona específica para o lazer. Uma pergunta não saía da minha cabeça: por que tanto investimento em lazer? Teria sido planejado? Quem teria pensado a cidade naqueles contornos?

Minhas leituras pelas dissertações e teses, não foram suficientes para satisfazer minha curiosidade. Muito se falara do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, o PDLI, dos empreendimentos do Prefeito Evaldo Cruz, com remissões ligeiras a Luiz Motta Filho, mas, para mim, havia uma lacuna. Eu queria entender aquela cidade que buscara dar novas feições a si mesma. Eu queria saber que cidade estava se querendo deixar para trás e quais cidades se desejava construir, de que cidade tinha-se medo e com quais cidades se sonhavam.

5 PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº 53, jan-jun., 2007, p. 11-23, cit. p. 16.

6 PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*, p. 20.

Eis que na minha busca em arquivos do Museu Histórico de Campina Grande, não em busca da verdade, mas em busca das motivações para a construção daqueles espaços, me “deparei” com alguns documentos, que num determinado ponto da pesquisa me levaram a achar necessário, primeiro, entender o modo de pensar dos que projetaram as novas feições para cidade, quais os embates daquele momento, sonhos e pesadelos da cidade que ao mesmo instante projetavam outras cidades. Tais documentos, eu acredito, já passaram pelas mãos de muitos pesquisadores, porém ainda não foram citados em trabalhos acadêmicos que eu tenha lido.

Dois dos documentos mudariam e reorientaram o eixo da minha escrita. Trata-se de dois Relatórios escritos pelo interventor Luiz Motta Filho. Ao ler aqueles dois documentos, chamados *Considerações Sobre a Administração no Município de Campina Grande Biênio 1970-1972* e *Relatório Síntese Sobre o Município de Campina Grande*, escritos no início dos anos 1970, pelo então interventor federal Luiz Motta Filho, pude entrar em contato com as cidades negadas pelo gestor, mas, mais do que isso, estavam inscritos ali os sonhos e os caminhos para se ter a cidade desejada. Estava inscrito ali, também, entre tantos outros projetos, a construção do Parque do Açude Novo e ampliação de áreas de lazer por toda a cidade.

A narrativa contida nos documentos, que seria a priori, objetiva e racional, identificava, qualificava, classificava e dava sentidos a velhas feições e sonhava com novas feições para Campina Grande. E aquilo me encantou, mostrou-me ser possível encontrar naqueles documentos uma cidade sensível, que, para Pesavento, é aquela responsável pela atribuição de sentidos, significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa* da cidade. Seria, portanto, essa dimensão que caberia ao historiador do urbano: “buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada”⁷. Estavam, ali, na minha frente, escritas que representavam um modo de ver a cidade.

Para Pesavento, não importa o tipo de documentação utilizada pelo historiador, visto que “os saberes se cruzam e se defrontam, ao tomar a cidade como objeto de preocupação, de elaboração de conceitos e execução de práticas”. É preciso, no entanto, saber extrair dos discursos de aspectos técnicos remissões a essas cidades sensíveis, porque eles “não deixam de empregar metáforas para

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas, p. 14.

qualificar a cidade, partilhando assim, eles também, essa possibilidade de qualificar o mundo e de senti-lo, desta ou daquela forma”.⁸

Ao historiador cabe, aí, entender que “é possível encontrar registros da alma, traços do mundo sensível de uma outra época” naquele tipo de documento. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva.⁹

Aquelas linhas escritas me “apresentavam” uma Campina Grande até então desconhecida, e Luiz Motta Filho foi meu guia, seus textos sendo uma ponte para eu entrar naquela cidade, ou mesmo um espelho da sua cidade. Um espelho, certamente, produtor de distorções, porque ele me apresentava a *sua* Campina Grande, e a partir de sua sensibilidade pude conhecer um pouco da e sobre a Campina Grande que ele queria esquecer, a Campina Grande que ele transformava, a Campina Grande que ele sonhava. Aliás, o próprio Motta Filho é um personagem “esquecido”, tanto no meio acadêmico, quanto na própria memória da cidade, e isso quer dizer alguma coisa.¹⁰ Há um silêncio, mas o papel do historiador é fazer lembrar.

Assinado apenas por Luiz Motta Filho, aqueles documentos, mais que a voz de um gestor, representam medos, sonhos e planos de um conjunto de uma parcela de intelectuais a nível local e nacional, pensadores e planejadores da cidade. Ali é possível enxergar a representação do desejo de uma cidade racional, o modelo de cidade sonhada pelos militares, uma cidade organizada, autoritária, ordeira, com espaços predefinidos e específicos para cada função. Aqueles documentos contém em si a leitura do próprio Luiz Motta sobre ele, sobre a cidade, na medida em que, expõem os medos, tensões, desejos de outra cidade e as possíveis formas de mudá-la.

Procuramos estabelecer diálogo também com os jornais da época, os quais, apesar de registrar também a visão dos dirigentes da cidade, contém em si registros e marcas dos leitores comuns quanto a acontecimentos do cotidiano da cidade, assim como também de leitores “especiais da cidade”, como os cronistas.¹¹ Procuramos perceber, portanto, nas entrelinhas dos jornais, os fragmentos

8 *Idem*, p. 19.

9 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma, p. 15; 19.

10 GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAES, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri. (orgs.) *A Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosacnaify, 2011, p. 341-358.

11 LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla B.

do urbano, tentando estabelecer os contrastes da cidade, “tentando aproximar-se do imaginário coletivo de uma época.”¹²

O jornal pareceu-me um bom “lugar” para passear, para conhecer personagens e conhecer um pouco mais daquela Campina Grande que me fora apresentada por Motta Filho. Encontraria, nos jornais, uma Campina Grande com aquelas feições desenhadas por Motta Filho?

Eis que, nos jornais, uma feição me tocou imediatamente. Havia nos discursos, para além da crise econômica, uma cidade sem alma. Uma cidade triste, sem ânimo e sem esperanças de dias melhores. E eis que, Luiz Motta Filho apareceu, representado naqueles jornais, como o salvador da alma campinense, o homem impositivo, organizado e disciplinador que teria devolvido, nos anos em que governou a cidade, a vida da cidade, o que seria a sua alma e a alegria da cidade. Tal dimensão também tivera sido mencionada nos documentos e em pronunciamentos de Luiz Motta Filho, fato de que ele se orgulhava: ter devolvido a auto-estima da cidade.

Grata surpresa, a minha, encontro um “personagem” que me fala de seus medos e sonhos para a cidade e que, também, para além de números, lucros, e feições da cidade, se preocupa com a alma da cidade. Falar de medos, pesadelos, projetos, sonhos e alma da cidade, seria o que, a não ser falar de sensibilidades urbanas? Sim, de um grupo específico, mas não podemos negar isso. Tentei evidenciar histórias que dessem conta dos embates do cotidiano, não importando se era uma matéria, crônicas, notícias, editoriais. Estava em busca de histórias que remetessem às formas pelas quais as pessoas vivenciavam as espacialidades da cidade e os embates em torno da cidade.

Os jornais foram abordados no sentido de apresentarem a possibilidade de entrar em contato com representações dos sonhos e embates dos sonhos de cidade, assim como também, com as práticas de experimentações dos espaços e dos corpos na cidade, assumindo a posição de que, mesmo não confundindo a cidade com os discursos que a descrevem, há relação entre estas duas dimensões, ou seja, entendemos que há relação entre práticas e representações sociais.¹³

(org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

12 PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290

13 PESAVENTO, Sandra Jatthy. A cidade maldita. In. _____ & SOUZA, Célia Ferraz de. (Orgs.) **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre:

Foi possível perceber, a partir dos jornais pesquisados, a multiplicidade de projetos para Campina Grande, assim como múltiplos tempos dentro da mesma cidade vivendo simultaneamente, percebendo-se aí traços do mundo sensível de várias épocas.

Os documentos oficiais, a arquitetura do Parque, assim como as crônicas, matérias jornalísticas, memórias, foram incorporados na escrita deste livro, como narrativas sobre a cidade, expressões simbólicas de desejos de cidade, empreendidos por uma determinada parcela de sua população. Como lembra Pesavento, “O que importa resgatar, do ponto de vista da história cultural urbana, é que ‘a cidade do desejo’, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar”.¹⁴

Foram justamente a espacialidade, as feições da cidade, a melhoria dos cheiros e das paisagens algumas das primeiras preocupações de Motta Filho. Aquilo me fazia lembrar da escrita sobre a história dos espaços e das paisagens sonoras de Alain Corbin.¹⁵ Tais preocupações com espaços estariam em projetos e sonhos de cidade desenvolvidos naqueles anos em que Motta Filho governara a cidade. Um desses projetos de mudança espacial e da paisagem na cidade consistia na construção de um parque que ligaria o Açude Novo ao Estádio Municipal. O Parque do Açude Novo, sonho materializado na gestão de Evaldo Cruz, o qual acabou ganhando o mérito da obra.

Em 1974, Evaldo Cavalcanti Cruz, tido pela memória coletiva da cidade como o prefeito da cultura, apresentou em seu Programa Trienal de Ação (1974-76), prioridade no setor urbanístico da cidade, dando continuidade a muitos projetos iniciados e idealizados pelo seu antecessor.¹⁶ Foi em seu governo que se deu de forma enfática o início efetivo da reinvenção da região do Açude Novo, o que se fez mediante a construção, pelos poderes públicos, de espaços voltados às práticas de lazer.¹⁷

Editora da UFRGS, 1997, p. 25-38, esp. p. 37.

14 Cf. PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano.

15 CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 97-110.

16 Entre outros projetos, apresentava; plano de equipamentos urbanos modernos e recreativos, alinhamento do meio-fio, plano paisagístico, destino e limpeza pública, escoamento de águas pluviais, erradicação das favelas, a construção do Parque do Açude Novo, construção de um centro cívico (vizinho ao Parque do Açude Novo), urbanização da Av. Canal, do Açude Velho, equipamentos recreativos para a juventude.

17 OLIVEIRA, Maria José. Emblemas da modernidade campinense. In. GURJÃO, Eliete de

Construir para/na cidade novas identidades, criar novas áreas de recreação e lazer, desafogar as artérias, aumentar as áreas verdes da cidade, parecem ser algumas das dimensões das transformações urbanísticas ocorridas na década 1970 em Campina Grande, que tomaram corpo e ganharam uma maior evidência na área onde se localizava o Açude Novo. Estudamos a partir da História Cultural, a emergência das transformações urbanísticas naquele local.¹⁸

Estudar a transformação daquela área é estudar mudanças de sensibilidade em relação aos usos que se desejava dar às horas “livres”, numa cidade marcada pelo divertimento noturno, visto até os anos 1960, como legítimo, mas que nos anos 1970 era tido como pouco saudável e improdutivo.¹⁹ Entendemos, então, o lazer como uma prática histórica, marcada pelas dimensões da modernidade no que diz respeito à artificialização dos tempos sociais. Uma cidade que se industrializava, como Campina Grande, precisava, de acordo com parâmetros modernos, ter em seu espaço horários e locais específicos para horas de “descanso”, o chamado lazer.²⁰

Pensar as cidades negadas e sonhadas, imagens, práticas sociais, materialidades e imaterialidades da cidade, o que se pretende é, no entender de Sandra J. Pesavento, um gesto possível.²¹ Ele implica em tomar a cidade planejada (os planos urbanísticos) e a produção de seus equipamentos como representações simbólicas, sonhos de uma modernidade desejada, condensações dos modos pelos quais os praticantes sentiam e viviam seu tempo livre e as rupturas ou permanências nas sensibilidades, nos sentidos dados ao corpo e ao tempo, provocados pelo surgimento das novas representações modernas nas formas de governar e representar a cidade.²²

Queiroz. (org.) **Imagens multifacetadas de Campina Grande**. Campina Grande, PB: PMCG; Secretaria da Educação, 2000, p. 168-178.

18 Cf. NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002; MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002; MELO, Victor Andrade de. (org.) **Lazer – olhares multidisciplinares**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

19 NASCIMENTO, Uelba. **O Doce Veneno da Noite: prostituição e Cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. 1. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2008.

20 MELO, Victor Andrade. Contribuições da história para o estudo do lazer. In: _____ (org.) **Lazer – olhares multidisciplinares**.

21 PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano; _____. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades imaginadas.

22 Vale ressaltar uma fala de Evaldo Cruz, de 1978, na qual ele apresentava aos leitores as provi-

Sandra Jatahy Pesavento faz dois movimentos que são importantes para pensar as transformações ocorridas naqueles anos. A primeira de natureza teórica: trata-se da proposição de uma História Cultura Urbana, ou seja, propõe uma história da produção e atribuição de sentido ao mundo, a partir das transformações urbanas, na produção de práticas e representações, sendo estas históricas. A segunda contribuição da autora é de natureza metodológica, quando nos ajuda a pensar a cidade a partir de suas representações, sejam concretizadas ou não. Para a autora não importa se os planos urbanísticos foram realizados ou não, importa que eles são indícios de uma sensibilidade e de desejos sobre a cidade.

Os caminhos dos historiadores que se aventuram em usar os óculos do conceito de representação para atingir o “real” são elucidados por Pesavento. Para a autora, devemos trilhar, sabendo que as representações fazem ou não parte da realidade e instigam práticas sociais. A autora nos mostra que existem vários caminhos de fazê-lo, salientando que a história construída por esse caminho, pelo “caminho das representações simbólicas da urbe” é uma entre tantas outras formas de captar o passado. Para conseguir refazer os passos dessas caminhadas é preciso de fontes, algumas são mais intensas de sensibilidades de uma época, provenientes do que a autora chama de “leitores privilegiados”, os quais teriam uma relação mais fácil de reconstituir.²³

É importante, também, pensar, ainda com Pesavento e Certeau, que as concepções, as funções e os sentidos dados por aqueles que projetam a cidade se distanciam em muito dos sentidos e funções atribuídas pelos usuários dos espaços transformados. Nesse sentido, não podemos pensar que aquela nova espacialidade, o Parque do Açude Novo, com espaços disciplinados e pré-estabelecidos para práticas específicas, seria apropriada pelos usuários de maneira correlata às referências simbólicas dos seus idealizadores.²⁴ Pesavento faz uma dicotomia entre o que ela chama de a ‘cidade real’ que seria a dos consumidores e a ‘cidade

dências que, a seu ver, precisavam ser tomadas para uma política urbana que visava a qualidade de vida – o que entendemos como sonhos de cidade que implicariam em mudanças de sentidos em relação ao tempo, ao modo de se divertir e até mesmo aos modos de sentir olfativamente a cidade. Diz ele que seria necessário o “aperfeiçoamento do nosso sistema viário, notadamente as artérias de penetração e de contorno, permitindo fluxo mais rápido em geral; a construção de mais áreas de recreação nos bairros, com equipamentos que eduquem e proporcionem um lazer mais sadio ... a transformação de áreas poluídas em novas opções de loteamento e recreação.” CRUZ, Evaldo. Campina e o planejamento urbano, p. 50.

23 PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano, p. 287.

24 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*.

sonhada' dos produtores dos espaços, chamando atenção para o fato de que as cidades ditas sonhadas também são reais e as cidades reais também são representação. É no nosso entender impossível separar estas duas dimensões da cidade.

Alain Corbin, ambientado no campo da *história das sensibilidades*, entende ser legítimo o procedimento que se caracteriza por “identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social.”²⁵ Com ele, aprendemos que a espacialidade urbana não existe em si mesma, que a história da cidade sensível ultrapassa a materialidade, sendo importante perceber “os seus ruídos, os seus odores e o seu movimentos”, os quais constituem a própria identidade da cidade. Sendo esta “preenchida” de tempos sociais, ruídos, cheiros, fluxos de sensações distintas, cada um percebendo-a da sua maneira.²⁶

O lazer sonhado para aqueles espaços colocaria à disposição dos seus usuários e também daqueles que “apenas” passavam, a experimentação de outras paisagens, outros cheiros, outros toques, outros sons e outros ritmos. Afinal, no que diz respeito aos sonhos do lazer moderno, o que está em jogo é a ocupação produtiva, higienizada, disciplinada da cidade e dos corpos que nela habitam.

Podemos pensar nos sonhos, nas mutações e refinamentos relativos ao lazer naqueles anos e ainda é possível pensar a importância das espacialidades para a reinvenção de práticas sociais e produção de sentidos para os usos dos corpos, ou seja, em como as sensibilidades e sociabilidades então interconectadas.²⁷ Ainda em companhia de Corbin é possível pensar como o desejo da reinvenção daquele espaço queria instigar novas formas de experimentar e sentir os corpos nos lugares públicos.

Tais discussões remetem ao campo da história do corpo, a qual é algo intrigante e instigante, pois em certa medida o corpo é algo que nos pertence, no entanto, ao mesmo tempo é um território desconhecido e que nos surpreende, nos apavora e sobre o qual se quer controlar, mas que em muitos sentidos foge do nosso controle e de quem deseja controlá-lo. Aquele espaço aponta para vivências específicas dos corpos, antes e depois da construção do Parque.

25 VIDAL, Laurent. Alain Corbin o prazer do historiador. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 49, jan. 2005.

26 CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas *sensíveis*.

27 CORBIN, Alain. Dores, sofrimentos e misérias do corpo. In. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques & VIGARELLO, Georges. (dir.) *História do corpo*. 2. Vol. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 267-343.

Estudar historiograficamente a cidade é estudar também os sentidos dados a seus espaços e corpos, aos fracassos, vitórias, alegrias, tristezas. É estudar a incansável vontade sobre-humana em dominá-la, em domá-la nas mais diversas esferas. É estudar a ânsia e os desejos daqueles que detêm os poderes-saberes e que sabem dos possíveis perigos de uma cidade e corpos libertos. É estudar as normas de uma sociedade de controle e consumo do corpo. É estudar a inventividade dos corpos. É estudar a capacidade de reinventá-la. É estudar as emoções traduzidas e expressas em gestos, imagens, fotos, filmes, crônicas, memórias, monumentos. É estudar vestígios, sejam eles quais forem, rastros deixados por corpos, papéis, ruas, monumentos, lembranças, marcados pelas amarras do cotidiano, é estudar sonhos, materializados ou não.

Pensando na imprevisibilidade dos corpos que habitam a cidade, nas astúcias de que são capazes, nas inventividades nos usos mais inesperados que fazem dos espaços, com práticas urbanas, Michel de Certeau incita a pensar os usos e abusos dos locais de lazer em Campina Grande. Além disso, a ideia do autor, que segundo o ângulo a partir do qual se observa a cidade permite a construção, pelo pensamento, de imagens diversas do mundo urbano, transforma-se em ferramenta útil para o exame das fontes e para a proposição tanto da questão a ser estudada quanto da trama proposta.²⁸

A urbanização do Açude Novo excluiu de seu território uma população dita marginalizada, os moradores da favela São Joaquim. Por isso, é possível pensar também os equipamentos construídos em Campina Grande, com o auxílio da obra de Ângelo Serpa, que estudou a construção de praças em Salvador.²⁹ Para ele as praças não são espaços públicos no real sentido da palavra, são espaços marcados pela segregação, desde a desapropriação, construção até seus usos. São, enfim, espaços oriundos de grandes interesses econômicos com a valorização e especulação imobiliária das áreas que lhe são próximas. A partir daí abre-se a possibilidade de pensar os equipamentos como inscrições estrategicamente praticadas no corpo da cidade, as quais acabariam inclusive por redesenhar o cenário imobiliário ao seu redor.

Outra interlocução importante para o estudo se dá em relação a textos de Denise B. de Sant'Anna – segundo a autora, houve, no Brasil nos anos de 1970, um grande investimento por parte do governo e de instituições no que se

28 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**.

29 SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

refere ao lazer, buscava-se, naqueles anos, então, um lazer “(...) cuja identidade contivesse funções e dimensões não apenas lúdicas, mas também terapêuticas, disciplinadoras e de correção dos excessos e desequilíbrios da cidade e de seu habitante”³⁰, ou seja, o lazer precisava ser justificado. É nesse sentido, portanto, que pensamos as construções dos espaços propostos como o atendimento a uma lógica de chamar as pessoas às ruas para ações lúdicas e prazerosas, mas em espaços onde se pudesse controlá-las e vigiá-las.³¹

Há uma significativa produção da historiografia produzida sobre Campina Grande, porém, o que se percebe é que há uma tendência na centralização temporal e temática nos estudos, os quais, em geral, vão do final do século XIX até meados do século XX e abordam, preferencialmente, as transformações e os impactos na cidade a partir dos símbolos ou equipamentos modernos. Diz-se ali, especialmente, que, nas décadas de 1930 e 1940, a cidade passou por uma reforma urbanística que modificou de forma significativa os traçados da mesma.

O trabalho de Casandra Veras³² inaugurou os estudos feitos sobre a urbanização empreendida pelo prefeito Verniaud Wanderley.³³ O estudo ressalta não só o perfil autoritário daquelas reformas, mas também mostra que já ali havia uma tentativa de se implementar na cidade uma lógica moderna quanto ao lazer, na medida em que se tentou fazer diferenciação e especialização dos espaços para cada tipo de atividade, de forma a que não se permitia mais que num mesmo espaço se pudesse experienciar várias formas de sociabilidade, o que acontecia, por exemplo, na rua Maciel Pinheiro, onde concentrava-se, lazer, moradia e comércio.

O estudo de Fábio Sousa, por sua vez, buscou recompor o viver dos trabalhadores em Campina Grande na primeira metade do século XX, informando

30 SANT’ANNA, Denise B. de. **O prazer justificado**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

31 No “Perfil do Município” da gestão Ronaldo Cunha Lima, ao se apresentar o plano de um Parque Multifuncional, está dito, sobre a criança, que: “(...) A recreação desenvolve suas qualidades de observação, espírito de iniciativa, coragem, capacidade criadora, sociabilidade, *disciplina, gentileza, enriquecendo os valores morais e intelectuais*.” CAMPINA GRANDE. **Perfil do Município**. Campina Grande, PB: COPLAN, 1984.

32 VERAS, Cassandra. **O espelho de narciso**. Uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Campina Grande, PB: UFPB; Curso de História (Monografia de Conclusão de Curso): 1988.

33 QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). São Carlos, SP: USP, Escola de Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Dissertação de Mestrado): 2008.

assim acerca dos usos da cidade em relação a um grande número de práticas, entre as quais as diversionais.³⁴ O autor realça as tensões e os embates em torno das diferentes apropriações da cidade, em geral elas sendo marcadas por vieses de classe e, principalmente, mostrando os usos inventivos e criativos do espaço urbano por parte de seus praticantes.

Ao estudar construção do espaço do Parque do Povo, espaço vizinho ao Parque do Açude Novo, produzido para ambientar a festa de São João, Elizabeth C. de Andrade Lima, nos apresenta a construção discursiva que produziu a festa de São João de Campina Grande.³⁵ A autora, em seu estudo, não apresenta aquele espaço como sendo parte integrante de uma grande área de lazer, como se propõe aqui, uma área que excedia os limites do Parque do Açude Novo, no sentido de uma possível disciplinarização de corpos pela via do lazer, em espaços planejados.

O estudo de Maria Jackeline Feitosa Carvalho, por sua vez, buscou entender as transformações urbanas havidas em Campina Grande nas décadas 1970/2000, a partir do conceito de requalificação urbana. Dialogando principalmente com a imprensa local e com fontes produzidas no âmbito dos poderes públicos, a autora explorou não apenas a construção de quadros imagéticos mais globais que foram, em momentos específicos, produzidos a fim de que a cidade fosse significada de *certa* forma. Além disso, ela buscou dar conta dos usos da cidade que, em alguma medida, não se adaptavam ou se chocavam com a requalificação desejada pelos planejadores ou gestores. A tensão entre regras e burlas é tratada, assim, como um embate entre projetos distintos de cidade, cada um construído historicamente de forma própria. O texto chama a atenção para a produção de uma memória coletiva sobre a cidade que repercute os sentidos desejados pelos planejadores e gestores – mas que se choca com as experimentações cotidianas de muitos habitantes, principalmente os das classes populares.³⁶

Uma história mais diretamente dedicada aos estudos das práticas do lazer na cidade de Campina Grande foi realizada por Antonio Clarindo Barbosa de

34 SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade**. Campina Grande – 1920/1945. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História (Tese de Doutorado); 2001.

35 LIMA, Elizabeth C. A. **A fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano**. João Pessoa, PB: Idéia, 2002.

36 CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade**. O processo de requalificação urbana de Campina Grande. (1970-2000). Tese. Doutorado em Sociologia. UFPB: PPGCS, 2011.

Souza.³⁷ Utilizando-se de um largo repertório de fontes, tais como músicas, jornais, entrevistas e processos criminais, o autor chama a atenção para as mutações históricas experimentadas por algumas festas populares que aconteciam nas ruas de Campina Grande até o início da segunda metade do século XX. Seu estudo destaca as distinções e apropriações feitas pelos populares em tais festas, afirmando que a tentativa dos governos em discipliná-las e disciplinar os espaços acabou enfraquecendo aos poucos as festas populares.

Alguns estudos sobre Campina Grande, ao apontar para espaços e práticas de lazer, enfocam os cinemas e o teatro na sua relação com a modernidade urbana. É no sentido de atender a esta outra maneira de estudar a experiência de transformação urbana e embates na cidade que aqui se coloca como hipótese a ideia de que os equipamentos urbanos implementados na cidade nos anos 1970, podem ser pensados como um novo projeto para o tempo livre dos campinenses, o que se daria mediante o seu chamamento às ruas, mas não de qualquer maneira, e, sim, para a utilização de espaços de lazer seguro, educativo e vigiado.³⁸

Entendo ser possível, enfim, pensar que aqueles equipamentos, cada um a seu modo, e uns em articulação com os outros, teriam o objetivo possivelmente de “delimitar” ou “direcionar” os usos dos corpos de seus praticantes, pois ao mesmo tempo em que permitiam novos usos, proibiam muitas outras experimentações, fossem elas velhas ou novas, mas certamente indesejadas pelos poderes, seja naqueles lugares ou em outras áreas da cidade.

Cada espaço, a partir das suas próprias estruturas físicas, sonhava com vivências específicas, impondo limites ou abrangendo e ampliando as possibilidades do próprio corpo. Porém, as apropriações e os sentidos desses “limites e possibilidades” dos espaços, feitas pelos corpos, possivelmente ressignificaram os usos sonhados e desejados por aqueles que os projetaram.

Há, ainda, uma lacuna na abordagem acadêmica sobre as relações entre os sonhos de cidade, e as transformações urbanas nos locais propostos, relacionado-as com construções de subjetividades, sensibilidades e identidades em Campina Grande, especialmente no que diz respeito à segunda metade do século XX. É no sentido da exploração de uma materialidade que aí se instala, que este

37 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese de Doutorado. Recife, PE: UFPE; CFCH; Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

38 Cf. MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

livro demarcou seus contornos. Quer-se entender a emergência daquelas novas materialidades urbanas voltadas especificamente ao lazer e o que elas representavam para a cidade, para tanto, decidimos historicizar aquela espacialidade.³⁹

O propósito deste livro é o de contar um pouco daquelas histórias, a partir de uma breve série de inquietações. O que aquela zona específica da cidade já teria significado e quais os sentidos dados? Como se justificava, naquela circunstância, a *necessidade* de tantos investimentos materiais e simbólicos na conversão de uma zona da cidade em seu centro de lazer? Quais os sonhos e os pesadelos de cidade que se mencionavam, ao se pensar e falar em tais intervenções? Que possibilidades de uso dos corpos e do tempo livre se legitimavam ou se recusavam, em tais circunstâncias? O que a transformação urbana tratada impossibilitou? O que ela tornou possível?

Para dar conta de cada momento da pesquisa, mesmo sendo preservadas as especificidades de cada pergunta proposta, foram examinados documentos diversos, como, por exemplo: matérias da imprensa campinense do período; projetos de urbanização, elaborados para Campina Grande – incluindo Relatórios de Administrações Municipais e Planos Urbanísticos originados daquelas Administrações. Em tais documentos buscou-se perceber como os planejadores sentiam e viviam (n)a cidade.

No primeiro capítulo, procuro mostrar a historicidade e as múltiplas feições, ou paisagens do espaço onde se construiu o Parque Açude Novo. A partir de crônicas, notícias, lembranças e valendo-me da própria historiografia, inventario algumas representações e práticas que envolviam o Açude Novo. Vida para a cidade, quintal de muitos, banheiros de outros, lugar de água potável ou símbolo de alastramento de doenças e de práticas as mais distintas, representou também diversão, tanto quando ainda estava cheio de água, como quando já era um bacião.

Em meados do século XX o medo daquele espaço era outro. Ele tinha a cara da violência, sua área à noite era vista como perigosa. No entanto, durante o dia, pouco antes da construção do Parque do Açude Novo, crianças ainda vivenciavam momentos de diversão naquele espaço aberto. Lugar de encontros, lugar de pronunciamentos, lugar de comícios, lugar de lazer, arte, um lugar de muitas feições.

39 SOUSA, Katyuscia Kelly Catão de. **Luzes e olhares costurando corpos**: moda e modernização em Campina Grande. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. UFCG; CH; UAHG; Curso de História, 2005.

No segundo capítulo, utilizando fontes oficiais e jornais, discuto os modos pelos quais o planejamento urbano campinense se deixou marcar por uma lógica tecnocrática, sendo a urbanização do Açude Novo vista como uma representação da organização da cidade, na qual se visava disciplina, ordem, expansão das áreas verdes, otimismo e paz pelos poderes públicos.

Percebo também, no decorrer da pesquisa, evidências do sensível, ou seja, uma sensibilidade coletiva, representada como um sentimento comum do Campinense, o desânimo e a descrença em dias melhores. Mergulho então na gestão do interventor federal Luiz Motta Filho, percebendo como o interventor representou a cidade em “diagnósticos” contidos em documentos e quais os sonhos de cidade representados nos seus planos.

Pretendemos nesse capítulo entender os modos da intervenção de Luiz Motta Filho pensar a cidade. Isso é importante para o movimento da escrita pelo fato do período da sua interventoria ter sido justamente o momento quando foram tecidos os sonhos de ressignificação da área do Açude Novo. Queremos entender que cidade desmotivada era aquela e como Luiz Motta Filho teria revertido aquele cenário. Como ele representava Campina Grande nos seus discursos? Quais as cidades temidas e sonhadas por ele? Como Campina Grande era representada nos jornais naquele momento de interventoria? E em que medida o sonho e planejamento da transformação da área do Açude Novo estavam comprometidos com os sonhos de uma cidade nova?

No terceiro capítulo, utilizando o Programa Trienal de Ação e jornais da época, pretendo dar conta do ambiente de disputas em torno da cidade, que vinha querendo recuperar seu ânimo, quando da construção mesma do Parque do Açude Novo e Museu de Artes. Para tanto, passeio por algumas obras materializadas na escrita e nas ruas, da gestão do prefeito eleito Evaldo Cruz, nas representações de imagens que davam visibilidade a essa questão, sendo as imagens entendidas como “marcas de uma cidade sensível que um dia se impôs ao olhar, a técnica e as emoções daqueles que as traduziram em imagem.”⁴⁰

Acompanhei a gestão de Evaldo Cruz pelo Jornal da Paraíba, encontrando ali os embates políticos que giravam em torno de suas ações, querendo entender as prioridades daquele governo, mas também procurando histórias que me levassem a caminhos quase que invisíveis no seu Programa Trienal de Ação, cuja meta principal era a construção do Parque do Açude Novo. Em tal progra-

40 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas, p. 23.

ma, e veja-se, que já naquele momento não era projeto ou plano, mas um programa de ações a ser realizadas: algo concreto. Pois bem, naquele programa percebi a vontade de construção de novas identidades para Campina Grande, parecia que com a construção daquele parque e sua inauguração, Campina Grande acabaria ganhado uma nova chance para soerguer-se, para nascer de novo.

Percebendo as representações dos embates e as disputas que giravam em torno dos problemas urbanos, a cidade que escapava daqueles planos, outras cidades foram narradas. Os sonhos dos que governavam a cidade apontavam para a busca da construção de uma identidade para cidade.

As transformações urbanísticas, concretizadas nos anos de 1970, naquela área, refletiam os desejos de uma parcela da cidade, sinalizavam os usos que se desejava dar aos corpos, na mesma medida que escondiam ou desejam esquecer tantos outros usos e desejos da cidade. É, portanto, a partir do estudo das transformações ocorridas no espaço onde se construiu o Açude Novo e posteriormente, Parque do Açude Novo, agora Parque Evaldo Cruz, que achamos ser possível perceber os sentidos dados à água na cidade de Campina Grande, os sentidos dados às águas do Açude Novo, os sentidos dados aos corpos na cidade e, sobretudo, os sentidos dados ao lazer na cidade e à própria cidade e como eles foram ressignificados ao longo dos anos.

Em tempos em que se tornaram obrigatórias as práticas de lazer, em que o indivíduo não descansa ociosamente, que inclusive, se cansa no lazer e que o status social também depende das formas de lazer que escolhe, é importante dizer que tais práticas legitimadas, são práticas construídas historicamente. Que há bem pouco tempo, o ócio não era tão mal visto, e que o lazer era visto com maus olhos. Hoje, porém, a prática do ócio tornou-se quase que inconcebível, no entanto o lazer, prática de divertimento moderno, tornou-se uma obrigação, e os espaços de lazer são importantes para a construção de sociabilidades nesse sentido.

CAPÍTULO I

ÁGUAS PASSADAS

Para falar francamente, tive uma vontade grande de passando pelo parque do Açude Novo, perder o expediente e ficar vivendo a nova beleza construída, mesmo com o sol abrasador, tive vontade de pegar Garcia Lorca ou Pablo Neruda e ficar lendo, lendo até os poemas abrasassem também a alma. Bonito agora, quanto mais, quando ficar inaugurado. Observo quando as pessoas simples passam por lá, vão logo dizendo: COMO ESTÁ LINDO. A meu ver estas palavras são formas pelas quais, a população reconhece o trabalho do atual prefeito Evaldo Cruz. Há um destino para os lugares também. Parece que aquela artéria nasceu sempre para ser bonita e convidativa para os olhos, para a *sensibilidade*. Antes era o Açude Novo, águas paradas mas que sempre disseram tantas coisas, águas que se incorporaram à vida, e a história da cidade e de um povo. Hoje, aquele monumento foi edificado com amor, com carinho com dedicação. Evaldo Cruz vestiu Campina Grande de beleza, ela hoje tem um aspecto suave, meigo e puro. Tão bom que aparecesse alguém que vestisse também algumas pessoas com vestimentas de tranqüilidade, de não violência, de um pouquinho de paz!..⁴¹

Era dia. Duas semanas ainda faltavam para a tão esperada inauguração do Parque do Açude Novo.⁴² Celso Pereira, professor de língua portuguesa, poeta e cronista do Jornal da Paraíba, ao passar nas imediações do Parque do Açude Novo, desejara parar e contemplar aquela nova paisagem, mas não só, seria possível, para ele, a partir da sua cultura sensível, viver ali momentos de reflexão e erudição provocados pela paisagem que o monumento do Parque do Açude Novo lhe oferecia.

Os olhos de Celso Pereira, no primeiro momento, sonharam com vivências possíveis para aquele espaço, mas, logo em seguida, a imagem visualizada

41 PEREIRA, Celso. Campina - Uma dimensão diferente. **Jornal da Paraíba**, p. 02, 16/01/1976.

42 Em nota no dia seguinte à inauguração do Parque do Açude Novo, o **Jornal da Paraíba** registra: "Deliciosa realidade. / Houve quem demonstrasse descrença ou indiferença pela obra." ("Em Primeira Mão", **Jornal da Paraíba**, p. 02, 01/02/1976.)

refletiu vivências de paisagens inscritas na sua memória e de como “*aquelas águas paradas*” eram importantes para a cidade.

Aquela nova paisagem urbana, fruto de intervenções cuidadosamente planejadas, trouxe para o cronista lembranças significativas do mesmo lugar em outro tempo. Lembranças da época em que aquele local tivera a sua importância, ainda que pelas águas paradas, as quais, segundo Celso Pereira, se misturaram com a história da própria cidade.

Frente àquela nova e singular inscrição no corpo da cidade, Pereira sentiu-se à vontade para atribuir sentidos eruditos aos usos daquela nova espacialidade, aquela seria a sua leitura da paisagem. As pessoas “simples”, na visão do cronista, se limitariam a sentir a beleza física do parque, sem que houvesse aí conexões com algo mais subjetivo; tem-se, portanto, aí, um entrelaçamento de modos distintos de percepção do mesmo espaço.⁴³ Ainda que isso fosse importante, no entanto, ele expressava a expectativa de que, graças à entrada em cena do novo equipamento público de lazer, não somente a cidade de pedra se tornasse meiga e pura, mas que a “cidade de carne” também adquirisse na alma “vestimentas de paz”.⁴⁴ Estaria a cidade precisando de Paz?

A mudança física daquele lugar, provocada por grandes investimentos simbólicos e financeiros, trouxe para Celso Pereira a crença em um novo tempo para a cidade. Mas quais os sentidos e importância tinham aquelas águas do Açude Novo para Campina Grande? Que vivências já haviam sido possíveis naquele espaço? Quais vivências aquele novo equipamento desejava apagar do cotidiano da cidade? Que espaço era aquele, no qual se depositavam tantas esperanças do cronista? Quais os debates que provocaram aquela construção e quais os debates se evidenciaram a partir dela? Que usos se desejava dar aos corpos naquela nova espacialidade?

A nova paisagem produzida pela construção do Parque, que encantou o cronista, foi construída no espaço onde se localizava o Açude Novo. O reservatório, por sua vez, havia se inscrito no corpo da cidade de Campina Grande no

43 CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 97-110; cf. p. 102.

44 SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**

início do século XIX, por volta de 1930, quando esta ainda era uma vila e nela habitavam cerca de duas mil pessoas.

O Açude situava-se em uma das tantas entradas da cidade⁴⁵, colocando-se, naquele momento em que foi construído como um signo de esperança e de segurança para o lugarejo, que há muito vinha sofrendo em consequência das secas. As águas que se acumulariam ali materializavam os desejos e anseios por um item indispensável para a sobrevivência dos corpos na cidade – a água potável.⁴⁶

A então vila passou a possuir dois açudes, o Açude Velho e o Açude Novo. As águas acumuladas nos reservatórios recebiam os forasteiros, comerciantes e viajantes que por ali passavam, e assim como a água, líquido que absorve, aceita e recebe muitos elementos distintos sem recusá-los, a cidade também o faria, muitas vezes.⁴⁷ Mas ao receber outros elementos a água se transforma, assim também se comportaria Campina Grande, que ao receber pessoas de diversas partes também se transformaria.

Aquelas “águas paradas” instigariam muitos movimentos dos corpos na cidade. Haveria, ali, no Açude Novo uma mistura de sons, de ritmos, de cheiros, odores, de gestos, embalos e práticas cotidianas que representariam muitas das identidades da cidade.⁴⁸

O Açude Novo seria, a partir de então, o principal reservatório de água potável para os que residiam na vila. Francisco Pereira da Silva, engenheiro nomeado em 1847, pelo presidente da Paraíba, Frederico Carneiro de Campos, para estudar a região e pensar a construção de açudes para combater as secas, assim tratou do lugar, no seu Relatório:

(...) tem dois açudes um denominado velho, e outro novo (...). O açude novo é mais pequeno que o velho, porém a água nele depo-

45 ALMEIDA, Elpidio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Ed. Fac-Similar, 1993, p. 117.

46 SILVA, Jairo Bezerra & RAMALHO, Deolinda de Sousa. Acesso à água e diferenciação social: um estudo sobre o racionamento de água em Campina Grande-PB. **Ariús**, n.10, 2001, p. 59-63.

47 Epaminondas Câmara entende que a partir de 1826 há uma alteração no traçado urbano campinense, derivado das rotas comerciais estabelecidas. Até aquele ano a “vida mercantil” favorecia “o trecho entre o Comércio Velho e o Açude Novo”, um caminho que levava ao sertão e por onde “se escoava a maioria dos produtos” e “entravam quase todos os almocreves.” De 1826 em diante o comércio se dirigiu para “a Lapa e as Areias”, indo pela rua do Seridó. CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864). Campina Grande: Edições Caravela, 2006, p. 85-86.

48 Cf. CORBIN, Alain. *Do Limousin às culturas sensíveis*.

sitada é mais saudável, e por isso a população faz uso dela com preferência para beber.⁴⁹

Naquele momento as águas dos Açudes dariam mesmo vida à cidade. É possível imaginar as pessoas carregando água para suas casas, utilizando-as para beber, cozinhar ou tomar banho; animais saciando a sede, após dias de caminhada até chegar à cidade, guiados por seus donos; crianças brincando ou nadando naquelas águas, enquanto suas mães lavavam roupas. Ali também é registrado, na historiografia, como ponto de encontro e de trocas comerciais.⁵⁰

No entanto, desde a sua construção o Açude Novo mostrou-se pouco resistente às estiagens, chegando a secar nos anos de 1844-1846, 1877 e 1888 (quando secaram ambos os açudes da cidade).⁵¹ Passou por vários reparos e reformas ao longo do século XIX, fato que demonstra sua importância naquele momento para a cidade. Como registrou Elpídio de Almeida, “A conservação e a defesa do Açude Novo mereceu sempre os cuidados da Câmara Municipal.”⁵². A ausência de água potável significava aumento de sofrimento para a população tão já carente de recursos.

Alguns hábitos vivenciados no Açude Novo já eram, em meados do século XIX, alvos de proibições, como podemos observar na Lei municipal de número 381, de 20 de abril de 1869, a qual “proibiu banhos e lavagem de roupas e de animais no Açude Novo e vaquejadas e derrubadas de gado nas ruas da cidade.”⁵³

Os moradores das redondezas do Açude Novo, que cresciam em número, eram obrigados por Lei a zelar e cuidar do Açude.⁵⁴ Isso acabava que por vezes, em período de seca, fazendo com que os moradores aumentassem os quintais das suas casas “invadindo” o terreno do Açude, já que num certo sentido eles também se sentiam donos do Açude; percebe-se aí a relação de proximidade e de pertencimento dos moradores da vizinhança com o reservatório de água.

49 CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**, 2006, p. 51-52, cit. p. 52.

50 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese de Doutorado. Recife, PE: UFPE; CFCH; Programa de Pós-Graduação em História, 2002, p. 70.

51 ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**, p. 118.

52 ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**, p. 119.

53 CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**, p. 55. Esta mesma Lei é mencionada como sendo Provincial e datada de 1870 em: CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988, p. 55.

54 No início do século XX configurou-se a rua do Açude Novo, que partia do seu balde em direção às zonas centrais da cidade. Cf. CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**, p. 73.

Havia ali, naquele espaço e tempo, outra relação com a água e com o trato com um bem público.

Nesse sentido, o Açude seria então, não só o Açude da cidade, mas seria também a continuação da própria casa, fazendo mesmo parte do quintal daqueles que moravam as suas margens. Aquele reservatório de água era a extensão do lar de alguns, lugar onde o público e o privado não se distinguiam; aquelas fronteiras ainda não estavam, no século XIX, bem definidas.

As águas do Açude Novo testemunharam momentos de alegrias e tristezas, que seriam lembrados, anos mais tarde, por cronistas da cidade. Em *Cidade das Águas*, Denise Sant'Anna, a partir de reflexões a respeito dos usos das águas na cidade de São Paulo, nos leva a conhecer a importância das águas para aquela cidade, assim como nos guia pelo cotidiano de disputas, misticismo e racionalização nas margens das águas dos rios, córregos, bicas, chafarizes. Segundo a autora "A tristeza e a alegria foram, portanto, sentimentos comuns nos itinerários históricos dos usos de rios e córregos. Suas águas presenciaram inúmeras mortes e a celebração da vida."⁵⁵

Podemos perceber esta dimensão dos significados das águas e lugares a partir da escrita de Cristino Pimentel em seu livro de memórias "*Abrindo o Livro do Passado*", o qual nos remete a uma memória carinhosa sobre a Rua do Açude Novo, uma memória que nos leva a uma paisagem sonora do espaço, os quais, como diz Corbin, "informam igualmente sobre maneiras de viver o espaço."⁵⁶ Pimentel nos leva ao cotidiano das redondezas, nos apresentado aos nomes dos moradores que desfrutavam da vista do Açude:

(...) Eu revia pela imaginação o que fora a Rua do Açude Novo, de 1901 a 1935. E via perfeitamente os seus sítios, o riacho que corria no leito da rua, o areal, a tenda onde trabalhei de ferreiro, a casa de Sinhá Bandeira, a água furtada da velha penha, a casinha de mãe Rachel, a parteira dos pobres (...)

Quando meus pais se mudaram da Rua dos Armazéns, a atual Marques do Herval. Foram morar na Rua do Açude Novo que, nesse tempo, era cheia de pequenos sítios.. havia os sítios do 'seu' Basílio, de Jose Rodrigues, Gustavo Lira, Sinhá Bandeira e outros, que o tempo foi arrasando e substituindo por casas de residências humildes.

55 SANT'ANNA, D. Bernuzzi de. *Cidade das Águas*: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 12.

56 CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis, p. 106.

Nenhuma rua desse tempo foi tão movimentada como a Rua do Açude Novo. Pelo seu leito passavam diariamente grandes comboios de lã, vindos do sertão e do cariri, e voltavam pelo mesmo caminho, os burros carregados de gênero para abastecer as populações longínquas de Batalhão, Monteiro, Patos e outras localidades ainda mais distantes. Os estalos dos relhos como que orquestravam, enchendo a rua de ruídos, como esses modernos batuques musicados de salões de danças.⁵⁷

Mais adiante, Pimentel nos apresenta a sentimentos de medo que aquela espacialidade lhe provocava, aquela paisagem contribuiu para a lembrança de emoções. Ele nos fala do que assistia ainda menino, e sobre o possível alastramento de doenças provocadas pela sujeira do local.

Tal memória remetia a práticas pouco aceitáveis para uma cidade que desejava ser reconhecida como moderna. Práticas e memórias de uma cidade não higienizada que se desejava apagar e que segundo o cronista o “progresso” transformou, nesse momento o progresso teria trazido, para ele, a salvação.

Nenhuma outra também assistira ao tristonho e degradante espetáculo das ‘cubas’, carregando tétrico de excrementos humanos, que presos, acorrentados, despejavam nas margens do açude potável, o que concorria para alastramento da bexiga e outros males oriundos da sujeira. O progresso tudo transformou, acabou com as ‘cubas’ e arrasou com a cadeia, pondo em seu lugar a majestosa Praça Clementino Procópio.⁵⁸

Aquela cena ficaria marcada na sua memória, mesmo as cenas desaparecendo das suas retinas ficaram presas nas suas memórias, o levando a sensações pouco agradáveis: uma mistura de medo, arrepio, curiosidade, tristeza:

Comigo, outras crianças contemplavam, medrosas, esse triste quadro. O nosso medo não era maior do que a nossa curiosidade (...) O drama das ‘cubas’ aterrava e repugnava. A desdita, irmã gêmea da desgraça, comove. Vendo-se passar um bocado de homens acorren-

57 PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o livro do passado**. Campina Grande: EDUFPG, 2011, p. 29-30.

58 Op. Cit., p. 30.

tados pela lei, trazendo à cabeça um peso maior em fedor do que o fez aquele criminoso, arrepia.⁵⁹

Mais a frente, no livro, o autor volta a falar do episódio das cubas, afirmando que ainda nos anos de 1950, o Açude ainda não era higienizado. Segundo o cronista as águas do Açude Novo, nos tempos de sua infância, recebiam, passivamente, elementos que comprometeriam sua dimensão de reserva benéfica para a cidade. A Rua do Açude Novo e o próprio Açude Novo seriam assim, como o próprio espelho d'água, testemunha de práticas que, significavam para o cronista degradação humana:

Era dessa casa de medo (da Cadeia) para as crianças, que todos os Domingos, pela manhã, saíram acorrentados muitos 'bichos' trazendo cada um na cabeça uma 'cuba', e no pescoço uma gargalheira agregada a uma pesada corrente de ferro, com as extremidades presas por um forte cadeado. Caminhavam assim, fortemente policiados, até às margens do Açude Novo, onde despejavam os excrementos fétidos da 'cubas', e lavavam-nas depois no açude, onde entravam com as calças arregaçadas até aos joelhos trazendo-as de volta cheias d'água, que bebiam e se banhavam na prisão. O Açude Novo, ainda hoje não é higienizado, e abastecia a população pobre da cidade, muito pequena em 1910.⁶⁰

Vivia-se então uma relação ambígua com a água, visto que, no mesmo momento em que servia de depósito de excrementos, reutilizava-se a mesma água como sendo própria para o consumo humano. A relação com a água era quase mágica, como se ali se achassem águas purificadoras. Parecendo que ao serem colocados os excrementos no Açude Novo, e ao misturá-los nas suas águas, tudo se dissolveria e as impurezas desapareceriam.

O caminho percorrido até alcançar o Açude Novo marcara, de fato, a infância do Cronista, que se lembra desse espaço da cidade com saudade. Disso trata uma poesia sua, que conta, em detalhes, sua vivência e a vivência de outras pessoas naquela espacialidade, menciona as transformações daquela rua – provenientes do progresso – da sua saudade, inscrita em sua memória. Pela sua narrativa, tratava-se de um caminho cheio de vida e alegria, quando os lugares tinham os nomes dos seus donos.

59 Op. Cit., p. 30.

60 Op. Cit., p. 142.

Caminho do Açude Novo

Campina da minha infância,
Da minha meninice,
Das *minhas* artes,
Como me encantavas!...
Quando eu pequeno
Brincava na areia da rua
E atirava pedras no telhado da casa dos
'Nova Seita',
Escondido nos mata-pastos do tamanho de um metro.
Caminho do Açude Novo!...
Sítio do major Zumba Gomes,
Pai de seu Toinho Gomes,
Sítio mestre João Pequeno;
Sítio de seu Dom;
Gameleira grande da velha Mariquinha
Serraio, que o machado do progresso
Sem saudade,
Sem compaixão
Destruiu...
Caminho do Açude Novo!...
A casa do major Zumba Gomes
é hoje o Colégio da Imaculada Conceição.
O sítio de mestre João Pequeno
É o palacete de um médico.
O sítio de 'seu' Dom,
Que um velhinho tomava conta
e ficava danado da vida quando os meninos
iam furtrar goiabas e cajus;
a gameleira da velha Mariquinha Serrão,
malassombrada, e sua casinha de taipa;
o sítio de seu Chico Venâncio;
o de 'seu' Zé Venâncio,
com um cajueiro e um pé de coco catolé
em frente da casa, se transformaram na rua do progresso.
destruída
para dar lugar a Avenida Floriano Peixoto
(...)
Ah! caminho do Açude Novo
como te transformaste!...⁶¹

61 Op. Cit., p.

Percebemos que quando o “tal progresso” interfere na memória do autor, ou naquilo que ele achava que lhe pertencia, naquilo que ele tinha afeição, não há exaltação ao progresso, pelo contrário, mostra-nos um progresso que destrói sem “sentimentos” pelas coisas da cidade. O progresso muda o cenário, mexe com as memórias e transforma algumas vivências desse “cenário”.

Com a inauguração, em 1939, da Adutora de Vaca Brava, que reordenou a oferta de água na cidade, aqueles cenários se modificariam ainda mais.⁶² Segundo Epaminondas Câmara, mesmo que tenha sido limitado o abastecimento, foi iniciado o serviço de água e esgotos da cidade, com sete chafarizes e cerca de trinta instalações sanitárias em domicílios: “... os serviços d’água e esgotos vieram consolidá-las e transformar a ‘urbs’ num centro de fixação social e de atração para empreendimentos de grande vulto”.⁶³ Eurípedes Oliveira, contemporâneo de tais fatos, chegou a afirmar que com a implantação da adutora, deu-se em Campina Grande verdadeira “explosão populacional, ocasionando que, em menos de cinco anos” a cidade “alcançasse os limites previstos para trinta.”⁶⁴

As águas da cidade, as águas do Açude Novo, antes expostas ou levadas para casa em bacias e baldes, começaram aos poucos a desaparecer da visibilidade da paisagem e do cotidiano da cidade, tomando as formas dos canos e a invisibilidade por baixo da terra.

Nada aconteceria de repente, e os melhoramentos não chegariam logo à maioria dos habitantes; a modernização urbana, especialmente na sua dimensão ligada às questões práticas do saneamento, do abastecimento de água e da coleta dos resíduos, foi desigual e apenas muito lentamente difundida socialmente.⁶⁵ No entanto, ela colocou-se como marca do futuro naquele presente, e deu aos campinenses novos horizontes sobre a cidade e sobre a vida urbana.

O Açude Novo viu ser desinvestido de sentido, no âmbito do poder público, a sua função mais importante, a de fornecer água. No entanto, como registra Elpídio de Almeida, ele “não se tornou inútil”, visto que “Aproveitado no

62 ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**, p. 117; CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande: UFCG, 2009.

63 CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**, p. 130.

64 OLIVEIRA, Eurípedes. Campina Grande. In. **Anuário de Campina Grande**, 1981, p. 54-56, cit. p. 56.

65 Cf. ARAUJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso. A construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFCG; PPGH, 2010, p. 27 e segs.

traçado de um plano de urbanização da área, aguarda a sua realização para se tornar o centro de uma das partes mais belas e aprazíveis da cidade”.⁶⁶ Sem contar que os moradores da cidade vivenciariam de maneira inventiva aquele lugar.

Na segunda gestão de Bento Figueiredo (1938-1940) deu-se início à instalação de “um parque florestal no Açude Novo.”⁶⁷ Em 1952, na gestão do prefeito Plínio Lemos, no *Código De Posturas* da cidade já se demonstra uma preocupação quanto às áreas alagadas do perímetro urbano, sendo uma meta do prefeito a extinção progressiva de pântanos e alagadiços. Tais espaços, segundo o documento, propiciavam condutas rejeitadas pelo poder público.⁶⁸

A tentativa de disciplinarização de práticas urbanas, no sentido de afastar todas aquelas que remetessem ao mundo rural está evidenciada naquele *Código de Posturas* de 1952. Nesse sentido, é possível pensar que já naquele momento, o espaço “vazio” de água e de sentido – para os poderes públicos – do Açude Novo era palco de muitas das práticas rejeitadas pelo poder público.

Em vários artigos daquele Código de Posturas se evidencia a preocupação com algumas práticas até então costumeiras dos que moravam próximo à área urbana, tais como, amarrar animais nas portas, cozinhar na calçada, estender couros, espalhar legumes, lavar roupas nas ruas e praças da cidade.

As condutas de quem morava próximo aos açudes também preocupavam, o poder público, mas nesse período, as preocupações eram outras, exigindo medidas profiláticas;

ART. 59. É expressamente proibido sob pena de multa de Cr \$200 a Cr\$ 400 c) lançar nas fontes ou açudes entulhos, animais mortos, ervas daninhas e qualquer outra substancia que possa contaminar as águas.⁶⁹

Percebemos ali que os administradores da cidade primavam pela existência de certa distinção entre práticas do âmbito privado e no âmbito público. Havia uma vontade explicita que houvesse o afastamento dos corpos dos moradores com as águas da cidade.

66 ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*, p. 121. Cf., tb.: Ó, Alcides Albuquerque do. *Campina Grande: história & política. 1945-1955*. Campina Grande: Edições Caravela/NCP, 1999, p. 182-183.

67 CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Edições Caravela, 1988, p. 161.

68 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Código de Posturas*. 1952.

69 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Código de Posturas*. 1952.

ART.121- É terminantemente proibido, sob pena de multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$200,00:

Pescar em açudes e poços públicos de água potável, sem previa licença da prefeitura, que somente concederá em tempo que não prejudique a população.

Banhar-se dentro ou perto desses reservatórios d'água.⁷⁰

Encontra-se, também, no documento, uma nítida identificação de quem deveria cuidar e vigiar os aparelhos ditos públicos. Nesse caso, o único responsável seria o poder público, diferentemente do que vimos em meados do século XIX, onde o “particular” era obrigado por lei a cuidar do bem público. Queria produzir nos anos de 1950 outra relação entre corpos, águas e vivências na cidade.

É dito no Código de Posturas da administração de Plínio Lemos que a Prefeitura deveria designar os locais convenientes para banhos, lavagem de roupas e animais, e, designa-se ali os locais para práticas esportivas, as quais ficam proibidas nas ruas centrais da cidade. As práticas esportivas, seriam diversões que nesse momento, passam a ser motivo de disciplinamento, sendo proibidas nas ruas centrais da cidade e acreditamos que tais proibições, provavelmente, envolvem, também, práticas vivenciadas no Açude Novo, tais como banhos e passeios de canoas, como podemos observar na foto a seguir.⁷¹



Figura 01: barcos no Açude Novo

O Açude Novo seria um dos alvos daquelas medidas urbanas. Um dos resultados disso seria que, na década de 1960, por exemplo, ele já não era visto

⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Código de Posturas. 1952.

⁷¹ Todas as fotos utilizadas nesta Dissertação foram capturadas em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/>, salvo quando há indicação contrária.

como o Açude, ele já não existia por si mesmo, era visto ou vislumbrando como algo que poderia ser transformado:

Quando se decidiu ampliar a Avenida Floriano Peixoto e urbanizar as margens do Açude Novo a polêmica ocorreu em função de dois estabelecimentos diversionais que seriam construídos naquela área. O teatro Municipal (hoje Teatro Severino Cabral) e o Cine Planalto, que, segundo os jornais, seria uma das sete maravilhas da modernidade campinense, mas que nunca saiu do papel.

(...)

A Prefeitura ampliou a Floriano Peixoto até as margens do Açude Novo, concedendo à empresa que iria explorar o Cine Planalto um local adequado para sua construção. O calçamento foi feito tanto no prolongamento da rua Índios Cariris, em demanda à rua Treze de Maio, como da avenida Floriano Peixoto. O que seria uma simples reformulação técnica, levou vários jornalistas a lembrarem que naquela artéria deveria haver uma “caveira de burro enterrada”, pois havia muitos anos que a reforma vinha sendo pensada e não acontecia.

(...)

O Jornal, ainda como porta-voz da população, afirmava que a iniciativa teve ‘o aplauso de toda a população esclarecida que via no Açude Novo um dos logradouros de maiores possibilidades estéticas e conforto urbanístico que possuímos.’⁷²

Instalou-se então uma polêmica na cidade em torno da urbanização e transformação do açude:

Tanto era assim que várias pessoas teriam mandado cartas à redação, oferecendo sugestões para a sua urbanização e embelezamento, sendo que uma delas era a de que “fosse construído, no centro do açude um pavilhão, como existem outros em outras cidades. Seria assim como um castelo flutuante, com local para danças, restaurantes, sorveterias, etc...”⁷³

72 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**, p. 78-80.

73 Op. Cit., p. 80.

Percebemos que apesar de, naquele momento, se desenhar e sonharem outros contornos para a área e de seus “usos” se destinarem ao lazer, ainda não ficava claro se desejavam esvaziar o Açude, aliás, na sugestão do leitor, “um castelo flutuante” deixa-se claro que as águas do açude ainda não eram excluídas dos sonhos de cidade.

Em homenagem aos 111 anos da cidade de Campina Grande, Benedito Maia escreveu que os campinenses tinham um estado de espírito diferente e registrou algumas dimensões do que era ser campinense para ele. Entre ter participado de fatos marcantes na vida política da cidade, ou frequentado a Flórida, ele cita ter tomado banho no açude novo como uma delas:

Ser Campinense é ter participado da vida estudantil de 1949 (...)

Ser campinense é ter dançado na sede do 31, na rua Maciel Pinheiro e haver tomado as pingas na antiga ‘Florida’ no edifício Esial (...)

É ter acompanhado as pegas políticas dos que faziam política de alma aberta, como Severino Cabral, capitão Rodenbuk – gaúcho-campinense. Arnaldo Lafayete. E ter tomado **banho no açude novo** (grifo autor) ou pescado cará no açude da prata ou ainda ter assistido a inauguração da Rádio Trairi, lá em Bodocongô (...).⁷⁴

Os açudes, além de atender uma necessidade básica para a sobrevivência, a água, vinham desde o século XIX sendo objeto de práticas de lazer. O Açude Velho e, em especial, o Açude Novo, que ainda na década de 1960, continha água, vinham sendo objeto de investimentos materiais e simbólicos no que dizia respeito ao lazer

Dois meses antes da inauguração do Parque do Açude Novo e Museu de Artes, num artigo, publicado primeiramente no jornal “A União” e depois no Jornal da Paraíba, o professor e jornalista Stênio Lopes, falou sobre o “lazer” na cidade de Campina Grande, frisando que usa palavra “lazer” para falar a linguagem daquele momento, mostrando a historicidade da palavra. Ao longo do texto o autor apresentou várias práticas e investimentos em lazer na cidade, das quais a maioria girava em torno dos Açudes. A crônica é transcrita a seguir na íntegra, pela sua relevância.

74 Campina: 111 anos. Jornal da Paraíba, 05/10/75, p.2.

Não têm sido raros os que em Campina Grande procuraram criar oportunidade de lazer para a população.

Talvez o exemplo mais significativo – pelo inusitado da solução e por se tratar de iniciativa privada – foi o de Otoni Barreto que, há varias décadas procurou criar uma ‘praia artificial’ numa das margens do Açude de Bodocongó.

Até areia da praia de João Pessoa mandou ele vir em caminhões para cobrir uma área escolhida e previamente trabalhada à margem do açude.

Na década de 50, havia o Clube Aquático, à beira do reservatório, e ainda se praticava o ‘ski’ aquático com velozes lanchas a motor fazendo a alegria de alguns felizes filhos de famílias ricas, a ‘praia’ de Otoni Barreto já havia desaparecido.

Elpidio de Almeida, em suas duas administrações na Prefeitura de Campina Grande, preocupou-se com áreas de lazer – para falar a linguagem de hoje. Não sei se foi na sua primeira administração ou se foi na gestão de Plínio Lemos, que Burle Marx veio a Campina Grande projetar o ajardinamento e melhor aproveitamento para lazer, do Açude (sic) Velho.

Mas Elpídio de Almeida, com Lynaldo Albuquerque na Diretoria de Obras Públicas, foi quem construiu os dois pequenos prédios, à margem direita do Açude Velho (sic), um destinado a ser uma sorveteria (na época não se falava em ‘lanchonete’) e o outro a uma biblioteca ao lado da qual deveriam ser construídos jardins. Os dois pequenos prédios foram, posteriormente, entregues à Universidade Federal da Paraíba e lá funcionam ainda agora, um restaurante universitário e o Clube dos Estudantes Universitários.

Newton Rique, logo no início de sua administração mandou chamar do Rio o arquiteto Vit Olaf Prochnid, da equipe Burle Marx, não somente para retomar os planos de urbanização do Açude Velho, mas também para conceber o arrojado plano, muito discutido na ocasião, de esvaziar e urbanizar o Açude Novo.

O prefeito Williams Arruda realizou obras no Açude (sic) Velho, melhorando sensivelmente o aspecto urbanístico de seu contorno.

O interventor Paes de Lima (sic) tentou fazer alguma coisa no plano do Açude Novo. E o interventor Luiz Mota Filho (sic) mostrou intensa preocupação em organizar as chamadas ‘áreas de lazer’, através da Condeca.

Caberia, porém, ao atual prefeito Evaldo Cruz realizar concretamente muitos planos anteriores, acaba ele de entregar ao publico

interessantes equipamentos no Açude Velho (lanchonete e barcos de pedal) inaugurou o que ele chama de Centro Integrado de Turismo, com o aproveitamento da velha estação da estrada de ferro e baldios terrenos adjacentes.

Nesse conjunto funcionam restaurante, buate, lanchonete boxes de venda de artigos do artesanato regional, haverá museu do algodão, funciona um parque infantil(...)

No setor da iniciativa privada, continuam as reuniões domingueiras em granjas muito bem postas, nos arredores da cidade, e a juventude continua a divertir-se nas buates e nas choparias.

O Açude Boqueirão continua como uma possibilidade de atrair esportistas (em que pese aos perigos de poluição e contaminação de reservatório do abastecimento água(sic) potável da cidade de Campina Grande) mas continua firme o hábito das temporadas de praia no litoral de João Pessoa e arredores, como a melhor opção para os que têm recursos suficientes para tanto.

Em breve, o conjunto projetado para o Açude Novo estará também entregue à cidade, aí haverá o Museu de Arte e, para regalo dos visitantes, fonte luminosa e outras atrações.⁷⁵

O autor, ao fazer um resumo dos sonhos e das obras dos prefeitos, levanta um fato que nos chama a atenção: a maior parte dos espaços onde ela remete à palavra lazer gira, mesmo, em torno dos açudes da cidade.

No final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, sob a administração do prefeito Severino Bezerra Cabral(1959-1963), a área do Açude Novo foi alvo de olhares que desejavam ver sua transformação. Novas formas eram sonhadas para serem inscritas naquele local, o que levaria, certamente, a novas práticas e a novos usos dos corpos naquela espacialidade. Sonhava-se, então, com um teatro e um cinema.

Foi na administração de Newton Rique (1963-1964), este que mais tarde seria um dos grandes financiadores da implantação do asfalto em Campina Grande, na década seguinte, quando a cidade era administrada por Luiz Motta Filho(1970-1973), que se pensou efetivamente no esvaziamento e urbanização do Açude Novo.

O Prefeito Newton Rique, segundo o Jornal da Paraíba, teria dado o primeiro passo no sentido de urbanizar aquele local, contratando um arquiteto e

⁷⁵ Lazer em Campina Grande. Jornal da Paraíba, 09/11/75, p.2. Grifos nossos.

urbanista para projetar outros contornos para aquela espacialidade, a qual já nos anos 1960, incomodava os moradores por muitos motivos.

Foi Newton que, tendo trazido de fora um arquiteto e urbanista para projetar o que deveria ser feito com o local até então ocupado pelo Açude Novo, esvaziou o local que beirava o muro Mosteiro Santa Clara, e chegava a tornar intransitável, quando acumulava mais água, a rua D. Pedro II.

Quando o prefeito Williams Arruda assumiu a prefeitura encontrou aquele terreno, que era o balde do Açude Novo, cheio de mato e resíduos de esgotos domésticos. Ele fez construir um valado circular.⁷⁶

Água acumulada num açude, essa não seria a função normal de qualquer açude? Porém, nos anos 1960, em Campina Grande, as águas do Açude Novo, que foram responsáveis tão longamente por dar vida aos corpos da cidade, receberam outros sentidos – mostraram-se, mesmo, inconvenientes. Aquela água parada e, quase sempre, malcheirosa, não se fazia mais necessária ou funcional para a cidade, a qual já contava, naquele momento, mesmo que não completamente, com o abastecimento da “Adutora de Boqueirão”.

Por aquela época, sua área era vista, pensada e dita por muitos campinenses como de atraso, abandono, servindo de depósito de lixo e esgoto, para os moradores das proximidades, além ser representada como uma área perigosa, havendo vários casos de assassinatos no local.⁷⁷ Como lembra Pesavento, a cidade “(...) não é maldita e degradada somente em função dos seus espaços arruinados, mas principalmente pelas práticas sociais que abriga e pelos personagens que povoam aqueles lugares.”⁷⁸

A imagem abaixo, capturando o sentido Bairro da Prata/Centro, registra o Açude Novo, ainda com água, no início dos anos 1970.

76 Primeira Mão. Jornal da Paraíba, 01 de fevereiro de 1976.

77 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Por uma vida menos infame. In. _____ . (org.) **Populares na cidade**. Vivências de trabalho e lazer. João Pessoa: Idéia, 2011, p. 81-107; cf. p. 102.

78 PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In. _____ & SOUZA, Célia Ferraz de. (Orgs.) **Imagens urbanas**. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, p. 25-38, cf. p. 34.



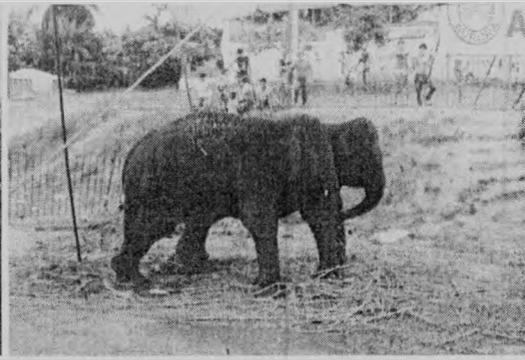
Figura 02: foto aérea de Campina Grande (a seta indica o Açude Novo)

Em outubro de 1971, Armando Lira esboçou, no jornal da Paraíba, seus sonhos para Campina Grande, nos quais a urbanização do Açude Novo era almejada e fazia parte dos planos para uma Campina Turística:

A urbanização de nossas praças e ruas (o Açude Novo quando será urbanizado?), o serviço de esgotos em todos os bairros, asfalto nas principais vias públicas, tudo isso é indispensável para que Campina seja uma cidade turística. Armando Lira⁷⁹

No ano de 1972, um circo se instalou naquele local, e seus animais ficaram soltos. Podemos ver na fotografia a seguir, elefantes sendo alvo da curiosidade dos habitantes. É possível perceber crianças descalças e habitações “irregulares” que seriam alvo nos anos seguintes de desapropriação por parte da municipalidade.

⁷⁹ Campina e o turismo. Jornal da Paraíba, 17/10/71, p. 02.



Figuras 03 e 04: elefantes no esvaziado Açude Novo

Nas duas fotografias a seguir, dos anos 1970, também é possível perceber signos do mundo rural, assim como uma área que vinha sendo vivenciada pelas crianças para fins de divertimento. A primeira delas registra uma área próxima ao que hoje é o cruzamento das ruas Índios Cariris e Pedro II, ponto de intenso tráfego de pessoas e veículos. A segunda captura o momento de uma defesa, num jogo de futebol. O pano de fundo do jogador remete à ruralidade daquela espacialidade, naquele momento.



Figuras 05 e 06: esportes no esvaziado Açude Novo

Mas os espaços não falam por si mesmos, nem tem sentidos próprios e homogêneos; eles assumem sentidos, feições a partir do que é vivenciado. Fazer sua história é “(...) recuperar os traçados dos múltiplos percursos, como também identificar as diversas maneiras de caminhar; não apenas inventariar os lugares, como analisar as maneiras de se apropriar dos lugares.”⁸⁰

80 BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 45.

Por isso a preocupação em perceber os sentidos daquela espacialidade e as distintas vivências experienciadas ali. As proximidades do Açude Novo vinham sendo objeto de inquietação da população há algum tempo. A noite, por exemplo, se atribuíam, no início dos anos de 1970, devido à ocorrência de alguns crimes no local, como sendo uma área perigosa, ou até mesmo, palco de condutas pouco aceitáveis para uma parcela da cidade. Principalmente porque era muito próxima à rua Índios Cariris, área de prostituição.

Dona Maria José da Silva, moradora de uma rua que beirava o Açude Novo, “afirmava não tolerar mais a bagunça de algumas mulheres de vida livre” naquela região. A moradora, diz o Jornal da Paraíba, “Registrou queixa na Primeira Delegacia, declarando que dezenas de ‘piranhas’ ficam todas as noites nas calçadas do Teatro, e se agarram com as pessoas que passam, tanto com mulheres quanto com os homens...”⁸¹

Numa coluna do Jornal da Paraíba, intitulada *Flashes da Cidade* é possível perceber outra dimensão daquela espacialidade. O jornal faz uma crítica, referindo-se a uma casa situada proximamente ao Teatro Municipal, por ela se apresentar demasiadamente rural.

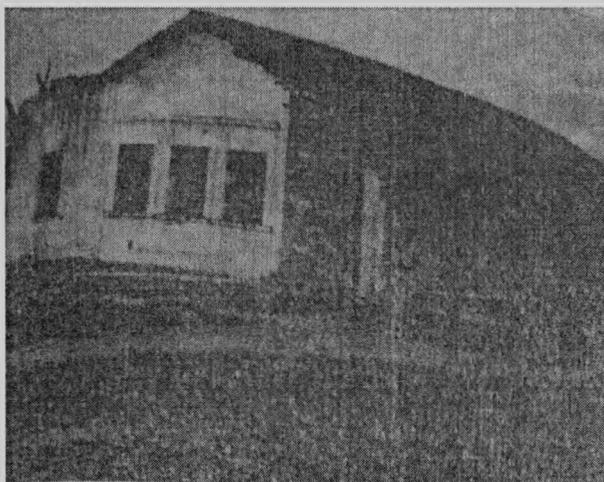


Figura 07: casa nas imediações do Açude Novo

A visualização, os cheiros e os sons que aquela residência e seus animais imprimiam na cidade, chocavam e chegavam mesmo a “ofender a sensibilidade da urbes”, a qual, segundo o jornal, não poderia mais aceitar algo daquele tipo.

81 Jornal da Paraíba, 17 de março de 1972, p. 07.

Os sentidos eram aguçados, na visualização, daquela espacialidade, por signos de uma ruralidade que se queria negar, apagar e esquecer.

O visitante acorre ao teatro, um dos mais modernos do Norte do país e depara-se com o reverso da medalha. De um lado a imponência de uma casa de cultura e do outro, um pardieiro, ameaçando ruir a cena bucólica de fazenda em ruínas, galinhas e porcos chocarreiramente enchendo o ar e o cenário de ruídos e imagens inconformes.

O terreno baldio ao lado do Teatro Municipal, a casa em ruínas não pode permanecer com tal. Destoa, afronta, desmerece, ofende a sensibilidade da urbes que se alvoroça no ímpeto de crescimento. Há lei municipal regulando, punindo, coibindo coisas assim. Na impossibilidade de fazer desaparecer o pardieiro, que se construa pelo menos o muro como exigem as posturas municipais.⁸²

Tais práticas, vividas numa área bem próxima ao centro da cidade, não pareciam mais condizer com os anseios de uma cidade que queria se mostrar desenvolvida, culta e industrializada. Vejam bem, fala-se de paisagens e sons que não condiziam mais com a sensibilidade, segundo o jornal, da cidade “sedenta” por crescimento.

No ano anterior à inauguração do Parque do Açude Novo, o Jornal da Paraíba registrou uma cena de medo e de violência, Era noite. Março de 1975. Um casal caminhava por um lugar pouco iluminado. Ali, Tânia Maria, 21 anos, prostituta, passaria por momentos de angústia e de violência, dizendo ter visto a morte de perto. Ela e um acompanhante transitavam pelo largo do Açude Novo, vindos de um bar localizado na Rua Lino Gomes, quando começaram a discutir e a se estapear. Um vigia que estava próximo atirou três vezes contra o agressor de Tânia Maria. Tendo desmaiado, ela foi socorrida por populares. Logo ao acordar, percebeu que seu dinheiro havia sido roubado, e acusou o vigia de tê-la furtado.⁸³

Noutro sentido, e em muito ligado ao que já se disse, o Açude Novo podia ser percebido como uma zona lúgubre e destoante em relação à Campina Grande que os seus melhores sonhos de progresso e desenvolvimento teciam.

82 Jornal da Paraíba, 04 de março de 1972, p. 05.

83 “Vigia dispara contra casal”. Jornal da Paraíba, 08/03/1975, p. A historiografia registra outras cenas de violência naquele lugar, inclusive envolvendo policiais que se viram acusados de cometer homicídio na Ponte do Açude Novo, em 1952. Cf. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Por uma vida menos infame, p. 102.

Esta segunda linha de pensamento embasou os projetos que permitiram a produção histórica do Parque do Açude Novo.

Precisamos lembrar que o Açude Novo, pelos anos 1970, inscrevia-se na cidade de forma ambígua. Num sentido, aquele espaço era o ambiente de práticas de sociabilidade ligadas, de alguma forma, às possibilidades abertas pelas suas condições naturais, pela casualidade ou espontaneidade nos usos dos corpos. Se houvesse água, era possível nadar, banhar-se, passear em canoas, lavar animais ou automóveis. Se o tempo seco diminuísse o espelho d'água (ou depois do esvaziamento do balde do Açude), era possível usar trechos para abreviar caminhos, para pasto de alguma criação – ou, em momentos de escuridão, para usos pouco honestos ou legítimos. Para quem o utilizava, não importando a finalidade, aquele espaço tinha a possibilidade de várias vivências.

Em resposta a tantas demandas, no mês de outubro de 1971, num encontro a portas fechadas, na Câmara de Vereadores, o então interventor, Luiz Motta Filho, além de reconhecer que a urbanização daquela área tinha sido pensada desde 1963, enuncia grande preocupação com os aspectos urbanísticos da cidade, citando a obra de urbanização do Açude Novo como sendo inadiável e uma das obras de grande necessidade para o município de Campina Grande.

No encontro mantido com os vereadores, a portas fechadas, o sr. Luiz Motta Filho disse da grande necessidade do Município de cuidar de obras inadiáveis, como sejam a pavimentação que toma vulto nas principais ruas da cidade, a iluminação do centro e dos bairros e o início e conclusão do parque e urbanização do Açude Novo, obra projetada em 1963 e ainda não iniciada, com reais prejuízos para o aspecto urbanístico daquela área.⁸⁴

Nesse mesmo encontro, encaminhou um Projeto de lei que autorizava a prefeitura a vender ações da Petrobrás, pertencentes ao município, e até mesmo a fazer empréstimos, para angariar recursos para, entre outras ações, urbanizar e construir um Parque no Açude Novo:

84 Jornal da Paraíba, 28 de outubro de 1971.

Art. 4º - O valor resultante da operação da venda das referidas ações deverá ser totalmente aplicado em serviços de pavimentação, iluminação da cidade de Campina Grande, e urbanização e parque do Açude Novo, segundo plano prioritário estabelecido pelo Executivo Municipal, sendo expressamente vedada a mudança de sua destinação.

Art.5º - Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a contrair empréstimo até o montante de TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS (Cr\$ 3.000.000,00) em estabelecimentos bancários e ou entidades financeiras nacionais, destinado aos serviços de pavimentação, iluminação, urbanização e parque do Açude Novo em referência, caucionando as referidas ações em garantia do mútuo se, ao invés de aliená-las, preferir essa opção.⁸⁵

A urbanização daquela área e a construção do Parque do Açude Novo traria consigo a inscrição de outros sentidos àquela espacialidade. Os contornos e as especificidades daquele Parque dizem respeito à sensibilidade daquele momento, aos sonhos contidos dentro da gestão de Luiz Motta Filho. A urbanização do Açude Novo estava dentro dos projetos especiais e prioritários do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, desenvolvido durante a gestão do Interventor Luiz Motta Filho. Aquela nova espacialidade estaria, certamente, comprometida e inserida na lógica do governo militar pensar as cidades.

No sentido de reordenar o espaço campinense, Luiz Motta Filho desenvolveu e conseguiu financiamento, numa ação integrada com o governo federal, no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), do Ministério do Interior, para um plano de desenvolvimento para Campina Grande, efetuando, juntamente com a Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA), um diagnóstico amplo, envolvendo a situação econômica, social, urbanística e infraestrutural. Foi elaborado um documento que continha medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazo para melhoria da cidade, no qual eram envolvidos profissionais das mais variadas especialidades, resultando no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande o (PDLI). Uma das ações previstas seria a construção de um parque “interligando as áreas denominadas Açude Velho e Açude Novo”.⁸⁶

85 Jornal da Paraíba, 28 de outubro de 1971.

86 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande no período de 15 de julho de 1970 a 31 de janeiro de 1973, p. 17.

Poderíamos chamar aquele espaço de uma *grande zona de lazer*, que ocuparia um papel importante na cena cultural urbana em Campina Grande. Teria ele o papel de permitir aos seus habitantes a fruição de novas e regradas formas de lazer. Transformaria significativamente o cenário e os usos dados àquele lugar, ficando então, especializado no recrear e no circular. Reinventavam-se as possibilidades de viver, sentir e usar o corpo na cidade. Queria-se, porém, ali, possivelmente, dar vida ao corpo uniforme de equipamentos funcionais e articulados.

A construção do Parque do Açude Novo, embora pareça ser contraditório, num regime marcado pela violência inscrita nos corpos dos indivíduos que não compactuavam os ideais do regime, respondia à necessidade de, por meio do lazer, humanizar a cidade além de trazer segurança e progresso sonhado pelo governo militar. Outra dimensão das ambições dos anos pós 1964, também seria a de tirar do campo da invisibilidade os usos que os indivíduos faziam dos corpos no tempo livre.

Em nome do lazer e da harmonia social ou da paz social, tratou-se de substituir espaços e atividades perigosas por espaços e atividades que, ao invés de ameaçar, fossem favoráveis à disciplina moral e social que se pretendia manter.⁸⁷

O Parque do Açude Novo foi, então, projetado e idealizado pelo arquiteto Renato Azevedo, que esteve à frente dos projetos da COMDECA durante toda a década de 1970. Mas o projeto em si do Parque, foi realizado pouco tempo antes de Evaldo Cruz(1973-1977) assumir a administração do município de Campina Grande, ainda sob os comandos de Luiz Motta Filho. Em discurso no dia da inauguração do Parque, Evaldo Cruz reconheceu:

A extraordinária sensibilidade do arquiteto Renato Azevedo projetou-o, pouco antes de assumirmos o Governo do Município. Não hesitamos um minuto sequer em incluí-lo no Programa Trienal de nossa Administração, mesmo cientes das dificuldades que seriam enfrentadas tal o vulto da obra e das incompreensões que pode cercá-la.⁸⁸

87 SANT'ANNA, Denise B. de. **O prazer justificado**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

88 Jornal da Paraíba, 01/02/76.

Apesar do esforço da prefeitura em justificar todo o investimento em se planejar racionalmente a cidade de forma planejada e de que naquele momento não se pensava só no embelezamento da cidade, o próprio Renato Azevedo⁸⁹, arquiteto responsável por muitos projetos, naquele período, tais como Parque do Açude Novo, Museu de Artes, Centro Cívico, Urbanização do Açude Velho, Urbanização da Estação Velha, Canal do Prado, Avenidas Canal e Manoel Tavares e, anos mais tarde, pelo Shopping Center Campina Grande e Parque da Criança, proferiu uma palestra em 1979, tecendo críticas e questionando o planejamento urbano como promotor de desenvolvimento, afirmando naquele momento que a “preocupação maior consistia em dotar a cidade de obras do embelezamento.”⁹⁰

Para Renato Azevedo tratava-se, ainda, de uma visão eminentemente espacial, de uma ótica equivocada, pela qual a criação do espaço e da infra-estrutura favorece o *bem-estar da população*.⁹¹

A criação de cada novo equipamento implicou no apagamento de muitas vivências do espaço, e práticas de experimentação da dinâmica urbana. Cada um daqueles novos equipamentos sonhados queria introduzir na cidade um espaço específico para certas práticas culturais. Mais que isto, entretanto, se vistos em conjunto, eles parecem compor um quadro singular – na medida em que a invenção de cada um deles, bem como a articulação derivada dos seus usos preconizados e sonhados pelos Poderes Público Municipal e Nacional, remetem a idealizações de cidades desejadas, mais disciplinadas.

Os projetos de ampliação do verde e de áreas e instalação de equipamentos de lazer na cidade, os quais fariam a cidade se tornar bonita, limpa e cheirosa, foram privilegiados por Luiz Motta Filho e efetivados por Evaldo Cruz, porque para além de outras facetas, existia um compromisso com o bem estar da população. Estariam os corpos ou vivenciadores dos espaços da cidade, naquele momento, precisando de ânimo?

89 Jornal da Paraíba, 05/06/1977.

90 GURJÃO. Eliete de Queiroz. Planejamento Urbano em Campina Grande: Alcance e Limitações. Revista **Unipê**. V. 2, n. 3. JP:1998, p. 128.

91 Op. Cit., p. 129, grifos no original.

Era outra noite. Uma multidão transitava por um lugar iluminado. 31 de janeiro de 1976: Inaugurava-se a obra prioritária do Programa Trienal do Município: o Parque do Açude Novo. Instituído como marco zero da cidade, aquele local era apresentado pelo prefeito como sendo comprometido com velhos e novos sonhos da cidade.⁹²

Discursa o Prefeito Evaldo Cruz:

É pois com indisfarçável satisfação, que entregamos o Parque do Açude Novo ao povo de Campina Grande. É para ele que estamos tentando construir uma nova Campina. Uma nova Campina, sem perder a obsessão pelo trabalho consolida seu 'status' cultural na expansão de sua universidade. Pesquisa no seu passado experiências que a levem para novos triunfos e se humaniza no convívio diário que a paisagem verde e amena das áreas de lazer propiciam as suas gerações. Uma nova Campina onde o florescimento das artes não seja considerado atividade supérflua, mas parte essencial e integrante do seu processo de desenvolvimento. Onde as vocações artísticas saudadas como manifestações de sua evolução Cultural e não desvios de personalidades criadora de seu povo.⁹³

Naquela noite pretensamente alegre de 1976, às 20 horas do dia 31 de janeiro, uma grande multidão assistiu à inauguração do Parque do Açude Novo. Aquele novo equipamento urbano, sendo entregue à população, mudaria a feição de uma área, que naquele momento era tida como degradada. Além desse aspecto de regeneração urbana, produzia-se uma nova forma de representar a cidade e, o que era mais importante, uma nova possibilidade de usos dos corpos era colocada em cena. Novas paisagens preenchiam os olhares.

92 No Hino de Campina Grande, tornado oficial no governo Evaldo Cruz, a cidade é descrita como "Capital do Trabalho e da Paz".

93 "Evaldo: Uma longa caminhada de onze anos." Jornal da Paraíba, 01/02/1976.

No dia seguinte à inauguração do Parque do Açude Novo, o Jornal da Paraíba⁹⁴ expressaria sua opinião, parabenizando o prefeito Evaldo Cruz pela realização de um sonho da cidade e de todos os campinenses, sonho que, segundo o jornal, vinha desde a gestão do prefeito Newton Rique (1963-1964).⁹⁵

Neste sentido, tratando da nova inscrição de concreto no corpo urbano campinense, o Jornal falava de sonhos, de sensações e de imaterialidades:

Concretização de um sonho.

Evaldo Cruz conseguiu finalmente inaugurar a obra que tem sido um sonho.

Um sonho ou um desafio que desafiou quatro administrações.

Desde Newton Rique que se falava na construção de um Parque no Açude Novo.⁹⁶

Em matéria do Jornal da Paraíba, um dia após a inauguração, é possível perceber algumas dimensões daquilo que a velha espacialidade, deixada para trás com a inauguração do novo Parque, representava para aquele periódico e para os seus leitores, naquele momento. O texto anunciava algumas práticas vivenciadas no local, as quais remetem a vivências criativas naquela espacialidade antes da construção do Parque, quando o Açude não mais servia como fonte de água para beber, mas era vivenciado, também, para o lazer. Banhos aos domingos, passeios de canoas, ponto de encontro de lavadores de automóveis, era, enfim, – um lugar de múltiplas sociabilidades.

(...) o Açude Novo era ponto de encontro dos lavadores de automóveis. Desde o tempo em que o Açude Novo era o recanto dos banhos nos domingos e até de umas canoas que por lá foram instaladas para o lazer dos campinenses.⁹⁷

94 O Jornal da Paraíba, criado por um grupo de empresários no início daquela década, cumpria, com o seu concorrente mais antigo, o Diário da Borborema, o papel de registro da aparição, na cidade, dos signos do moderno. Isto se dava, entre outras formas, pela agilidade na transformação em notícia dos eventos que se articulam com certa sensibilidade, à qual o Jornal gostaria de dar visibilidade e legitimidade.

95 Cf. LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

96 Primeira Mão. Jornal da Paraíba, 01 de fevereiro de 1976.

97 Primeira Mão. Jornal da Paraíba, 01 de fevereiro de 1976.

O texto citado evidencia que aquele espaço materializado na cidade fez parte, durante muitos anos, daquilo que não se pode pegar, nem ver – os desejos e os sonhos sensíveis da cidade – um sonho antigo. Ali se traz à tona o conjunto de sonhos e desejos que compõem a cidade, e que no futuro serão examinados pelo historiador.⁹⁸ Ligando a materialidade do presente à imaterialidade do passado o texto se aproxima do trabalho do historiador, que, a partir de suas escolhas teóricas e metodológicas constrói sua narrativa, a partir de questões do presente, um passado possível para os acontecimentos.

POR ONDE QUEREMOS MERGULHAR?

O Parque do Açude Novo foi pensado e projetado, início dos anos 1970, quando Campina Grande viveu um momento singular no que diz respeito às formas de se pensar e governar a cidade, foi palco de enunciações e experiências que visavam dar corpo à mudança nos modos de agir, administrar, pensar e representar a cidade e os progressos urbanos.

O capítulo seguinte tem, justamente, este objetivo: o de propor um passado para aquele dia festivo, tentando contar e entender a história de outro momento, no qual muitos sonhos foram tecidos e tornados públicos, e a partir dos quais, em 1976, a cidade pode receber aquele Parque, equipamento público que ajudava a consolidar a zona urbana de lazer, sonho modernizador assumido pela municipalidade.⁹⁹

Mesmo que o sonho de urbanizar aquela área tenha sido inicialmente de outro gestor, Newton Rique, mesmo tendo sido desejado por várias administrações e mesmo tendo sido realizado, enfim, na gestão Evaldo Cavalcanti Cruz (1973-1977), aquela espacialidade, nos moldes em que seria edificada, foi desenhada nos anos da Interventoria de Luiz Motta Filho (1970-1973); os contornos concretos do Parque e do Museu foram marcados pela sensibilidade da gestão do interventor. Esta é a história que se deseja contar.

Nesse sentido, pensamos ser necessário historicizar os processos que levaram Campina Grande, naquele momento, a projetar a transformação de uma área da cidade na construção de uma espacialidade voltada ao lazer dito sau-

98 REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) Encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: Governo do Estado; Secretaria de Cultura; FUNDARPE, p. 19.

99 LE CORBUSIER. **Os três estabelecimentos humanos**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

dável. Para isso é preciso pensar a forma de governar da intervenção de Luiz Motta Filho; quais as sensibilidades colocadas em cena naquele momento; o que tornou possível a demarcação daquela transformação espacial como prioridade no horizonte de expectativa então sonhado.

Entendemos ser importante destacar que não encontramos, na nossa pesquisa, uma problematização historiográfica consistente sobre a gestão de Luiz Motta Filho – parecendo que a cidade quer esquecer os anos de interventoria, talvez justamente por se achar “atrevida” demais, não suportando lembrar que já esteve sobre os comandos de quem não escolhera diretamente. Porém, mesmo que pouco mencionado em estudos acadêmicos e pouco lembrado no cotidiano da cidade, as marcas do planejamento desenvolvido naquele período estão inscritas no corpo da própria cidade.

CAPÍTULO II

SALVANDO ALMAS

Um chamado. Uma convocação. Uma missão a cumprir. Uma cidade em suas mãos. Parece o discurso de alguém que foi chamado para a guerra, mas não se trata disso. Tratava-se de salvar uma cidade do desânimo e do caos.

Em junho de 1970, segundo o próprio Luiz Motta Filho, ele foi “surpreendido” com a notícia de que havia sido escolhido para governar Campina Grande: seria ele o novo Interventor Federal do município. Filho da terra, distanciado das lides políticas, como o próprio Luiz Motta Filho e os jornais da época gostavam de enfatizar, homem de negócios, químico industrial, ele vinha, até então, administrando empresas da família, tradicionalmente ligada a curtumes e ao beneficiamento de peles de animais.

Nos jornais da época, sua administração foi referenciada principalmente por ter “recuperado” a auto-estima dos campinenses e a crença de um bom futuro para Campina Grande. Produziu-se então a imagem de sua gestão como sendo a primeira a desenvolver um planejamento racional para cidade, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado. Teria sido a partir dessa nova maneira de pensar a cidade que se teria devolvido a sensibilidade do campinense e tornara possível planejar novos desenhos para velhos contornos da cidade, entre eles, a reinvenção espacial que daria novos sentidos ao Açude Novo.

AS ALMAS DA CIDADE

As cidades carregam consigo identidades que as fazem distinguir das outras. Quase sempre tais identidades tendem a homogeneizar toda a cidade a partir de uma característica marcante. Mas as identidades não nascem juntamente com as cidades. No que diz respeito à sua espacialidade, elas são produzidas ao longo de sua trajetória e ressignificadas no fluxo da história. Tais identidades são produzidas a partir de práticas, representações e produções discursivas, vivenciadas na espacialidade circunscrita da própria cidade – e tendem a impregnar os moradores das cidades, no sentido de que eles passam a se reconhecer a partir daquela pertença urbana.¹⁰⁰

100 PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In. _____ & SOUZA, Célia Ferraz

Quando se pensa nessa discussão quanto às identidades da cidade, em geral são levantados dados quantitativos, os quais podem nos dizer com objetividade se uma determinada cidade é polo comercial ou não, se uma cidade é desenvolvida ou não. Tal modo de analisar foi, durante muito tempo, responsável por fazer de Campina Grande um pólo comercial e seus moradores vistos como pessoas dinâmicas e trabalhadoras. A partir de números que demonstravam um grande lucro comercial e um alto número de empregos na cidade, Campina Grande se firmou como pólo comercial nos anos de 1940 e 1950, sendo o beneficiamento de algodão a principal atividade nesse setor.¹⁰¹

Campina Grande, entre os anos de 1940 e 1950, construiu para si, a imagem de Capital do Trabalho e cidade desenvolvida. Tal imagem foi registrada, na época pelos jornais, posteriormente por memórias sobre o período e por fim vem sendo problematizada pela historiografia que estuda o período, pois, segundo Souza, não existia essa homogeneização:

A cidade era diversa, difusa, “desviante” daquela pretendida por suas elites. E as práticas das pessoas não mudavam assim tão rápido como pretendiam os educadores sociais. Aqui, como em todos os lugares que sofreram processos de modernização acelerados, o arcaico, o velho, o antigo insistia em se misturar, mesclar e, segundo aqueles discursos, “interromper” o moderno.¹⁰²

Ainda segundo Souza a cidade era representada nos discursos como sendo ao mesmo tempo alegre, voltada às festividades e trabalhadora, num contexto em que se divertir não era algo prioritário:

Na maioria dos discursos produzidos à época, os campinenses são retratados como pessoas alegres e muito voltadas para as festivi-

de. (Orgs.) **Imagens urbanas**. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, p. 25-38. Cf.: REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) Encantos modernos**, p. 19-26.

101 Cf. SILVA JUNIOR, Geraldo Francisco. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In. OLIVEIRA, Roberto veras de. (org.) **Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB; EDUFCG, 2009, p. 11-33.

102 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese de Doutorado. Recife, PE: UFPE; CFCH; Programa de Pós-Graduação em História, 2002, p. 77-78.

dades coletivas. Contudo, estes mesmos discursos afirmam que os habitantes, dos mais diferentes matizes, trabalhavam o tempo todo, quase não tendo tempo para divertir-se.¹⁰³

Mas Campina Grande vivia, na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, uma espécie de esvaziamento de sentido, na medida em que muitos dos seus habitantes olhavam para ela e já não a reconheciam, e ainda, o que era pior, não conseguiam pensar em outras possibilidades. A cidade parecia ter desistido de sonhar seu futuro.

No início da década de 1970, Campina Grande era representada pelos jornais como uma cidade que passava por uma crise econômica e que estava sem o que eles acreditavam ser a alma da cidade, ou seja, sem o que seria a sua identidade. E para falar, da alma, do estado de espírito dos moradores da cidade de Campina Grande, devemos passar pelo campo da sensibilidade, não é possível quantificarmos a intensidade desses sentimentos dos campinenses, mas é possível perceber como eles representavam a si próprios e a cidade onde eles viviam.

Os letrados da cidade reconheciam esta mudança, mas pareciam não aceitar a transformação nos modos de agir dos campinenses. No editorial do Jornal da Paraíba, do dia 09 de setembro de 1971, ao falar sobre o desfile de 07 de setembro na cidade, momento de exaltação da nação, ainda mais em tempos de Ditadura Militar, o jornal demonstrou certa naturalização nos modos como enuncia a falta de ânimo dos campinenses, porém não deixa de expressar indignação às formas pelas quais os corpos desanimados por ali passaram: “Não devemos deixar que o desânimo atual nos leve a um sentimento de decadência. É preciso sacudir a alma campinense.”¹⁰⁴

Eram recorrentes as reclamações, nos jornais do início dos anos 1970, em relação à falta de entusiasmo dos campinenses. A insistência nesse assunto nas matérias e no editorial do Jornal da Paraíba demonstra que uma das mais importantes questões e inquietações da época, referia-se à alma do campinense, à sensibilidade dos seus moradores.

Luiz Motta Filho foi o segundo Interventor de Campina Grande e colocou-se como o restaurador do que seria a “alma” campinense. As reformas administrativas e urbanísticas implementadas e sonhadas por ele na/para a cidade foram vistas como motivadoras para a recuperação física, financeira e emocional da cidade.

103 Op. Cit., p.36.

104 Jornal da Paraíba, 09 de setembro de 1971, Editorial, p. 02. Grifo nosso.

Naquela época, no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, em pleno Regime Militar, as Intervenções Federais se deram quando um grande impasse se colocava para as cidades brasileiras, e que dizia respeito à questão urbana. Ou, melhor dizendo, dizia respeito aos problemas que se colocavam devido ao aceleramento da urbanização ocorrido naqueles anos, atribuído à crescente migração do campo para as cidades, pouco capazes, então, de enfrentar com eficiência os novos desafios que então se apresentavam. Era preciso, como muitos defendiam então, organizar aquele crescimento.¹⁰⁵

O Governo Militar, no que dizia respeito à urbanização brasileira, começou a se preocupar, num primeiro momento, com moradia. Só no final dos anos de 1960 e início dos anos 1970 a questão urbana, a partir de olhares multidisciplinares, começou a ser prioridade, devido ao crescimento desordenado das cidades e ao grande crescimento de bolsões de moradias irregulares visíveis. O governo federal passou a observar a partir de então, também, as questões físico-territoriais e o “excedente”, ou seja, aqueles que ainda não haviam conseguido se incorporar de forma legitimada pelos poderes, na cidade. O que houve, até 1964, foram medidas de caráter localizado e de “cirurgias cosméticas”.¹⁰⁶

Naquele contexto, algumas cidades foram objeto de atenção mais especial por parte do governo federal. Foi assim que, em maio de 1969, numa decisão tornada possível pelo Ato Institucional número 05, de 13 de dezembro de 1968, o governo federal destituiu o então prefeito de Campina Grande, Orlando Almeida. A cidade se viu, então, sob intervenção federal, entregue a um sertanejo da cidade de Catolé do Rocha (PB), ou seja, a um “forasteiro”, o General Manoel Paz de Lima (1969-1970) que não teve um governo muito tranquilo, sempre encontrando oposição pelo caminho.

O primeiro interventor, representante de uma ação dura do regime militar, não manteve, por exemplo, uma gestão muito amistosa com a Câmara de Vereadores. Isso ficou evidenciado, entre outros momentos, numa matéria do Diário da Borborema, influente jornal local, intitulada “Câmara volta a tomar posição contra o Interventor Manuel Paz e Lima”, de 29 de abril de 1970. A matéria, divulgada poucos meses antes do próximo interventor assumir o município, dá indícios de que além do desentendimento daquele dia, outros conflitos

105 Cf. SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a Política Urbana Brasileira: Uma Contradição Evidente. In: **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

106 BOLAFFI, Gabriel. Planejamento urbano: reflexão sobre a experiência recente. **Novos Estudos Cebrap**, 4, 1982.

já haviam ocorrido entre o interventor e os vereadores. As discórdias, naquele momento, chegaram ao ponto do vereador Ary Rodrigues, aliado de Paz de Lima, pedir o fechamento da casa:

O vereador Ary Rodrigues, nesse momento fazendo sérias críticas e restrições a oposição e a presidência da mesa, pediu o fechamento da Câmara Municipal, tendo o vereador Nestor Alves de Melo Filho indeferido o requerimento e cassado a palavra daquele edil, suspendendo a sessão em seguida.¹⁰⁷

A querela dos vereadores, naquela ocasião, girava em torno de Projetos de Lei que implicavam em despesas para a municipalidade. Os vereadores queriam deixar tais decisões para o próximo interventor da cidade, mesmo que, naquele instante, seu nome ainda não fosse conhecido. Talvez os legisladores opositoristas expressassem daquela forma sua pouca confiança na capacidade administrativa de Paz de Lima. De qualquer maneira, a passagem do General pela municipalidade acabou sendo breve.

O General Paz de Lima, enquanto isso, parecia já em dezembro de 1969 se preocupar com a questão urbana da cidade. Naquele mês ele encaminhou um documento ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão criado em 1964 para pensar o planejamento urbanístico das cidades. Aquele órgão, que funcionou até 1974, teve como funções promover pesquisas sobre a dinâmica urbana e atuar na indução das cidades brasileiras a construírem os seus Planos Urbanísticos – para só então poderem receber financiamento do governo federal, cada cidade para receber financiamento deveria desenvolver o que eles chamavam de Termos de Referência e em seguida um Plano de Desenvolvimento Local Integrado.¹⁰⁸

Segundo Jorge Wilhelm, naquela ocasião o Brasil usou os modos de pensar a cidade inicialmente propostos por Le Corbusier, o qual “apelava para um maior rigor científico e um enfoque mais humano, isto é, um enfoque psicológico, econômico, antropológico e cultural” nos desenhos da cidade.¹⁰⁹ No entanto,

107 “Câmara volta a tomar posição contra o Interventor Paz e Lima.” Diário da Borborema, 28 de abril de 1970.

108 Cf. VIZIOLI, Simone Helena Tanque. **Planejamento urbano no Brasil: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU, 1998.

109 WILHEIM, Jorge. **Cidades: o substantivo e o adjetivo.** São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 69.

tais ideias seriam apropriadas aqui no país mediante o uso de uma expressão que viraria sigla: o planejamento do desenvolvimento local integrado, o PDLI.

Para o urbanismo, é preciso o planejamento multidisciplinar que teria então;

(...) por objetivo facilitar as condições de existência, realizar a saúde moral e física dos habitantes, favorecer a perpetuação da espécie oferecendo os equipamentos necessários a uma perfeita educação, proporcionar a alegria de viver e fazer aparecerem e se desenvolverem sentimentos sociais capazes de levar ao civismo; o civismo gerador de ação levará a comuna ao mais alto grau de consciência e de dignidade.¹¹⁰

Para Corbusier, a moradia e seus prolongamentos, inventariadas por pessoas competentes, ou seja, profissionais especializados, e o planejamento prévio, teria por objetivo algo desejado pelos governantes daquele momento em Campina Grande: a melhoria de vida nas cidades.

Mostrando interesse, neste contexto, em receber financiamento para realizar um Plano de Desenvolvimento Integrado, Paz de Lima recebeu parecer favorável quanto ao seu pleito em março de 1970, fazendo-se, porém, necessária à elaboração dos Termos de Referência para concretização do financiamento.

A criação do SERFHAU expressava a preocupação do governo militar com a dimensão físico-territorial do espaço urbano brasileiro, visto que, naquele período, houve aumento populacional nas grandes cidades. Visava-se incentivar, a partir dos anos 1970, o desenvolvimento integrado das cidades de médio porte, para conter o inchaço dos grandes centros. No seu horizonte estava a ideia de que a diminuição das desigualdades sociais e a incorporação de mão de obra ociosa nas grandes obras de urbanização, isso se tornou urgente.

O aumento populacional nas cidades e a complexificação da vida urbana foram objetos de preocupação, isso sendo debatido amplamente em setores estratégicos do regime, como a Escola Superior de Guerra.¹¹¹ Todas essas questões se mostraram presentes no olhar das interventorias sobre a cidade de Campina Grande.

Cf. MONNIER, Gérard. **Le Corbusier**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

110 LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**, p. 65.

111 LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP; Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2004, p. 194.

A iniciativa de Paz de Lima, tornada pública na cidade, logo seria pensada como algo a ser enfrentado também pelos gestores que lhe seguissem na prefeitura. O Diário da Borborema registrou esta impressão já no começo de 1970:

Como se observa, estávamos às portas de uma realização de alto nível para Campina Grande, inspirada, sobretudo, na ação planejada do Interventor. Caberá ao sucessor do General Paz de Lima a concretização do financiamento que já recebeu parecer favorável.¹¹²

O financiamento almejado por Campina Grande demonstrava duas dimensões dos anseios do governo militar: a continuidade administrativa e a quase obsessão desses governos pela ação planejada das administrações.¹¹³ O planejamento e o desejo pela continuidade administrativa, valorizados pelo Regime Militar e preconizados pelo Diário da Borborema, seriam questões norteadoras da gestão do segundo interventor de Campina Grande.

Assumindo a municipalidade após Paz de Lima, Luiz Motta Filho, o novo interventor, tentaria construir uma imagem mais positiva de sua intervenção, assim como da cidade, do que aquela deixada por seu antecessor. Isso é perceptível quando examinamos a Campina Grande representada nos jornais da época e nas escritas produzidas pelo próprio Luiz Motta Filho.

A ALMA PERDIDA

Os letrados que escreviam na imprensa, como mencionado acima, repercutiam a sensação de que Campina Grande vivia, naquele momento, uma crise profunda, econômica e como diziam, psicológica. O influente professor e jornalista Willian Tejo, na sua coluna “Aqui, política”, enfatizou certa vez o desejo da mudança, ou melhor, o desejo que Campina Grande restaurasse a sua dimensão perdida, o passado, este sendo, para ele, o exemplo a ser seguido:

112 Diário da Borborema, 28 de abril de 1970. Futuro Interventor apreciará financiamento do SERFHAU.

113 Cf. FERREIRA, Mauro. **Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU**: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca. Tese de Doutorado. São Carlos: USP, 2007.

Comodismo é sinônimo de estagnação e estagnação significa morte. Campina Grande foi uma cidade que nasceu e vive da agressividade da iniciativa privada. (...) Hoje, infelizmente, pode-se notar uma espécie de comodismo que vai deixando os vitais problemas campinenses sem devida solução (...). O passado é um exemplo para a construção do futuro de Campina Grande.¹¹⁴

Campina Grande passava então por uma crise econômica, decorrida da forma centralizadora do Regime Militar, a qual minou a autonomia dos municípios e priorizou os investimentos nas capitais dos Estados. A cidade viu-se naquele instante sem perspectivas de melhora financeira.

Como a política centralizadora dos militares priorizava as capitais, as cidades de porte médio foram as mais prejudicadas, já que, os impostos foram concentrados na esfera federal e as receitas, que deveriam compensar a perda de arrecadação nesses municípios, não eram suficientes.

No município de Campina Grande, a reforma tributária foi mais um elemento de destruição do projeto de desenvolvimento local. Após a reforma ocorreu o completo esvaziamento dos cofres públicos e, como consequência, o fim da política de atração de novas empresas para alavancar o tão sonhado projeto de desenvolvimento industrial.¹¹⁵

Numa matéria de 1975, a imprensa registrou lembranças dos momentos difíceis para os comerciantes no final dos anos de 1960:

Cada dia que se passava aumentava o número de prédios vazios na principal rua do comércio de todo o interior do nordeste, a Presidente João Pessoa, chegando ao número de 40 estabelecimentos desocupados, trazendo prejuízos vultuosos ao Estado e a cidade...¹¹⁶

A cidade também passava por um processo de inchaço populacional; entre os anos de 1940 e 1970, a população urbana havia passado de 33.818 para

114 Jornal da Paraíba, 28 de setembro de 1971. Grifo nosso.

115 LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande**, p. 154.

116 Diário da Borborema, 11 de março de 1975.

164.864 habitantes, havendo, portanto, um aumento de quase cinco vezes o tamanho da população. E isso mesmo estando em meio a uma crise econômica, o que tornava o cenário ainda mais problemático:

(...) Campina [Grande] continuava a receber grande contingente de imigrantes, expulsos de suas terras ou advindos das cidades circunvizinhas à procura de condições de sobrevivência. A cidade encontrava dificuldade em absorver estes novos contingentes e inúmeros estabelecimentos comerciais haviam cerrado as portas.¹¹⁷

Aquele adensamento populacional significava não só um aumento bruto no número de pessoas e de sonhos dos que aqui chegavam, mas também de desilusões por não conseguir realizá-los. Entrava em cena, também, outras preocupações para os poderes públicos, tais como violência, falta de moradia, saúde, educação e lazer que pudesse atender todo esse contingente de novos moradores da cidade.

Durante esse período, aliás, Campina Grande deixou de significar, para muitos moradores da zona rural da cidade, um espaço de passagem, passando a ser o lugar de morada. Muitos atrativos e serviços contribuíram para essa mudança, tais como, o boom do algodão, a implantação de 16 empresas que constituíram o Distrito Industrial, a Universidade Regional do Nordeste (com seis Faculdades), duas unidades da Universidade Federal da Paraíba, uma escola de Medicina, ou mesmo sonhos de uma vida melhor. A cidade também viu crescer um conjunto de hospitais e casas de saúde, públicos e privados, o que provavelmente, entre outros atrativos, teria ajudado a confluir os habitantes em torno do centro urbano.

Campina Grande não havia se preparado ou se planejado para tamanho crescimento populacional. Houve, nesse período, um considerável aumento de moradias irregulares, denominadas de favelas, incrustadas em áreas da cidade, tais como o Largo do Açude Novo e Açude Velho, espaço que seriam incorporados nos anos de intervenção a uma grande zona de lazer, que envolveria aqueles dois Açudes e a Estação Velha.

Foi justamente sobre esse período, final da década de 1960 e início da década de 1970, que segundo Fábio Gutemberg Ramos B. de Sousa houve algumas mudanças na forma de representar Campina Grande nos discursos da época: A cidade começa a ser representada como feia:

117 RIBEIRO, Martha Lúcia. Política urbana em Campina Grande (1964-1990). *Nordeste em Debate* n.2.

(...) vamos perceber sutis mudanças no discurso ufanista da imprensa local em torno da ‘Rainha. Agora, ao lado das boas ao seu potencial econômico, a sua ‘bela paisagem urbanística’ vamos acompanhar algumas reportagens que num misto de preconceito e medo admitem que a cidade começa a adquirir traços que a tornam ‘feia’.¹¹⁸

As favelas foram apontadas então como lugares a ser combatidos, por enfearem a cidade e por representar uma imagem de cidade recusada pelo discurso urbanístico dominante naquele momento, o qual argumenta Sousa, expressava “um projeto de urbanização e organização social livre de doenças, de problemas morais e de males” que pudessem “trazer à tona ou acirrar os conflitos sociais.”¹¹⁹

Em decorrência de tal crise, com seu comércio se esvaziando, a cidade se “enfeando”, os campinenses teriam entrado num estado de desânimo e descrença no futuro. A cidade viu, no final dos anos 1960, o que diziam ser sua dimensão mais marcante – a agilidade e dinamismo – perder sentido. Fato que era representado constantemente como uma preocupação recorrente nos jornais da cidade: Campina Grande não estava conseguindo reagir.

As portas fechadas dos estabelecimentos significaram, no espaço físico da cidade, o esvaziamento de recursos financeiros. Mas as portas fechadas significaram também para os corpos que por aquelas portas passavam, o esvaziamento da “alma”, refletindo na falta do entusiasmo, da agilidade e da fé no futuro, justamente estas que foram, durante muito tempo ditas como algumas das dimensões mais marcantes dos corpos campinenses nas décadas anteriores, dimensões as quais muitos campinenses se orgulhavam.

Evaldo Cruz, no início dos anos de 1980 relembriaria o final da década de 1960 como sendo uma época de anos penosos para o setor privado e público;

Todos se recordam da crise que Campina Grande suportou nos últimos anos da década de 60. Era comum nos depararmos com prédios fechados em pleno coração do comércio atacadista, na rua João Pessoa. E os que permaneceram abertos tiveram que enfren-

118 SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande (1935-1990), p. 38.

119 SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Os paradoxos de um processo de urbanização, p. 39.

tar, em plena crise, uma importuna fiscalização por espécie posta em prática pelo fisco estadual. O comércio campinense que sempre foi grande impulsionador do progresso do município, viu-se assim entre dois fogos cruzados naquela quadra particularmente difícil da vida nacional.

E se a situação era penosa para o setor privado, para o público era ainda mais grave.¹²⁰

E foi em meio ao pessimismo dos moradores que aqui já estavam e aos sonhos de outros que por aqui chegavam, que, em 15 de julho de 1970, Luiz Motta Filho, passou a ocupar o posto de gestor do município, ainda sem saber por quanto tempo, tendo permanecido pelos dois anos e meio seguintes. Motta Filho dirá, depois, que, acima de tudo, “tentou recuperar” a autoestima da cidade, sua garra, dinamismo e esperança no futuro – mesmo que este futuro estivesse vinculado de forma remota a alguma dimensão do passado.

Foi um período em que foram buscadas saídas para a crise, tentando-se produzir novas dimensões para a cidade, como por exemplo, urbanizar Campina Grande para torná-la numa cidade turística, como ele ressaltou numa entrevista do final de 1971:

Uma das metas principais para o próximo ano é a imediata implantação do turismo em Campina Grande e o ‘embelezamento da cidade, é preparação para este plano, que é coisa séria e não se faz de improviso. Paralelamente nós fechamos ou apalavramos uma empresa de alto gabarito nacional, associada a uma empresa de renome internacional no planejamento turístico, para uma proposta de viabilidade turística na cidade’.¹²¹

Sob sua gestão, a municipalidade convidou uma equipe para realizar filmagens na cidade destacando suas principais atrações. Seu objetivo era que a propaganda passasse em horário nobre nas principais cidades do Brasil:

Em Campina Grande desde ontem os srs. Iomar Bezerra e comendador Plimo Carbonalli. Ambos representantes da companhia cine-

120 CRUZ, Evaldo. Desaceleração do desenvolvimento campinense. In. **Anuário de Campina Grande** 1981, p. 52.

121 Luiz Motta Filho. Entrevista. 24 de dezembro de 1971.

matográfica que virá realizar uma filmagem dos principais pontos de atração e desenvolvimento de Campina Grande, num trabalhos que conta com o patrocínio da Interventoria Federal desta cidade.¹²²

Motta Filho foi em busca, então, de novas experimentações para tentar soerguer a cidade e reanimar os corpos que a habitavam. Ele tentou fomentar outras representações de cidade, projetando outras feições urbanas que pudessem atrair mais investidores para a cidade, que geraria desenvolvimento, assim, com mais empregos traria a energia de volta aos seus moradores.

O ano de 1971, de acordo com o relato de Motta Filho, foi dedicado a uma espécie de faxina e arrumação da “casa”. Naquele ano foram iniciadas obras que buscavam tornar a cidade bonita aos olhos dos que aqui moravam e convidativa aos visitantes e possíveis investidores industriais.

Em discurso proferido por Luiz Motta Filho, na noite do dia 28 de março de 1972, em Campina Grande, momento em que se comemorava, com a realização de algumas inaugurações, o aniversário da Revolução de 1964, o interventor apresentou outras dimensões da sua gestão.

Campinenses, não usarei da palavra para um pronunciamento cheio de retóricas e de palavras bonitas, mas sim, dos números, de dados frios e imparciais que trará a todos uma síntese da nossa realidade (...).

Se conseguimos, entre outras coisas, ainda aquilo que consideramos o mais importante na nossa administração que é a RESTAURAÇÃO DA FÉ CAMPINENSE EM SEUS DESTINOS, fazendo-a ver que pode confiar na sua potencialidade.¹²³

Ao mesmo tempo em que disse se distanciar de um discurso eloquente que poderia mexer com as emoções dos campinenses, afirmando para tanto que daria uma dimensão “fria” da realidade campinense, relatou e pontuou parte das obras empreendidas pelo seu governo na cidade. Representava, a partir de seu discurso, ser uma pessoa rígida, desprovida de emoções e centrada somente na resolução dos problemas pelos quais a cidade enfrentava.

122 Jornal da Paraíba, 18 de fevereiro de 1972, p. 04.

123 Jornal da Paraíba, 29 de março de 1972.

No entanto, Motta evidencia outra dimensão, que para ele, tivera sido o benefício mais importante para Campina Grande, tal experiência, passava por uma perspectiva oposta da razão – uma dimensão que se vinculava, com as sensibilidades dos moradores, com o modo deles enxergarem a cidade pelo lado das sensibilidades – tal experiência recebeu do Jornal da Paraíba destaque em letras garrafais a – RESTAURAÇÃO DA FÉ CAMPINENSE EM SEUS DESTINOS.

Dá-se destaque ao resgate de algo que já havia, segundo os discursos, pertencido à cidade. Dessa maneira, preocupando-se com as sensibilidades, o discurso Motta Filho seria diferente da maioria dos discursos de gestores de cidades. A importância maior não era dada aos ganhos materiais e financeiros, enfatizavam-se outros ganhos, algo subjetivo, algo que passava pelo campo da sensibilidade coletiva de toda uma cidade – a restauração de uma percepção de mundo, a restauração de um sentimento comum, a restauração da fé nos destinos e sonhos da cidade.

No editorial do Jornal da Paraíba, do dia 31 de janeiro de 1973, dia anterior a que Luiz Motta Filho entregaria a cidade ao próximo gestor esse mesmo discurso se repetiria – Campina Grande tinha recuperado seu ânimo e deveria permanecer nos passos da interventoria para continuar se desenvolvendo.

É um dos pontos de destaque da sua presença na Prefeitura foi o de restabelecer a confiança de toda uma população nos destinos de Campina Grande. Injetou alta dose de otimismo, mostrando que o trabalho bem orientado vai reerguer esta cidade pondo-a no seu antigo lugar de destaque.

(...)

Outro ponto importante de sua administração é que deixa para os seus sucessores um acervo de planos, projetos e instrumentos institucionais que irão permitir as futuras administrações nortear as atividades municipais sem a arma do imprevisto e sem dispensar os recursos locais. É que agora Campina Grande conta com o Plano Local de Desenvolvimento Integrado, uma segura bússola para mi-lhar os caminhos do futuro.

Ao assumir as rédeas do poder público municipal o Sr. Luiz Motta passou alguns meses num alarmante paradeiro. Já se murmurava que o novo interventor era um teórico e que pouco faria pelo município. Felizmente, ao dar início ao seu trabalho o povo compreen-

deu que aqueles meses de calma significaram o tempo consumido para elaboração de planos de uma bem sucedida administração.

(...)

E estas palavras são suas: “Há um esforço de entendimento que deverá se prolongar pelo futuro, como há todo um elenco de obras a se executar e novos planos a elaborar. É grande a responsabilidade dos próximos dirigentes. Receberão todo um instrumental que a cidade jamais possuiu, que lhes permitirá administrar com as possibilidades de erros minimizados.”¹²⁴

Nos tempos da ditadura, a gestão Motta Filho seria retomada, na memória dos grupos dirigentes, como um período de enfrentamento da tristeza e de construção da alegria. Quanto a isso, pode ser lembrada uma matéria no Jornal da Paraíba, do ano de 1975, que relatava a visita a Campina Grande do então governador do Estado, Ernani Sátyro. Especialmente ali se falava de uma cerimônia, em que o governador recebeu o título de Sócio Honorário da Associação Comercial de Campina Grande. Naquela ocasião, o então Presidente da Associação Comercial, Francisco Medeiros Nóbrega, relembrou em seu discurso a experiência singular pela qual passava Campina Grande nos anos iniciais da década de 1970, destacando a importância não só do governador, mas também de Luiz Motta Filho, na recuperação daquilo que os moradores de Campina Grande haviam perdido e que teriam reencontrado:

Antes de assumir o governo já consciente das verdadeiras causas do desânimo da cidade, fez V. Excia, várias proclamações de fé na capacidade de reação dos Campinenses, de modo particular aos que exerciam atividades mercantis.

A cidade já por conta das vossas proclamações, mesmo antes de assumir o governo, se preparava por intermédio da nova interventoria federal, entregue às mãos firmes de LUIZ MOTTA FILHO, *para reassumir a sua posição de cidade comprovadamente conhecida, pela fé e entusiasmo de sua gente, na construção da sua grandeza.*¹²⁵

124 Jornal da Paraíba, Editorial, 31 de dezembro de 1973.

125 Diário da Borborema, 11 de março de 1975. Grifo nosso.

Mais de quarenta anos depois da sua administração, Luiz Motta Filho, um gestor de certa maneira “esquecido”, pela memória coletiva da cidade, teve a oportunidade de, num depoimento, visivelmente emotivo e saudoso falar sobre Campina Grande e sua gestão. Ele repetiu então muito dos discursos ditos à época sobre sua passagem pela chefia do município: falou em organização racional, ação, fé no futuro. Tendo seu texto publicado no livro *Retratos de Campina Grande*, Motta Filho ao falar da Campina Grande falou de si, lembrou os anos de interventoria e ainda sugeriu que a cidade fizesse um novo planejamento, remetendo a “(...) como aconteceu com o PDLI de 1971. Que foi feito unicamente para organizar o nosso crescimento até o ano 2000”:

Cheguei ao cargo de Administrador maior do município em um contexto histórico atípico da vida nacional, surpreendido que fui ao ser nomeado Interventor Federal no Poder Executivo, entre 1970 e 1973, procurei governar acima de qualquer amizade, diferenças pessoais, políticas ou ideológicas. Formando um Secretariado com jovens e pessoas também mais experientes advindas das Universidades, Banco do Brasil e Nordeste e da própria Prefeitura, em sua parte com experiência da coisa pública mas com espírito público elevado. Nessa Nobre Missão, procurei a união de todas as forças vivas da cidade entusiasmando, ao Campo da administração, a unidade de Equipe e comunidade, apenas norteado pelo lema “Somar esforços e Dividir Responsabilidades”. Por fim, Aproveito Esta Oportunidade e Este Espaço para reafirmar minha fé no futuro grandioso da minha querida Campina, onde nasci e vivi por pelo menos dois terços da minha vida, e que, pelo amor que a ela dedico, mantenho-me permanentemente ligado a seu dia a dia. O passado é lembrança, e história; o presente a ação, é o agora; o futuro, embora incerto é sonho que deve ser bem sonhado.¹²⁶

Naquele tempo, vivido e hoje lembrado, Motta Filho buscou marcar a sua passagem na gestão da cidade redigindo dois relatórios que teriam precisamente

126 MOTTA FILHO, Luiz. Testemunho (Recife, 17/08/2006). In. LACERDA JUNIOR, Jônatas Araújo & LIRA, Agostinho Nunes da Costa. **Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas**. Campina Grande: EDUFCG, 2012, p. 217.

um público alvo: a Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG). Aquela organização se apresentava como interessada em valorizar o homem e o seu bem estar, proporcionando boas horas de lazer e aperfeiçoamento cultural; além disso, ela reunia intelectuais de formações e inserções diversas, todos comprometidos com os ideais do Regime Militar.¹²⁷

No Diário da Borborema seria registrada a presença daquela Associação na cidade, o que se dera através da realização do “I Ciclo de Estudos”, sob o tema “Segurança e Desenvolvimento”. O evento, diz o jornal, foi uma conquista da cidade, obtida através do major Antonio de Paula Câmara e do Interventor Motta Filho.

Nossa concepção, é a de valorizar o homem em todos os seus aspectos e dimensões. Ele é o centro do interesse real. Para ele todas as nossas preocupações. Por isso, temos que ampliar as áreas em que o trabalho rotineiro ceda lugar as maquinas, a fim de se poder usufruir o lazer e a recreação e sobretudo os momentos de meditação, de religiosidade e de aperfeiçoamento cultural.¹²⁸

Para aquela instituição, o interventor sentia-se devedor de explicações quanto às suas ações na cidade. Sendo assim, no dia 29 de janeiro de 1973, dois dias antes de encerrar sua gestão com a entrega da cidade ao futuro prefeito, o interventor foi a João Pessoa proferir uma palestra, na qual apresentou, em versão resumida, o documento “Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande – Biênio 1970/1972”. Ele serviria de base para a construção do “Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande no período de 1970 a 31 de janeiro de 1973”, que apresentava caráter conclusivo, pretendendo registrar todos os feitos da interventoria sob Motta Filho e pontuar os projetos a seguir pelo seu sucessor. Podemos, a partir deles, elaborar uma reflexão sobre diversas dimensões de Campina Grande.

Naqueles documentos, Motta Filho conferiu sentidos àquilo que ele viu e pensou sobre o presente, o passado e o futuro da cidade, de seus espaços e de sua

127 Cf. OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. *História*, Franca, v. 29, n. 2, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 19 jan. 2014.

128 “I Ciclo de Estudos, denominado ‘Segurança e Desenvolvimento’ conquista da cidade através do major Antonio de Paula Câmara e o Interventor LMF”. Diário da Borborema, 30 de Janeiro de 1972.

organização econômica, social e cultural. Se, como afirma Sandra Pesavento, a “cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa* da cidade”, Luiz Motta, homem racional e tecnocrata me ajudará, aqui, a ver uma cidade sensível.¹²⁹

Os dois documentos produzidos por Motta Filho nos incitam a pensar sobre as cidades temidas e sonhadas, naqueles anos. Aqueles papéis têm, em si, um olhar sobre a cidade de Campina Grande, contam de medos, de esperanças, de sonhos; de mudanças de hábitos e costumes enraizados; da preocupação com a cidade no futuro e da necessidade de prepará-la para tal.

Capturar, a partir de evidências do sensível, as formas pelas quais os homens viram, agiram e sentiram em outro momento histórico, capturar as razões e os sentimentos que qualificaram uma dada realidade, capturar os sentidos que os homens deram a sua própria existência e ao mundo em que viviam, faz parte das ambições, segundo Sandra Pesavento da História cultural das sensibilidades.¹³⁰

Pensamos ser possível, no exame da experiência da Interventoria de Luiz Motta Filho, através da leitura do corpo escrito da cidade inscrito em documentos oficiais e na imprensa, perceber não só mudanças sensíveis na forma de gestar a cidade de Campina Grande, como também perceber como os campinenses apreendiam a cidade naquele momento. Assim, analisaremos a seguir aqueles documentos mencionados acima, produzidos pelo próprio Luiz Motta Filho, percebidos, aqui, como registros sensíveis de uma percepção de mundo.

Os dois relatórios, que acabam por se fundir, são o corpo escrito de uma gestão que queria eternizar-se pelas inscrições feitas no corpo da cidade, pelo planejamento de outras tantas inscrições e pelo registro do que já havia sido realizado. Escrever relatórios é uma prática empresarial, um olhar de técnico e não uma prática comum à dinâmica da política, porém naqueles anos havia uma exigência por planos e projetos para a cidade receber financiamentos federais.¹³¹

129 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas, p. 14.

130 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In. _____ & LANGUE, Frédérique. (orgs). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 09-21; REZENDE, Antonio Paulo. As seduções do efêmero e a construção da história: as múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo.

131 Cf. FERREIRA, Mauro. **Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU**, p. 25-64; VI-ZIOLI, Simone Helena Tanque. **Planejamento urbano no Brasil**, p. 30-67.

Aqueles dois documentos, como já dissemos anteriormente, tão férteis em indicações sobre a dinâmica da reflexão sobre a cidade naquele período da história campinense, ainda não foram explorados pela historiografia – ao menos, a que foi consultada na pesquisa que permitiu a escrita do presente trabalho.

Mais concentrados em outros materiais, os pesquisadores interessados no período ainda não citaram tais documentos. Ao contrário, na nossa pesquisa, eles são fontes de relevância, na medida em que são tomados não apenas como registros da ação de uma interventoria, mas, além disso, como o registro de lutas simbólicas em torno do embate de sensibilidades que se travava em Campina Grande naquele momento. Os estudos sobre a cidade empreendidos naquele período e registrados nesses documentos serviram de bases para as transformações urbanas das gestões seguintes, inclusive na área onde se localizava o Açude Novo.

É possível, perceber, ali as cidades recusadas e deixadas para trás pela intervenção. Além disso, percebemos também as configurações das cidades sonhadas. As ações e planos de Motta Filho entravam justamente no intervalo entre as cidades recusadas e as cidades idealizadas.

A CIDADE ESCRITA POR MOTTA FILHO

A sua gestão, entendia Motta Filho, teria oferecido a Campina Grande as condições para que ela voltasse a crer em si mesma, como cidade em que o desenvolvimento e progresso era possível. Isso era importante, na medida em que, como diz Rezende, “a idéia de progresso (...) enfeitiça os homens”, os quais “veem na cidade seu lugar privilegiado”.¹³² Naqueles documentos, mesmo tendo registrado que eles não passariam de documentos objetivos, nos quais números e dados eram autoexplicativos, Motta Filho inscreveu uma dimensão sensível sobre si e sobre a própria cidade.

É possível perceber, a partir da análise dos Relatórios de Motta Filho, que o interventor, com suas ações e propostas, inaugurou uma nova sensibilidade nos modos de governar Campina Grande. Isso não quer dizer que ele foi mais sensível em relação às demandas e aos anseios da população de toda a cidade; mas deve ser realçado o quanto ele expressou certo repertório de imagens sobre Campina Grande.

132 REZENDE, Antonio Paulo. (Des) Encantos modernos, p. 25.

Motta desejou desenvolver a cidade a partir de seu lugar de mundo – e foi a partir dali que ele desejou o disciplinamento e a racionalização da cidade em todos os níveis, assumindo como natural a ideia de planejamento planejado e integrado com premissas dentro dos saberes técnicos e racionais. Isso se daria, inclusive, tanto na urbanização propriamente dita quanto em relação aos modos das pessoas se portarem, o que se propôs mesmo contra eventuais resistências.¹³³ Por exemplo, Motta Filho conta que promoveu a organização de Manuais de Rotinas, Código de Posturas, Código de Edificações, Código de Instalações, entre tantos outros.

Este seu *lugar* de disciplinador, ficou claro, entre outras, numa situação em particular, que gostaríamos de mencionar. Um dia antes de deixar a interventoria, Motta Filho compareceu à Câmara Municipal, junto à qual encaminhou diversos anteprojetos de leis, estabelecendo instrumentais jurídicos para a institucionalização do Plano de Desenvolvimento Integrado de Campina Grande, o PDLI. Eles davam a dimensão de suas preocupações com o desenvolvimento da cidade dentro de uma lógica disciplinadora e em consonância, segundo ele, com uma urbanidade sadia e mais humana.

Da tribuna da Câmara, na última sessão da atual legislatura, o Sr. Luiz Motta Filho leu a mensagem encaminhando os anteprojetos que depois de apreciados haverão de ser convertidos nas seguintes leis. Lei do Plano Diretor Físico, Código de Edificações, Código de Instalações Elétricas, Código de Instalações Telefônicas, Código de Instalações de Águas, Esgotos e de Galerias de águas pluviais, e Lei de Estrutura do Sistema de Administração do Município.

A primeira delas visa **controlar, disciplinar** e estimular o desenvolvimento da ‘urbis’ campinense para **transforma-la de agora em diante em uma cidade humana, sadia e consentânea com os padrões de cidades modernas** e bem equacionadas, comparáveis com a idade tecnológica que vive hoje o Brasil e o mundo’ (...).¹³⁴

133 Sabíamos que teríamos de enfrentar todos os obstáculos comuns às inovações que implicam em mudar hábitos.” MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 3.

134 Jornal da Paraíba, 31 de janeiro de 1973, p. 01. Interventor na Câmara foi levar sua última mensagem.

Em “Considerações sobre o Município de Campina Grande”, Motta Filho buscou demonstrar como fez o reordenamento da cidade, executando no texto um tríplice movimento. Em primeiro lugar, ele tratava da cidade antes de sua gestão (a *cidade-caos*). Em segundo lugar, ele registrava as ações de sua gestão (a *cidade organizando-se*). Por fim, oferecia aos leitores planos e projetos futuros (a *cidade sonhada*). Assim, ao mesmo tempo em que diagnosticava o passado e construía o presente como um tempo de ação, ele assumia o papel de indicar caminhos para o futuro da cidade, sendo qualquer desvio do seu projeto uma irracionalidade que teria como fim a estagnação econômica.

Independentemente do assunto tratado, Motta Filho buscou, naqueles documentos, construir uma imagem de si como um homem racional, desprovido de ambições políticas, disciplinado, organizado. A postura técnica, racional, dita neutra e desprovido de emoções e ambições políticas, que, a seu ver, cabia a um interventor federal em tempos de tecnocracia militar iria devolver vida à cidade. Para tanto, ele mostrou o caminho que seguiria: o planejamento.

(...) sentimos de pronto, as duas opções com as quais se nos deparávamos: administrarmos Tateando ao improviso, iluminando vez por outra as esperanças, tantas vezes frustradas, da população com os jogos de artifício das obras vistosas selecionadas ao impulso, em detrimento de critérios de prioridade estabelecidos através de estudos sérios; ou reformularmos a tradição político-administrativa local, tentando o salto da administração improvisada para a administração planejada.¹³⁵

Ele se orgulhava em se dizer como alguém que chegara à condição de interventor mesmo estando “Longe das lides políticas locais, afeitos tão somente à vida profissional e as atividades empresariais privadas”¹³⁶ e evidenciava esse aspecto como sendo o responsável pelo bom desempenho da sua gestão: “Se administrássemos em função dos interesses, conchavos e pressões, tal seria impossível, pois o empreguismo elevaria a conta de pessoal em detrimento de obras e equipamentos”.¹³⁷

135 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande – Biênio 1970/1972, p. 03.

136 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande no período de 15 de julho de 1970 a 31 de janeiro de 1973, p. 03.

137 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande, p. 07.

Sua missão, naquele momento era uma honra, segundo ele, era a de ser útil ao Brasil:

Servir à pátria é dever inerente à cidadania. Cumprir missão específica na qual, adredemente, se recebe a oportunidade de agregar mais um grão de areia ao monumento continental em que a Revolução transforma o Brasil, é um evento marcante e por demais honroso na vida de um cidadão desprovido de ambições políticas e circunscrito a contribuir para a nação no âmbito das suas atividades técnicas e empresariais corriqueiras.¹³⁸

Numa entrevista concedida ao Jornal da Paraíba, esclarecendo um encontro que teve com o Presidente Garrastazu Médici, ele reafirmou seu caráter racional e o endurecimento emocional que deveria ter um gestor da cidade.

(...) o papel da interventoria é de tratar o assunto com absoluta isenção de emocionalidade com que o problema foi tratado até agora (...).¹³⁹

Conforme mencionado acima, Motta Filho traçou um perfil da cidade – apresentada como um caos – para o que segundo ele, não precisou fazer sequer um estudo mais profundo, já que a desorganização estava tão acentuada que bastava uma observação inicial:

Antes de qualquer estudo, ao vislumbre de observações imediatas, ao assumirmos a direção senão de caos administrativo, pelo menos semi-anárquica. Não se conhecia sequer o número de funcionários que a prefeitura possuía, nem havia registros dos mesmos em que se pudesse confiar, obsoletos, inócuos, insuficientes, assistemáticos como se encontravam. Na contabilidade confusa, não se distinguia nem mesmo um empenho pago de outro não pago. A arrecadação era decadente e sempre desatualizada.¹⁴⁰

138 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 01.

139 Jornal da Paraíba, 11 de setembro de 1972.

140 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 11.

A cidade anterior à sua administração, ou seja, anterior a 1970, era assim apresentada a partir de uma relação entre a “instabilidade política” e a desordem na “vida administrativa” da cidade. Apontava, mesmo, a sobrevivência, apesar do que ele entendia serem os esforços da Revolução, de estruturas de mando tradicionais e arcaicas, ligadas a um “coronelismo rural” que, por força do crescimento comercial e dos desejos de industrialização, havia se transformado em “coronelismo urbano”.

Além disso, havia em Campina Grande, diz Motta Filho, “descontinuidade administrativa, evasão de recursos e maquinações na tentativa de consolidação de lideranças de políticos da cidade”; esvaziamento da cidade pela retirada de instituições que davam suporte à economia e à cultura; crise econômica que se ampliava pelo crescimento, concomitante, de cidades de igual porte – as quais, sendo, na sua maioria, “capitais de estado, vêm recebendo um fluxo de industrialização, capaz de dar uma sustentação econômica e social suficiente para a substituição daquela deixada pela crise comercial”.¹⁴¹

O “caos administrativo” se mostrava, por exemplo, pelo desconhecimento, pela Prefeitura, de sua própria estrutura:¹⁴² Tudo concorria para o que ele via como uma crise moral da cidade, como se um pesadelo urbano se mostrasse para todos:

Ao mesmo tempo, grassava o desânimo e o pessimismo em quase todos os setores representativos da população. A construção civil estagnada, o comércio, com suas vendas em baixa, em um esforço penoso de sobrevivência, invadia a via pública com alto-falantes e pregoeiros, assemelhando as ruas principais às feiras medievais do Oriente Médio. A economia do Município se revelava com todos os sintomas de descenso.¹⁴³

Imagens semelhantes haviam sido utilizadas pelos militares para justificar sua tomada do poder em 1964, como afirma Damião de Lima; para aqueles personagens, “o país estava mergulhado na desordem e a caminho do caos e ca-

141 Op. Cit., p. 01 p. 06-08.

142 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande, p. 07.

143 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande, p. 11.

bia a eles a honrosa missão de restabelecer a ordem. Feito isso, consequentemente adviria o progresso.”¹⁴⁴ Tudo aquilo era evidenciado na fala de Motta Filho:

Introduzir a administração municipal na era do planejamento, da programação racional, do escalonamento de prioridades em função de pesquisas, análises, avaliações de alternativas, estudos de viabilidade e projetos bem definidos, seria, senão darmos um salto para frente com os olhos no Brasil e no Nordeste onde viverão as próximas gerações, pelo menos colocarmos o Município de Campina Grande ‘pari passu’ com os dias que hoje vive a nação brasileira.¹⁴⁵

A nova forma de gerir a cidade, implantada, diz Motta Filho, pela sua interventoria, teria levado Campina Grande a aumentar 300% a sua arrecadação sem aumentar os impostos, apenas “(...) racionalizando a arrecadação, educando a população através dos veículos de comunicação disponíveis e facilitando o pagamento de impostos em parcelas nas agências bancárias locais”¹⁴⁶

QUADRO I: ARRECADAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (1969-1972)

Ano	Arrecadação
1969	CR\$ 5.700.00,00
1970	CR\$ 6.500.000,00
1971	CR\$ 11.200.00,00
1972	CR\$ 17.200.000,00

Fonte: MOTTA FILHO, Luiz (Considerações...)

O modelo de gestão do interventor Luiz Motta Filho demonstraria através de números que tomava distância daquele cenário caótico que segundo ele havia encontrado. Isso o fazia defensor da lógica de gestão da Revolução, pela qual governar seria planejar, usar a razão, priorizar o que pesquisas indicassem

144 LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande**, p. 17.

145 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 11.

146 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande, p. 07.

como o mais urgente e necessário, realizar análises e avaliações, trabalhar a partir de “estudos de viabilidade e projetos bem definidos” – tudo em prol de se dar “um salto para a frente com os olhos no Brasil e no Nordeste”, para ajustar Campina Grande aos “dias que hoje vive a nação brasileira”. Para tanto, ele buscava estar cercado “de recursos humanos capacitados ao assessoramento técnico eficiente e à elaboração de instrumental resultante de sucessivas etapas de um planejamento estabelecido como um processo contínuo”.¹⁴⁷

Esta racionalização da gestão dos impostos não passaria, entretanto, sem a avaliação irônica da população, certamente submetida a uma cobrança mais rigorosa dos tributos. Em matéria do Jornal da Paraíba de 1971, isso se registra numa pequena cena. Ao ser abordado por um repórter interessado em saber de sua preferência por asfalto ou calçamento pelas ruas da cidade, o mecânico Cícero Campos assim resume a relação tensa entre o povo e os coletores municipais:

Quando o senhor saltou daquele carro, entrou todo engravatado, a gente pensava que o senhor vinha cobrar imposto...¹⁴⁸

A impressão errada havia feito com que, inicialmente, quando da chegada dos repórteres, o dono da Oficina se mostrara “um tanto desconfiado”, enquanto os “operários foram se afastando, ficando de longe”.¹⁴⁹

Luiz Motta Filho, como interventor, postava-se naquela ocasião frente a uma cidade que, tal como representada no Diário da Borborema, encontrava-se mergulhada em uma crise tão severa que parecia não ter forças para reagir:

A cidade que sofrida dos terríveis impactos, aos poucos se foi tomando de desânimo e pessimismo. A Rua João Pessoa ficando deserta, os armazéns fechando e o triste slogan ganhando vulto: “Campina vai acabar”.¹⁵⁰

Havia então um saudosismo de uma Campina Grande ágil, da antiga cidade dos anos 1940, dos campinenses, que segundo o Diário da Borborema,

147 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 09-10.

148 JP, 05 09 71 “Campinense prefere a cidade asfaltada”.

149 JP, 05 09 71 “Campinense prefere a cidade asfaltada”.

150 Diário da Borborema, Caderno especial, p. 1.

faziam as coisas acontecer. Além do caos preocupante, da crise econômica, ainda havia o desânimo dos trabalhadores da cidade, desesperançados face a tantos problemas. A tudo isso, Luiz Motta Filho contrapunha seu modelo de gestão, o qual, segundo ele, conseguia reanimar a cidade:

Para o nosso município, fazendo-se a comparação com alguns anos anteriores, nota-se que a tônica para 1971, foi, sem dúvida alguma, de ordem psíquica. Muito se tem falado e até escrito sobre a psicologia das massas e, para os estudiosos no assunto, Campina Grande, atualmente é um ótimo campo para pesquisas nesse setor.

(...)

É certo que o ano de 1971 não é um ano decisivo para novos rumos de uma Campina Grande maior e mais rica. *Mas ele trouxe no seu bojo a virtude de ter sacudido o campinense do torpor pessimista de que estava possuído teve o dom de remoçá-lo*, não a troco de sua alma como o pacto de Fausto com o demônio, da imortal obra do poeta alemão Goethe, mas a troco de novas fontes de trabalho.¹⁵¹

O Jornal da Paraíba em seu editorial do dia 31 de janeiro de 1971, com título, “Luiz Motta, um bom exemplo”, reafirmaria também que o maior benefício do interventor à cidade de Campina Grande teria sido “restabelecer a confiança nos destinos” da cidade e a recuperação do otimismo, além de deixar para os sucessores os planos para o futuro;

E um dos pontos de destaque da sua presença na Prefeitura foi o de restabelecer a confiança de toda uma população nos destinos de Campina Grande. Injetou *alta dose de otimismo, mostrando que o trabalho bem orientado vai reerguer esta cidade pondo-a no seu antigo lugar de destaque.*

(...)

Outro ponto importante de sua administração é que deixa para os seus sucessores um acervo de planos, projetos e instrumentos institucionais que irão permitir as futuras administrações nortear as atividades municipais sem a arma do improvisado e sem dispensar os recursos locais. É que agora Campina Grande conta com o Plano

151 Jornal da Paraíba, 29 de dezembro de 1971. Grifo nosso.

Local de Desenvolvimento Integrado, uma segura bússola para trilhar os caminhos do futuro.¹⁵²

Motta Filho enfatizava a sua compreensão de que o presente deveria preparar o futuro:

Há um esforço de entendimento que deverá se prolongar pelo futuro, como há todo um elenco de obras a se executar e novos planos a elaborar. É grande a responsabilidade dos próximos dirigentes. Receberão todo um instrumental que a cidade jamais possuiu que lhes permitirá administrar com as possibilidades de erros minimizados.¹⁵³

Nas conclusões das suas *Considerações Iniciais sobre o Município*, Luiz Motta Filho deu também destaque ao que ele concebia como as duas dimensões de maior relevância da sua gestão: o planejamento e a recuperação da esperança de um futuro melhor para a cidade. A cidade tornou-se otimista, segundo ele:

Pelo exposto é evidente que mudamos perspectivas não alvissareiras para a comunidade campinense, restabelecemos a confiança da população nos destinos da cidade. Não administramos portanto, para o imediatismo.¹⁵⁴

Para “resgatar” Campina da letargia pela qual passava não foi outra a “fórmula”, senão o trabalho, ou seja, foi de devolver a cidade, aquilo que seus corpos, segundo os discursos que falam sobre a cidade, já estavam habituados a fazer: trabalhar, mas não ao acaso, era preciso planejar racionalmente, antes de agir.

Campina Grande, ali, constituía-se como o retorno a ser Capital do Trabalho, retornando por mãos de “pulso forte”. No final do ano de 1971, anunciava-se uma importante contribuição de Luiz Motta Filho para a “psicologia” campinense, como podemos perceber no trecho do editorial do Jornal da Paraíba, intitulado “Bom ano para Campina”.

152 31/01/73 p.2 JPB

153 Jornal da Paraíba, 31 de dezembro de 1973. “Luiz Motta, um bom exemplo” editorial.

154 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande, p. 11.

Não se trata de nenhuma visão de fundo religioso mas a explicação para o fenômeno, naturalmente, parte de fatos concretos. O aumento do ritmo de trabalho das obras públicas municipais com asfalto nas ruas centrais, obras de ajardinamento e muitas outras, mostrando pulso forte de uma sábia administração, *contribuiu para o atual estado de otimismo da população*. Implantação de indústrias, a reação do comércio local com conseqüente aumento das vendas, criação de escolas de nível superior e a promessa para transformar em Universidade Federal, tudo isso somado, reflete a benéfica onda de otimismo que sacode a nossa cidade.¹⁵⁵(grifo meu)

Segundo o Diário da Borborema, na sua edição especial do dia em que Motta Filho encerrava seu mandato, também diria que a maior contribuição do interventor havia sido o resgate da “alma campinense”. Numa versão bastante positivista da história, que atribui o desenvolvimento ao caráter individual, à personalidade. “Mas a maior obra, o coroamento de todo o trabalho, foi a restauração, o reviver ainda mais vigoroso da alma campinense. O reviver da fé da luta, do arrojo, da confiança do campinense em seu próprio destino”.¹⁵⁶

O trecho acima citado encontra-se no caderno do Jornal Diário da Borborema, intitulado, “Trabalho, entusiasmo e ação”. Tal caderno havia sido especialmente produzido para dar conta e resumir o período que estava se encerrando, apontando perspectivas para o futuro da cidade que, dizia, ser promissor. E anunciava, assim, que Campina Grande, devido aos trabalhos da interventoria, juntamente com o governo federal, teria reaprendido a ser Campina Grande, ou seja, teria recuperado a sua identidade, como se existisse desde a sua origem – a agilidade dos corpos – essa faceta seria algo intrínseco do ser campinense .

A desorganização da cidade foi alvo de ações de combate nos anos que se esteve em busca do desenvolvimento da cidade. Para aquilo era preciso, primeiro ordenar os corpos, para tornar o lugar ordenado.

Acrescentamos aqui que para aumentarmos a eficiência do funcionalismo municipal, além da aplicação do velho e elementar princípio de Taylor – ‘the right man in the right place’ - , tratamos de

155 Jornal da Paraíba, 29 de dezembro de 1971.

156 Diário da Borborema, p. 1.

fazer justiça atualizando e recompondo toda uma situação salarial indigna e humilhante que encontramos.¹⁵⁷

Segundo Motta Filho, foi com medidas disciplinadoras que ele conseguiu reanimar os corpos na cidade, tendo conseguido, até mesmo, nas suas palavras, “a transformação radical desse estado psicológico encontrado”.¹⁵⁸ Isto se mostraria em situações concretas, diz ele:

Na segunda metade do nosso período de gestão, o clima era oposto do que encontráramos. A disciplina reestabelecida, a motivação retomada, instalou-se o élan pelo trabalho. O espírito de iniciativa passou a ser constatado e a disposição de varar serões espontaneamente para cumprir tarefas dentro de prazos preestabelecidos, passou a ser uma atitude rotineira. Tal mudança de estado psicológico, evidentemente refletiu-se e pode ser constatada, naturalmente, pela própria população que passou a ser atendida com mais cortesia, mais interesse e mais presteza pelo funcionalismo que com a mesma tem contacto.¹⁵⁹

As medidas relatadas por Luiz Motta Filho evidenciam um desejo em ordenar Campina Grande, através de um modo de governar também ordenado, planejado por profissionais competentes, oriundos de saberes institucionais.

Motta iniciou seu relatório preocupado com as esperanças, como ele mesmo diz; “tantas vezes frustradas” dos moradores e encerra o documento dizendo que reestabeleceu a confiança, a esperança do campinense nos destinos da cidade.

(...) ao assumirmos a Interventoria Federal sentimos de pronto, as duas opções com as quais nos deparávamos: administrarmos tateando ao improviso, iluminando vez por outra as esperanças, tantas vezes frustradas, da população campinense com fogos de artifício das obras vistosas selecionadas ao impulso, em detrimento de critérios de prioridade estabelecidos através de estudos sérios; ou reformu-

157 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 27.

158 Op. Cit., p. 29.

159 Op. Cit., p. 30.

larmos a tradição político-administrativa local tentando o salto da administração improvisada para a administração planejada. Escolhemos a segunda opção.¹⁶⁰

Para reerguer a cidade não se poderia mais se dar o “desfrute” de agir de impulso ou com achismo, ou como o próprio Diário da Borborema diz, “Campina onde tudo nascia e se desenvolvia ao sabor do entusiasmo, no peito e na raça”; era a hora da tecnocracia, era o momento que os saberes racionais e disciplinados e disciplinadores, tomarem conta da cidade, os quais se sobrepunham a qualquer saber acumulado pela experiência de vida.¹⁶¹

A respeito deste modo de Governar, Stênio Lopes, em 10 de setembro de 1971, desenvolve em seu artigo de opinião uma fervorosa crítica sobre as formas de governar que se utilizam do planejamento. Não havia, portanto, um consenso quanto a esta forma de administrar a cidade entre seus moradores.

Nesse período, Luiz Motta Filho já estava na gestão da cidade há mais de um ano, ainda aguardando financiamento para efetuar as ações tão esperadas pela população. Lopes reconhece os benefícios do planejamento, porém, no decorrer do texto, faz críticas negativas aos dirigentes que ficam limitados aos planos, pois segundo ele, são muito demorados, o que acaba desestimulando as pessoas, mais ainda, critica o desejo das administrações que acreditam que seus sucessores seguirão seus “perfeitos” planos para a cidade. Muitos argumentos criticados, em seu artigo de opinião, faziam parte de declarações feitas por Motta Filho;

Planejamento – essa palavra mágica! – tem trazido bons efeitos a Estados e Municípios.

Mas é engraçado que, em nome do planejamento, certos dirigentes de coisa pública não façam quase nada ou façam muito pouco, alegando que só querem empreender e realizar obras e serviços que forem indicados pelos planos.

Todo mundo sabe que é necessário ter plano para se realizar coisas úteis (embora muitas coisas utilíssimas, como a descoberta da penicilina, não tenham surgido de planos específicos.)

Ninguém ignora que há coisas que devem ser feitas agora e já, e outras que podem ser feitas mais tarde. Atualmente, não se fala as-

160 Op. Cit., p. 09.

161 Diário da Borborema, p. 1.

sim como essa clareza: prefere-se dizer o que deve ser feito a curto, médio e longo prazo, sem esquecer que, a longo prazo, estaremos todos mortos...

Mas, como planejar é preciso muito crânio, muito dinheiro e muito trabalho, acontece que se passa um existência planejando e não há tempo para a realização das obras. Acaba até não havendo dinheiro mais que para pagar as despesas do planejamento.

São despesas consideráveis, porque, via de regra, vêm de fora as equipes de planejadores. E estes quase sempre necessitam de pessoal de alta qualificação para a execução das difíceis tarefas do planejamento, muito mais difíceis, por certo, do que todas as tarefas administrativas e executivas de um estado ou de uma Prefeitura.

No fim, o planejamento engoliu o tempo e o dinheiro. E, quando vem o substituto, os planos a curto prazo, isto é, as obras que deveriam ter sido realizadas, já eram. Aí o novo dirigente começa tudo outra vez: contrata novos planejadores, planeja fazer um novo planejamento e o tempo passa.

Só que, no meio disto tudo, a cidade se atrasa, as pessoas se desestimulam, os problemas se agravam e surgem outros problemas diferentes. Há administradores que acreditando no planejamento a longo prazo mais do que no planejamento a curto, acreditam também que, depois deles, não haverá mais nada a planejar. Tudo já ficou tão certinho nos planos que os seus sucessores só têm a abrir os mapas e os quadros em cima da mesa e começarem a realizar.

Mas, se o novo administrador também for picado pelo bicho da vaidade, manda enrolar todos os mapas e quadros do planejamento já feito (e algumas vezes ainda não totalmente pago) e começa a fazer um novo planejamento que, esse sim, será o definitivo!

Felizmente, vez por outra se encontra num Estado, num Município, um administrador corajoso que diz e proclama que irá concluir uma obra ou um plano de seu antecessor. Mas isso é raro.

O negocio, para muitos, é planejar. E a moda vai durando.¹⁶²

A imagem representada de si pelo próprio Motta Filho nos anos iniciais de sua gestão se diferencia em grande medida desse planejador sem ações, apresentado pelo professor Stênio Lopes. Motta Filho se representa ágil e eficiente.

162 LOPES, Stênio. *Jornal da Paraíba*, 10 de setembro de 1971.

Já em 1971, relata Motta Filho, foi constituído o Grupo de Trabalho para os Termos de Referência (GTTR), coordenado pelo consultor enviado pelo SER-FHAU. Aquele grupo “reunia, em cada campo de atividades, técnicos locais, inexperientes em planejamento mas de competência reconhecida em suas diversas especializações de nível universitário.”¹⁶³

Parece que Motta Filho só começou a agir, após estudos e planejamento:

Ao assumir as rédeas do poder publico municipal o Sr. Luiz Motta passou alguns meses num alarmante paradeiro. Já se murmurava que o novo interventor era um teórico e que pouco faria pelo município. Felizmente, ao dar início ao seu trabalho o povo compreendeu que aqueles meses de calma significaram o tempo consumido para elaboração de planos de uma bem sucedida administração.¹⁶⁴

O interventor parecia estar ciente das críticas sofridas a sua forma de governar. Em pronunciamento publicado no jornal da Paraíba demonstra sua percepção sobre o assunto, desejando conscientizar a população quanto aos ganhos de uma administração que se pautava sobre a lógica do planejamento.

Assim se fez necessário mais do que nunca conscientizar a comunidade para que recusando o improvisado, a imprevidência e o desperdício, passássemos a trilhar o caminho paciente do planejamento e a conseqüente objetividade na execução de metas programadas, reduzindo a larga probabilidade de erros e perdas, comuns às administrações impulsivas.¹⁶⁵

Em reportagem do ano de 1971, vemos que os mesmos pontos de argumentação que Luiz Motta Filho se refere a si mesmo e ao seu governo, eram evidenciados. Mas percebemos que mesmo tecendo elogios é possível identificar, no texto abaixo, que essa nova forma de governar impactou em algumas sensibilidades já materializadas do dia a dia de alguns campinenses, os quais, não tardaram em tecer críticas pelos caminhos escolhidos de Luiz Motta Filho.

163 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 13.

164 Jornal da Paraíba, 31 de janeiro de 1973.

165 Jornal da Paraíba, 01 de janeiro de 1972.

Mas o atual Interventor de Campina Grande, ao se dar o luxo de elaborar um planejamento global onde se delineassem as necessidades vitais do Município, não pensou, evidentemente, em termos de uma administração única, em termos de hoje ou simplesmente amanhã. Ele viu mais longe. Foi mais à frente. Pensou no futuro.(...)

O interventor Luiz Motta Filho, nascido aqui e sem nunca ter se ausentado para morar noutra cidade, como todo campinense, conhece de perto todos os problemas que sentimos, daí sua antevisão, como administrador, desprovido de vaidade pessoais para cargo, haver preferido planejar primeiro para poder executar depois, pouco importando as críticas infundadas que se fizeram e ainda são feitas a respeito de sua gestão à frente da nossa Prefeitura Municipal, onde se encontra por delegação expressa do presidente da República.

(...)

É, sem dúvida, a primeira administração planejada, técnica e racionalmente, a gerir os destinos de Campina Grande. (...)

Após planejar todos os passos da administração, vieram os ‘rushs’ de trabalho.

(...)

Campina assume ares de metrópole, revestindo-se com roupagem negra do desenvolvimento.¹⁶⁶

Entre as ações de Motta Filho, de acordo com o seu relato, destacaram-se a sua viagem a Brasília em busca de “recursos humanos e materiais para que desencadeássemos o processo de planejamento imprescindível a que não administrássemos às apalpadelas.”. Derivou dali a construção de uma equipe técnica local, com profissionais “recrutados” no Banco do Brasil, na Universidade Regional do Nordeste, no Banco do Nordeste e em “outros organismos federais, estatais ou para-estatais”. Marcante foi a ida ao SERFHAU, com qual se firmou um “Convênio para a elaboração dos termos de Referência do Município de Campina Grande”, a prefeitura pagando

(...) àquele organismo Federal para que um consultor técnico, planejador de alto nível, se deslocasse para Campina Grande e aqui constituísse uma equipe com técnicos locais e elaborasse um Diagnóstico da situação econômica, social, urbanística infra-estrutural,

166 Jornal da Paraíba. Campina Grande que cresce aguardando o futuro. 09/10/71.

territorial e por fim institucional, interrelacionando todos estes aspectos de modo integrado e produzindo, pelo menos, um Plano de Ação Imediata.¹⁶⁷

Após a observação de que a cidade estava um caos, num quadro lamentável, segundo Luiz Motta Filho, em fevereiro do ano seguinte foi constituído o Grupo de Trabalho no qual foram feitos levantamentos e análises quanto “à recreação, o ensino, a saúde a ação comunitária e aspectos sócio-patológicos tais como a prostituição, o menor abandonado e os favelamentos e cortiços incrustados na área urbana da cidade.”¹⁶⁸

Em seguida, foram estabelecidos os Termos de Referência com uma equipe local, quando foi produzido um “diagnóstico” minucioso, o qual, numa ação conjunta com a Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA), criada em sua gestão, resultou num Pré-Plano que resultaria em junho de 1971, no PDLI. Tanto esforço ainda esbarrou na lentidão da burocracia estatal, e Campina Grande somente recebeu a primeira parcela do financiamento federal um ano e dois meses depois de tudo isso.

Uma das preocupação de Luiz Motta Filho era “o subemprego e o marginalismo socioeconômico”, que, segundo ele, atingiam “populações cada vez maiores”. Tal fato, seria segundo ele, “nítido e irrefutável sobretudo nas cidades nordestinas. Campina Grande não pode fugir desse quadro descrito”.¹⁶⁹ E por isso, dizia, “É suficiente conscientizarmo-nos de que em 1980 deveremos ter 80% da população brasileira concentrada nas cidades com mais de 50.00 habitantes e necessítamos prepara-las para tal o quanto antes”¹⁷⁰

Para usar as imagens do Diário da Borborema, a partir da gestão do “moço” Motta Filho que Campina Grande teria recebido de volta a sua energia de viver. Suas medidas racionais, devidamente estudadas e calculadas, teriam trazido força e entusiasmo para a cidade, o que fez, segundo ele que a cidade pudesse, novamente, acreditar no seu próprio futuro, ou seja, sonhar. Com o lema “Somar esforços e dividir responsabilidades”, enunciado pelo jornal, como fôr-

167 MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande, p. 11-12.

168 Op. Cit., p. 7-8.

169 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande, p. 10.

170 Op. Cit., p. 19.

mula do desenvolvimento, o moço conseguiu, segundo o jornal, a transformação física e emocional de Campina Grande.

A cidade, segundo o Diário da Borborema, foi retalhada. Nos anos de interventoria, muitas medidas foram tomadas no sentido da rearticulação de um novo corpo. Algumas “cirurgias” foram feitas em “órgãos” considerados doentes e danosos, tais como alguns lugares da cidade, o Açude Novo, por exemplo, registrou o outro periódico local, recebeu cerca de cem homens para sua higienização.¹⁷¹

As medidas prioritárias da interventoria se deram em relação à infraestrutura urbana. Motta Filho se preocupou com a imagem da cidade, que deveria se mostrar atrativa, organizada e limpa para os industriais, pois a cidade vinha querendo se afirmar nesse setor desde os anos 1960. O desenvolvimento da cidade se imprimia no seu corpo a partir de paisagens bonitas e aprazíveis para os olhos. Em relação às obras de Motta Filho o Diário da Borborema afirma:

Essas obras imprimiram uma nova visão nos bairros campinenses e proporcionaram muito melhores condições de tráfego aos veículos, tanto coletivos como individuais.

(...)

A nova imagem dos bairros campinenses observa-se num conjunto geral, pois a interventoria não se preocupou com realizações isoladas, mas operou com num plano integrado.

(...)

E as praças se vestiram de primavera. Novos jardins. Mais árvores. O Açude Velho se renovando. Praça João Rique. Castelo Branco. Novas praças. Mais jardins. Flores.

Beleza para uma cidade renovada.¹⁷²

É interessante notar que a preocupação de Luiz Motta Filho, pelas obras de infraestrutura, o fez mudar os destinos do dinheiro municipal, passando a maior parte dos recursos para obras e equipamentos. Isso, também, parecia ser importante para aqueles a quem o interventor devia explicações:

171 Jornal da Paraíba, Operação impacto. 17/09/71, p, 2

172 Diário da Borborema, p. 04;06.

Cabe ainda, no campo das finanças municipais, assinalar que a aplicação dos recursos públicos também mudou suas características: em 1970 do orçamento municipal foram aplicados CR\$ 950.000.000,00, em obras e equipamentos, isto é, 14,3% do orçamento. No exercício de 1971 aplicamos nas referidas rubricas CR\$ 4.500.000,00, ou sejam, 38,5% e atingimos 1972 com uma aplicação da ordem de CR\$ 6.500.000,00, ou sejam, 41% do orçamento do ano.¹⁷³

Destacando em seguida o papel importante e benéfico para a cidade uma administração aos seus moldes, o interventor diz: “Se administrássemos em função dos interesses, conchavos e pressões, tal seria impossível, pois o emprego elevaria a conta de pessoal em detrimento de obras e equipamentos.”¹⁷⁴

Essa mudança na distribuição do dinheiro municipal ajudou na construção da imagem de dinamismo do período em que o interventor esteve à frente da cidade, expressa em trechos como esse, cenas de uma urbanidade que começa a ser moldada, reconfigurada em que não só a paisagem se modifica mas a sonoridade da rua também:

De repente as máquinas enormes invadiram a cidade. Ruas interditadas. Dezenas de operários. Ruídos de motores. O povo todo observando aquelas cenas inusitadas. E o asfalto começava a chegar.¹⁷⁵

O concreto, material que seria usado para construir o Parque do Açude Novo, foi representado, pelo Diário da Borborema, como símbolo de progresso na cidade, que nos anos de interventoria foi utilizado nas novas instalações de postes que iluminariam as ruas e a vida dos moradores da cidade.

Oitenta postes estão colocados nessas artérias e chamam realmente a atenção de qualquer pessoa, devido à sua luz intensa que deu mais beleza às noites campinenses.¹⁷⁶

173 MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande, p. 07.

174 Id. Ibidem.

175 Diário da Borborema, p. 05.

176 Diário da Borborema, 01 de fevereiro de 1973. p. 03.

Naquela época, o asfalto não era um “equipamento” dado como natural das cidades, houve um verdadeiro debate entre os moradores quanto à legitimidade do seu uso:

O assunto esta apaixonando Campina Grande, Engenheiros, advogados, comerciantes, operários e até donas de casa emitiram a sua opinião.

O Comerciante Ismael Catão é a favor do calçamento.

Já o comerciante Pedro d’Aragão diz: - Não há duvida. A cidade fica mais bonita sem buracos, sem poças de lama. Não se deve nem pensar em Campina Grande sem asfalto. (...) ¹⁷⁷

O advogado Odimar Agra foi claro:

Não vejo razão para o debate, o asfalto deveria e deve ser encarado pelo Interventor como decisão irreversível. Pode ser mais caro mais é muito superior ao calçamento, se assim não fosse, nos grandes centros nacionais, este teria suplantado aquele. O asfalto é melhor. Melhor para o trafego. Melhor e mais fácil de ser conservado. Outrossim, gabaritiza mais a cidade. O calçamento teve sua vez: foi como um navio a vela... Só entendo cidade grandiosa com grandiosidade. O asfalto o é em relação ao calçamento. Prefiro o asfalto: Quem quiser ‘fique na pedra...’ ¹⁷⁸

Mas nem todos os moradores concordavam ou entendiam as prioridades e os modos de governar do interventor. Mesmo, concordando com as medidas do interventor, o Caderno Especial do Diário da Borborema, acaba nos dando pistas de que a cidade harmônica, representada pelo periódico não era bem assim.

Muita gente acha que o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande vale por toda uma Administração. A maioria da população, no entanto, que desconhece a existência do Plano ou apenas ouviu falar, não acredita na sua importância para o desenvolvimento da cidade. E muitos perguntam, incrédulos: Como pode

177 Diário da Borborema, 05/09/71.

178 Diário da Borborema, 25/09/71

um amontoado de papéis, contendo desenhos, gráficos, palavras, resolver os problemas de Campina Grande?¹⁷⁹

Em entrevista concedida ao *Jornal da Paraíba* do dia 11 de setembro de 1971 pelo interventor Motta Filho é possível perceber discordâncias entre ele e a população, referentes, desta vez, à importância que sua administração dava, por exemplo, ao asfalto na cidade:

Dizendo que as obras do asfalto já foram iniciadas, o interventor afirmou que o campinense acredita tão pouco no asfalto, que ainda não atentou para o seu início, referindo-se também a campanha desencadeada contra o asfalto, taxando-a de atitude provinciana.¹⁸⁰

Em seu Relatório Motta destacou a sua ação referente à chegada do asfalto na cidade:

A cidade antes dotada de péssima pavimentação em paralelepípedos, sistema precário; carente de base, já erodida, com predominância de afundamentos e crateras, e sobretudo, de manutenção onerosa, assumiu outro aspecto e hoje pode expor ao uso da população e aos olhos do visitante 18 km de vias urbanas pavimentadas, o que representa cifra expressiva em uma cidade da escala de Campina Grande onde antes não havia 1 cm linear de vias asfaltadas.¹⁸¹

Um mês depois de iniciadas as obras do asfalto, o *Jornal da Paraíba* publicou uma nota, vinculando o asfalto à volta do otimismo em Campina Grande:

A presença do asfalto nas ruas centrais de Campina Grande está fazendo a cidade voltar aquele clima de otimismo que sempre caracterizou a vida do campinense.¹⁸²

179 *Diário da Borborema*, p. 02.

180 *Jornal da Paraíba*, 11 de setembro de 1971. Motta pediu por saúde, educação e comunicação. P5

181 MOTTA FILHO, Luiz. *Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande*, p. 11.

182 *Jornal da Paraíba*, 07 de outubro de 1971.

Poucos dias depois, o jornal retomaria aquela percepção:

A aplicação do asfalto significa progresso, significa bem estar e significa, acima de tudo embelezamento.¹⁸³

O asfalto teria segundo os discursos que se repetiam no Jornal da Paraíba, tornado mais suaves os caminhos do futuro, teria dado vida nova à cidade e teria sido, também, um elemento implementado na cidade de fundamental importância para a restauração da confiança dos campinenses no destinos da cidade.

E que dizer da roupagem nova de nossas ruas? Este, sem dúvida, é o benefício mais comentado, porque mais visível e mais palpável (...). Se economicamente não tem a importância do PDLI ou, mesmo, da restauração da máquina arrecadadora, o asfaltamento das ruas assume posição ímpar como fator psicológico de restauração da confiança do povo na recuperação do município.¹⁸⁴

Havia, porém, outros sentidos dados aquele novo elemento. O manto negro nas ruas da cidade estava ocasionando outras experimentações no espaço. Há, na imprensa, um grande número de registros de batidas de carro e atropelamento principalmente de crianças e idosos¹⁸⁵ nas ruas centrais da cidade. Os corpos da cidade ainda estavam aprendendo que junto com o progresso do asfalto, que permitiu uma maior velocidade dos veículos, seus corpos também deveriam se apressar, por isso talvez, alguns jornalistas não concordassem com o asfalto nas ruas de Campina Grande, afirmando que sua existência em Campina seria uma “loucura”. Os choques de veículos, em pleno centro da cidade, prosseguem como decorrência da ‘loucura do asfalto’.¹⁸⁶

Novas sensibilidades e novos medos, trazidos à tona pelo novo modo de apresentar as ruas e de nelas trafegar eram registrados, assim, pela imprensa:

183 Jornal da Paraíba. Calçadas, um problema de estética 02/11/71

184 Jornal da Paraíba. Ano Novo, Cidade Nova. 16/02/72, p. 02.

185 Jornal da Paraíba. Ancião foi atropelado ontem no cruzamento das ruas Getúlio Vargas com Nilo Peçanha. 04/02/1973. Matéria correlata: “Ancião de 72 anos atropelado por um jeep ao atravessar a rua Siqueira Campos ontem. Jornal da Paraíba., 11/02/73, p.7.

186 Jornal da Paraíba, 23 de fevereiro de 1971.

Depois que foi implantado o asfalto em algumas de nossas ruas principais, muitos motoristas e donas (sic) de veículos têm feito delas verdadeiras pistas de corrida.

O perigo de desastre que se cria com esse comportamento imaturo nem é preciso dizer. A cada passo, poderão se deparar com crianças que atravessam as ruas, sem maiores cautelas. Com pessoas idosas e doentes, que têm dificuldades de locomoção. Com essas pessoas que andam confiantemente pelas ruas, preocupadas com seus negócios, ou que caminham por elas com displicência.

Depois do asfalto, temos a impressão de que os motoristas se sentem em lua de mel. O entusiasmo com a benfeitoria da Prefeitura é tão grande, que sentem volúpia nessas disparadas, nessas freiadas que cantam, no recurso às forças todas do motor dos carros, obrigando-os a fazerem curvas e manobras funambulescas.

(...)

Há motoristas que desobedecem aos sinais. Param onde bem querem e entendem. Abusam de buzinas no perímetro urbano. Tiram finos nas pessoas que atravessam as ruas. Dirigem sem habilitação. Colocam, na via pública, ônibus e veículos sem o preenchimento das condições mínimas de tráfego. Andam, durante a noite, de faróis apagados. Entram na contramão, sem maiores escrúpulos. Entregam seus carros para que menores dirijam, em ruas movimentadas, etc.¹⁸⁷

Outro importante cronista, Nilo Tavares, assim se pronunciou:

O pior ocorre depois da meia-noite quando as ruas asfaltadas do centro da cidade tornaram-se verdadeiras pistas de corrida para os imberbes Fittipalds campinenses, filhos diletos dos papais ricos, num desafio a lei e as autoridades.

(...) Isso porque um menor resolveu fazer da rua Floriano Peixoto pista experimental de corrida.

(...)

È de conhecimento público que esses menores quando flagrados em loucas correrias, exibindo-se ao fazer os célebres 'cavalos de pau' em pleno centro da cidade, praticamente nada sofrem (...).¹⁸⁸

187 Trânsito. Crônica de José Cursino de Siqueira, Jornal da Paraíba, 16 de março de 1972.

188 Jornal da Paraíba, 16 de março de 1972.

Em outro momento, no Caderno Especial, percebemos que a população em geral, ficava à margem das vontades, ou melhor, dos projetos dessa nova cidade, dessa cidade vista de cima, sem saber, assim como a implementação do asfalto, ao certo os objetivos das incursões empreendidas no corpo da cidade.

Muita gente olhava aquela fileira de canteiros de terra, sem que nada neles se plantasse e ficava sem entender pra que tanto trabalho, prá que tanto gasto de dinheiro, prá que finalmente, aquela besteira de se usar cimento em vez de outro tipo de material mais econômico.¹⁸⁹

Numa certa manhã, segundo o Diário da Borborema, aqueles canteiros fizeram sentido:

Certa manhã, porém, Campina se abriu em botão.

Da noite para o dia, como por milagre, surgiram as flores. Centenas delas. Milhares. Girassóis. Dálias. Rosas. Um mundo colorido surgiu, de repente, diante do povo. E a cidade parou. Extasiada. Quase sem fala.

Era o toque mágico que faltava. A última pincelada. O derradeiro retoque. O verso de um soneto perfeito.¹⁹⁰

O Jornal representara Campina Grande, no final da gestão do Interventor, como uma cidade bela, viva, colorida, alegre e perfeita. No trecho citado estava posta uma referência aos canteiros que dividiam a Avenida Floriano Peixoto, artéria que vinha sendo símbolo do progresso desde os anos 1940, e que, mais uma vez, recebera investimentos que reafirmariam a chegada do que simbolizava, novamente, o desenvolvimento na cidade.

O asfalto foi trazido para a cidade apoiado nos discursos de progresso e desenvolvimento, sendo tomado como o símbolo de vida nova para a cidade e de um caminho de futuro mais suaves.¹⁹¹ Aquele manto escuro liso deveria cobrir as marcas das imperfeições das administrações anteriores, assim como os buracos provocados pelos serviços de expansão das redes d'água e esgoto. Mas as luzes

189 Diário da Borborema, p. 06.

190 Diário da Borborema, p. 06.

191 Diário da Borborema, 01 de fevereiro de 1973. p. 05.

dos postes, colocados ao longo da avenida asfaltada, além de iluminar o asfalto, iluminariam também as outras faces da cidade. Aquele asfalto acelerou o ritmo dos carros nas ruas centrais da cidade, mas as luzes dos postes iluminaram as infrações provocadas por essa aceleração.

Mas parecia que aquela interventoria queria, além de alterar o aspecto físico da cidade, tocar as sensibilidades dos campinenses a partir do sentido da visão. Desejava alegrar a cidade, tornando-a mais bonita.

Não bastaria, por certo, o asfalto. Nem a nova, moderna e feérica iluminação pública. Seria necessário, sem dúvida, um toque de poesia, de beleza, uma pincelada final no quadro que estava sendo pintado.

Faltava cor. Alma. Vida.

O asfalto cinzento e a luz branca das lâmpadas a vapor de mercúrio simbolizavam o progresso. Mas o cinza e o branco não eram cores festivas.

E o momento era de festa.¹⁹²

Afinal, insiste o Diário da Borborema:

O município encontrou o elo perdido para emendar e continuar a extensa corrente do desenvolvimento.

Luta de sacrifício, em que o bem público, para sobrepujar o interesse particular, impõe medidas em que a razão tem que predominar sobre o coração.

Para reerguer Campina Grande, em nome da Revolução, ai está o que se fez em dois anos e meio.¹⁹³

O interventor parecia mesmo querer a cidade à sua imagem e semelhança, ou seja, na medida em que exprimia o desejo por uma cidade organizada em seus mais distintos aspectos, mostrava-se extremamente organizado, no momento em que desejava uma cidade dinâmica, mostrava-se também um gestor ágil e diligente, quando fala que a cidade não pode mais financiar obras por impulso, mostra ser um gestor responsável que só toma medidas previamente planejadas e estudadas.

192 Diário da Borborema, p. 06.

193 Diário da Borborema, p. 06.

A forma de gestar e de pensar a cidade de Luiz Motta Filho está inscrita naqueles documentos e tal forma se assemelha com o que pensou Le Corbusier, urbanista e idealizador da Carta de Atenas, documento que norteou intervenções urbanas em todo o mundo em meados do século XX e que adicionou o lazer às funções da cidade, juntando-se com o habitar, o circular e o trabalhar.¹⁹⁴

Luiz Motta Filho apresentou Campina como uma cidade do caos; Le Corbusier arquiteto e organizador da Carta de Atenas, expôs os caminhos que os urbanistas devem seguir para conseguir o que seria o seu objetivo: facilitar a vida na cidade. A Carta de Atenas acrescentou o Lazer a uma das quatro funções fundamentais de qualquer cidade. Motta Filho, assim como Le Corbusier, partiu do pressuposto que a cidade, o que ele chama de “civilização da máquina”, estava “doente, hostil e não cumpre mais seus deveres” e em muito se afastou de seu papel ou função principal.¹⁹⁵

Algumas questões, ações, planos e sonhos levantados por Motta Filho nos relatórios sobre Campina Grande, estão presentes também nas cidades “doentes” de Corbusier, tais como; desordem, falta de limpeza e de condições de natureza, longas distâncias entre trabalho e moradia. Para Corbusier, a “civilização da máquina” se afastou da natureza, o que acabou provocando danos para o corpo e o espírito, era preciso retomar, refazer essa ligação entre homem e natureza a partir de espaços construídos na própria cidade. Nesse sentido, a natureza teria a função de cultivar o corpo e o espírito e as cidades deveriam, portanto, ter incorporado em seu corpo às paisagens que privilegiem a natureza.

Essas ideias parecem ecoar no planejamento urbano de Motta Filho, que tornou possível, entre outras intervenções no corpo da cidade, o Parque do Açude Novo e A Estação Velha, espaços que representaria uma função da cidade até então dispersa espacialmente: a recreação.¹⁹⁶

CIDADE, LAZER E AS NOVAS PAISAGENS

Percebemos que nos mais variados assuntos quase sempre se registravam uma remissão a essa nova forma dos campinenses se representarem – corpos desanimados. Será então a partir de uma gestão enérgica e máscula, que se iniciará

194 LE CORBUSIER. *Planejamento urbano*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

195 LE CORBUSIER. *Planejamento urbano*, p. 12.

196 Cf. WILHEIM, Jorge. *Cidades*, p. 114-115.

uma excitação dos corpos, o que admirará, no primeiro momento, com o incentivo à limpeza da cidade¹⁹⁷ e à plantação de centenas de árvores¹⁹⁸, para torná-la mais saudável, pois haveriam de “distribuir sombra as ruas locais e ajudar no trabalho importante de combate à poluição do ar, trazendo, assim, mais saúde aos bairros e mais beleza à cidade”¹⁹⁹e mais tarde com o planejamento de várias áreas verdes na cidade como o Parque do Açude Novo e outras áreas de lazer planejadas na administração do interventor.²⁰⁰

Já em 1971, preocupado com a “aparência” da cidade, Motta Filho organizou uma ação, chamada de “Operação Limpeza”, que tinha o objetivo de limpar toda a cidade. Nessa “operação” foram destinados duzentos homens, destes, 150 foram enviados ao Açude Novo. Uma única área da cidade concentrou mais de um terço dos trabalhadores envolvidos na limpeza, os cinquenta restantes sendo enviados a outros locais da cidade.

Percebemos, naquele gesto, a urgência em transformar aquela área. Segundo matéria do Jornal da Paraíba, aquele lugar encontrava-se muito sujo e, naquele momento, o que ele oferecia a cidade era uma má impressão. Mas sabemos que naquele momento o interventor já tinha na mente o sonho e em mãos o projeto de transformar aquela área num Parque, por isso tamanho empenho;

(...) cento e cinquenta homens se encontram desde ontem realizando a limpeza do Açude Novo, que se encontrava bastante sujo, causando inclusive má impressão aos visitantes de Campina, já que fica localizado na saída.

Além 150, mais cinquenta homens se encontram limpando diversos pontos da cidade (...)

Quando a limpeza do Açude Novo estiver concluída os duzentos homens, a um só tempo, se dedicarão a limpeza das praças, ruas, avenidas, concluindo o que foi denominado de ‘Operação Limpeza’.²⁰¹

197 Jornal da Paraíba, 17 de setembro de 1971, Limpeza pública. editorial

198 Jornal da Paraíba, 21 de setembro de 1971, p.5 Interventoria campinense plantará árvores hoje em diversos pontos da cidade.

199 Jornal da Paraíba, 24 de setembro de 1971. Campina planta árvores amanhã

200 Jornal da Paraíba, 26 de setembro de 1971.

201 Jornal da Paraíba, 17 de setembro de 1971. Cento e cinquenta já limpam o Açude Novo,

Segundo Jorge Wilhelm “(...) parece que a função recuperativa da recreação é mais psicológica do que física.” Pensando assim, naquele momento, planejar e oferecer áreas na cidade que possibilitassem o lazer era preciso, entre outras razões, pela de “recuperar” o entusiasmo de Campina Grande.²⁰²

Quanto a isso, a foto a seguir registra uma ação dita educativa, pelo Jornal da Paraíba: “O Interventor dá exemplo: plante árvore para viver mais e melhor”:²⁰³ A árvore foi plantada no Açude Velho, no Parque do Centenário que passaria a se chamar, segundo o jornal, Parque do Monumento. Na fotografia, a seguir, é possível perceber pessoas simples, inclusive descalças. Mas o que importa, aqui, é destacar esse ato simbólico que representa a ação de plantar uma árvore, um chamamento para os campinenses sonharem com o futuro e melhorarem a qualidade de vida.



Figura 08: Luiz Motta Filho plantando árvore

Esse ato fazia parte, provavelmente do objetivo de resgatar a sensibilidade entusiástica e trabalhadora dos moradores de Campina Grande, ou seja, reanimar o campinense, trazer de volta aquilo que já lhe parecia, segundo os discursos dos jornais, ser intrínseco.

Apesar de incentivar o plantio de árvores, naquele ano, a interventoria faria diferente, fez ver que o melhor para a cidade seria e, assim foi feito, que as árvores fossem plantadas uniformemente por pessoas especializadas;

202 WILHEIM, Jorge. **Cidades**, p. 115.

203 Jornal da Paraíba, 26 de setembro de 1971. Interventor planta árvore para motivar

Esse ano, a interventoria, ao contrario do que fazia em anos anteriores, não distribuirá mudas com a população, preferindo realizar o trabalho de plantio de forma mais uniforme e correta, através de pessoas especialmente treinadas para isso.²⁰⁴

As ruas passavam naquele momento por uma espécie de disciplinamento, ou tentativa do mesmo, mas isso significava também que as ruas não deveriam mais pertencer aos moradores, estes só poderiam vivenciá-la se estivessem dentro daqueles parâmetros estabelecidos. O código de Postura, feito naquela gestão, viria ajudar segundo o jornal, a partir de leis o melhor controle sobre as ruas, assim:

Interventoria Federal terá meios e condições de disciplinar os costumes na cidade. (...) certos abusos estéticos que são cometidos, como por exemplo, jogar lixo nas ruas, consertos de automóveis nas calçadas, pixamento de paredes, e outros que venham desvalorizar a nossa cidade, desaparecerão por completo.²⁰⁵

No primeiro dia do ano de 1972 o jornal da Paraíba trouxe uma matéria, com um pronunciamento do interventor, intitulada – UMA CIDADE OTIMISTA – no qual exprime seus sonhos para a cidade. O interventor reafirma a sua preocupação com “o estado psicológico” da cidade e com seu saneamento, sendo o Açude Novo e o lazer, destaques nesse sentido.

Amplas poderão ser as perspectivas para 1972. Dizemos que poderão ser porque contamos atualmente com dois programas financeiros já assegurados para a concretização dos trabalhos que nos propusemos a fazer. O terceiro poderá ser fornecido a fundo perdido, através do Ministério do Planejamento, graças a um projeto entregue ao Ministro Paulo dos Reis Velloso, objetivando o saneamento ambiental na nossa cidade, elevando cinco vezes a área verde por habitante, erradicando favelas, recuperando por drenagem o aterro zonas alagadas e poluídas; enfim dando a Campina Grande um parque central e continuo, *começando no Açude Novo, passando pelo Açude Velho e terminando no Estádio Municipal.*

204 Interventoria campinense plantará arvores hoje em diversos pontos da cidade 21/09/71 JPB.

205 Jornal da Paraíba. “Código de posturas do município obrigará ao povo a ter melhores costumes.” 25 de novembro de 1971, p. 04.

A superação de um estado psicológico negativo para o positivo.

que hoje atravessamos, representa o grande passo que precisava ser dado a fim de encetarmos a caminhada final.

No momento em que encerramos, queremos agradecer a colaboração sempre presente do Governo Federal, do Governo Estadual, do Poder Legislativo Municipal, levando uma mensagem de otimismo ao povo nesta fase de renovação e auto-confiança de nossa terra. Vamos campinenses em frente somando esforços, dividindo responsabilidades na caminhada segura irreversível já iniciada.”²⁰⁶

No mês seguinte o editorial do mesmo jornal diria que todas aquelas transformações físicas pelas quais a cidade passava teria trazido de volta a alma da cidade, aliás, o discurso muito se assemelha com o depoimento que o próprio Motta Filho, fez mais de quarenta anos depois, como vimos mais acima, no início do capítulo.

Entramos, pois, em 1972 com alma e cidade nova, muito embora o trabalho de recomposição da paisagem urbana somente agora tenha sido iniciado. E iremos em frente, sempre em frente, deixando para trás dissabores, a desconfiança e angustia do aparente declínio. O passado é história. O futuro é nosso, porque seremos nós que teremos de construí-lo, com as nossas próprias mãos, moldando-o com amor e com o carinho que sempre foram características marcantes da alma campinense.²⁰⁷

O sonho da intervenção no Açude Novo, no sentido da sua transformação em um Parque, ou seja, numa zona urbana de lazer, e outras áreas da cidade em áreas de lazer, foi planejada por Luiz Motta Filho como um elemento fundamental na recuperação da alma campinense, fé no futuro e como a possibilidade de torná-la uma cidade turística. Ao mesmo tempo fazendo justiça a sonhos urbanísticos anteriores, sonhos de desenvolvimento, saneando uma área que se tornaria cada dia mais relevante no tecido urbano campinense e oferecendo à cidade um equipamento coletivo imponente e construído de acordo com a estética da época, para representar o futuro, o interventor julgava contribuir, de mais outra forma, para a retomada da alma campinense.

206 Jornal da Paraíba, 01 de janeiro de 1972. Campina 72 – Uma cidade otimista.

207 Jornal da Paraíba, Editorial, Fevereiro de 1972.

Como já discutiu Jofre Dumazedier, o lazer, assume a condição de necessidade urbana:

Se elas(as cidades) quiserem representar o papel de polo de desenvolvimento têm e terão cada vez mais a obrigação de ser centros de lazeres repousantes, recreativos, instrutivos, aptos a responder as necessidades culturais de todas as categorias sócio-profissionais e de todas as categorias de idade, graças aos locais de passeio, aos estádios, aos cinemas, aos teatros, aos museus, as salas de concertos, aos locais de reunião, aos bares, as associações, etc.²⁰⁸

E havia de certo, nos discursos do jornal, muita reclamação quanto à estética da cidade, isto sendo motivo de várias matérias. Muitas vezes diziam que cidade era “nua”, ou seja, não tinha nada a oferecer e exigiam:

E rainha tem obrigação de andar bem vestida, de ostentar joias, cabendo à administração municipal vesti-la com o verde das árvores e polir as suas joias que são suas praças.²⁰⁹

Ao mesmo tempo em que elogiavam as medidas tomadas pela intervenção, no sentido de embelezamento da cidade, destacavam a importância dessas ações:

Florir uma cidade é dar vida, é criar nova paisagem, é vesti-la de cores diferentes e diminuir a poluição.²¹⁰

Ao fim da gestão de Motta Filho, assim se pronunciou um letrado campinense:

Já de joelhos e querendo cair, viu-se governada pelo interventor Motta Filho que como já disse em artigo, conseguiu de saída recuperá-la psicologicamente. Ouçam pessimistas! Abram bem os ouvidos.

208 DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia do lazer**, p. 52.

209 Jornal da Paraíba. O aspecto de Campina. Editorial 29/10/71

210 Campanha de sentido educativo. Jornal da Paraíba, 12/12/71.

(...) – se tudo caminhar bem de acordo com o que se espera esta cidade se apresentará ao Brasil de roupa nova: será uma cidade padrão.

Eclodem perspectivas. Somam-se esforços. O otimismo contagiou não só a cidade, mas toda a região.

Porque será capaz de em termos de trabalho *possibilidades industriais e também de lazer* de vida social oferecer tudo que Recife hoje oferece, sem contudo apresentar os problemas que se agigantam na metrópole nordestina.

Quero, nesse espaço de tempo – quatro anos – testemunhar Campina Grande *com tudo isso e sem favelas e sem filas e sem engarrafamento de trânsito e sem problema de estacionamento.*

*Quero vê-la arborizada – cidade jardim – em pleno coração da Borborema.*²¹¹

Nos últimos dias de intervenção, comerciantes da cidade foram visitar e se despediram de Luiz Motta Filho como prefeito da cidade, destacando o que para eles seria a sua principal contribuição para a cidade, numa fala que expressa muito dos projetos do empresariado local quanto à cidade e a sua ressonância nos atos e falas do interventor:

(...) não em tijolos e cimento, não em concreto, asfalto ou areia, mas o sentido **do levantamento do ânimo e da confiança do povo campinense**”, assim se expressou o comerciante Aderson da Costa Gomes, presidente da entidade lojista.²¹²

Como vimos Entre os anos de 1940 e 1950, Campina Grande construiu para si a imagem de Capital do Trabalho, de cidade desenvolvida onde habitavam homens e mulheres trabalhadores: Campina Grande era “A Rainha” que se enfeitava nas reformas urbanas. Porém, no final dos 1960 e início dos anos 1970 a Rainha começou a adquirir traços que a tornava feia e sem esperanças. A política fiscal que priorizava as capitais e a instabilidade política da cidade, que em menos de dez anos teve sete prefeitos, não a favoreciam. A documentação histórica indica que a cidade passava, naquele momento, por uma crise financeiri-

211 Odimar Agra. Perspectivas de uma cidade. Jornal da Paraíba, 04/02/1973.

212 CDL visita Interventor e fala sobre o incentivo ao Turismo. Jornal da Paraíba, 26/01/73 p. 4.

ra, seus cofres estando vazios. Mais que isso, no entanto, a cidade estava vazia de esperança, de planos futuros que pudessem tirá-la daquela situação. Parecia que os campinenses haviam desistido de sonhar.

Enquanto isso, a gestão de Motta Filho, com recursos da prefeitura, realizou o cadastro aerofotogramétrico do solo urbano (efetuado pela Força Aérea Brasileira) que facilitou a racionalização dos impostos sobre a propriedade urbana; promoveu, com o apoio do MOBREAL, a alfabetização de 26.000 pessoas; participou da ampliação da 2ª Adutora; pavimentou 200.000 metros; construiu mais de 3 km de galerias pluviais; ofertou 4.950 novas vagas no ensino primário; recuperou administrativa e financeiramente a Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB);, aumentou a arrecadação do município; reajustou o salário dos funcionários.

Todo o empenho resultaria na elaboração do PDLI, Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, elaborado pela Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA), empresa de economia mista.

Ao entregar a gestão da cidade ao seu sucessor, Evaldo Cavalcante Cruz, o PDLI já estava pronto e o município dispunha de uma Reforma Administrativa implementada, com Manuais de Rotinas, Código Tributário atualizado, Código de Posturas, Lei Orgânica, Lei do Plano Diretor Físico, Código de Edificações, Código de Instalações, plano paisagístico, projetos para erradicação de favelas e para a urbanização da Avenida Canal.

Muitos projetos idealizados na gestão Motta Filho ainda são, muitas vezes, vinculados a outros gestores, como por exemplo; o Projeto do Museu do Algodão e a Urbanização da Área do Antigo Pátio Ferroviário; o Projeto de Recuperação do Teatro Municipal; o Projeto do Museu e Centro Cultural e, principalmente, o Parque do Açude Novo, o qual recebeu o nome do gestor que o construiu, atual Parque Evaldo Cruz. O projeto foi pensado, desenhado pelo arquiteto Renato Azevedo ainda na gestão de Motta Filho, e a verba para a sua execução foi liberada por pedido do próprio interventor ao então ministro do Planejamento, Reis Veloso. Alguns projetos daquela gestão só vieram a ser realizados muitos anos depois, como a erradicação da Favela da Cachoeira; outros, ainda hoje aparecem como inovadores, como o Plano de Urbanização do Açude de Bodocongó.

Luiz Motta Filho, como interventor federal, representou-se, a partir de seu próprio discurso, como uma pessoa rígida e centrada somente na resolução dos problemas pelos quais a cidade enfrentava, apresentando a partir de números

a melhoria financeira da cidade. No entanto, ao mesmo tempo, Motta Filho evidencia outra dimensão, a qual, para ele, foi o benefício mais importante da sua gestão para Campina Grande; tal experiência se mostra como uma perspectiva oposta da razão – uma dimensão que se vinculava com as sensibilidades dos moradores, com o modo deles enxergarem a cidade pelo lado das sensibilidades. Tal experiência recebeu do Jornal da Paraíba, na época, destaque em letras garrafais: RESTAURAÇÃO DA FÉ CAMPINENSE EM SEUS DESTINOS.

A importância maior não era dada aos ganhos materiais e financeiros. Enfatizavam-se outros ganhos, algo subjetivo, algo que passava pelo campo da sensibilidade coletiva de toda uma cidade – a restauração de uma percepção de mundo, a restauração de um sentimento comum, a restauração da fé nos destinos e sonhos da cidade. O PDLI foi resultado de muito trabalho racional, mas mais do que isso, estava contido ali, a esperança, sonhos de uma cidade desejada. Não podemos esquecer a gestão de Motta Filho. Ela está marcada nos próprios sonhos e contornos da cidade.

CAPÍTULO III

CONCRETIZANDO ALGUNS SONHOS

I

A consagração popular a Evaldo Cruz e Antonio Gomes, no Largo do Açude Novo, confirmou definitivamente a decisão dos campinenses de elegerem um prefeito à altura da nossa honra pública e da nossa responsabilidade.²¹³

E foi assim que o Açude Novo, ainda sem o concreto, que no primeiro momento apresenta-se moldável para se transformar logo em seguida em formas duras, principal material que transformaria aquele espaço no Parque do Açude Novo, ainda sem caminhos pré-estabelecidos para receber passos e para o crescimento da grama, ainda sem a fonte luminosa e sonora, ainda sem a iluminação dos postes também de concreto, ainda sem o obelisco também de concreto, ainda sem a síntese histórica da cidade, no dia 12 de novembro de 1972, foi palco, segundo matéria paga, publicada no Jornal da Paraíba, num clima de “entusiasmos e vibração”, do maior comício já realizado na cidade, até aquele momento.

Evaldo Cruz e Antonio Gomes, que disputavam então os cargos de prefeito e vice-prefeito, escolheram o Açude Novo para encerrar a campanha política do ano de 1972. Foi uma longa manifestação que durou toda a noite, tendo sido iniciada às sete horas da noite do domingo, prolongando-se até às oito horas da manhã do dia seguinte.

Naquela ocasião, vários políticos, aliados dos candidatos, proferiram discursos em apoio à candidatura da Arena 1.²¹⁴ Entre eles estava Aluisio Afonso Campos, advogado e político, que em seu discurso, demonstrou muita sintonia com os discursos e sonhos que o próprio Luiz Motta Filho aspirava para as ações do futuro prefeito da cidade. Campos disse então que: “A grandeza de Campina não mais permite que seja dirigida por administradores improvisados ou despreparados”, indicando então que Evaldo Cruz era o candidato que se posicionava

213 Jornal da Paraíba, 14 de novembro de 1972.

214 A legislação da época permitia que um mesmo partido lançasse várias candidaturas às eleições para o executivo – sob a forma de sublegendas.

contra o que seria o medo da “cidade” naqueles anos: a volta do improviso na administração pública.

Os candidatos escolheram aquele espaço que já tinha arrastado o olhar de tantas outras pessoas, por diferentes motivos e em distintas temporalidades e vivências, entre eles; Francisco Pereira da Silva, engenheiro, que viu naquele lugar um depósito de água potável, Cristino Pimentel que, em suas memórias atribuiu vários sentidos aquele lugar, tais como medo, felicidade, doenças e uma sonoridade específica; Luiz Motta Filho, interventor, que viu aquele espaço como um lugar sujo que precisava ser limpo e aproveitado num plano urbanístico, Tania Maria, prostituta, que viveu ali, momentos de desespero, Celso Pereira, professor e cronista do jornal e viu aquele espaço se reinventado, como um lugar agradável para boas horas de leituras, assim como, um espaço que continha em si a história do povo de Campina Grande.

Vencedores nas eleições, Cruz e Gomes, teriam seus olhares arrastados por aquele lugar, muitas vezes, nos anos seguintes. A gestão deles seria responsável por dar concretude aos sonhos de antigas administrações, atribuindo novos sentidos aquela espacialidade. Seria responsável por construir, ali, uma das mais importantes áreas de lazer na cidade. Como teria sido viabilizada essa transformação? E o que ela significaria, naquele momento, para a construção e renovação da identidade da própria cidade e de seus moradores? Quais as cidades destoantes daquele projeto existente em outras áreas da cidade?

II

A eleição que levara àquela posse havia sido disputada, nos limites dos enfrentamentos possíveis de então, no interior da própria Arena, o partido do governo, no qual haviam sido propostas candidaturas concorrentes.²¹⁵ E, diferentemente, do que Pilon, compositor especialista em músicas de campanhas, cantara nas calçadas da Esquina da Flórida, sete meses antes da eleição (“Ele é extraordinário/Álvaro Gaudêncio nosso candidato/ O povo de Campina Grande/ Escolheu e não tem jeito/Este ano ele vai ser o prefeito”), o “povo” elegeu outro político para assumir a prefeitura de Campina Grande: Evaldo Cruz. Quanto a Álvaro Gaudêncio, um dos nomes mais cotados para concorrer e assumir o cargo, nem ao menos concorreu ao cargo.²¹⁶

215 Jornal da Paraíba, 04 de janeiro de 1973. Editorial.

216 RIMAS POBRES. Revista Veja, Edição 198, 21 de Junho de 1972, p. 19.

Vencendo a eleição com apenas 900 votos de diferença, Evaldo Cruz, professor, jornalista e advogado, enfrentou logo após o resultado de sua vitória, uma batalha jurídica no Tribunal Eleitoral da Paraíba, tendo em vista que integrantes da Arena 2 haviam feito recursos contra a diplomação do seu vice, a qual só pode ocorrer no dia posterior à posse.²¹⁷

Três meses depois, já no final da tarde do dia 31 de Janeiro de 1973, teve início outra solenidade; desta vez, a de transmissão do cargo de gestor da cidade. Aquele acontecimento oficializaria, através de uma cerimônia, os resultados das eleições do ano anterior, na qual, segundo os jornais a população não havia se empenhado muito – eles supunham que isso se devia ao fato de que todos os candidatos tinham diploma superior, o que faria que o povo se intimidasse.²¹⁸

A troca de gestores foi marcada por dois rituais; em primeiro lugar, uma rápida solenidade de dois minutos no Gabinete do Prefeito e, em seguida, a transmissão do cargo na sacada do edifício da prefeitura. Na ocasião, o Interventor Luiz Motta Filho proferiu, com seriedade, para um numeroso público, segundo o Jornal da Paraíba, um discurso no qual sintetizou toda a sua administração, “aparentando frieza, mas em determinados momentos mostrando-se emocionado”. O interventor levou seu discurso por escrito e o leu, não se permitindo falar de improviso.²¹⁹



Figura 09: Posse de Evaldo Cruz

217 Jornal da Paraíba, 01 de fevereiro de 1973. Editorial: Evaldo e o futuro de Campina.

218 Foi registrada uma abstenção de 27% do eleitorado local. Cf.: BRASIL, TSE. Dados estatísticos: eleições municipais realizadas em 1972. V. 10, p. 73.

219 Jornal da Paraíba, 01 de fevereiro de 1973, p. 05. Luiz Motta transmitiu cargo a Evaldo na praça pública. Emoção no discurso do Interventor Federal.

colocado no discurso daquele jornal como o prefeito que deveria executar os planos de Luiz Motta Filho.

O Caderno tentava, também dar conta da cidade que o novo líder receberia, registrando ali a cidade “organizada” e “feliz” que, segundo o jornal, a intervenção havia deixado. O período que estava se encerrando era mostrado através de dados objetivos e de uma série de fotografias, como tendo sido um período de reorganização da “casa”, de crescimento e desenvolvimento, um momento de se retomar o fôlego para seguir em diante. Muitos imaginavam que um futuro promissor estava começando naquele dia.

Enfatizava-se, no discurso, ao longo do jornal, a eficiência, a competência e a racionalidade de Luiz Motta Filho, assim como, também, sua neutralidade política, valores legítimos naqueles tempos de tecnocracia. Aquele fascículo parecia uma espécie de prestação de contas para o povo dos anos de interventoria, mas também, enviava uma espécie de recado ao novo prefeito, chamando a sua atenção para que ele não encerrasse o modo de governar da interventoria.

De acordo com o Diário da Borborema, parecia ser necessário, para o desenvolvimento de Campina Grande, dar-se continuidade à forma de governar da interventoria.

Mas o soerguimento de uma comunidade não pode ser trabalho, não pode ser responsabilidade debitada a uma administração de apenas dois anos e meio. O sucessor de Luiz Motta Filho receberá o município com um plano de desenvolvimento integrado, fonte de todos os subsídios para a continuação racional de uma administração que levará a cidade às metas desejadas.²²⁰

O editorial do Jornal da Paraíba do dia seguinte à posse, por sua vez, destacou que Evaldo Cruz tinha em suas mãos o que chamou de divisor de águas nos modos de gestar a cidade. Ele falava do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), produzido na gestão Motta Filho:

Esse é um ponto de evidência a volta do nosso município que vai ser dirigido por um prefeito constitucional, eleito pela vontade popular. O prefeito Evaldo Cruz detém em suas mãos algo parecido

220 Diário da Borborema, 01 de fevereiro de 1973. p. 11.

como o divisor de águas entre a velha e a nova mentalidade que mudou radicalmente esse país.²²¹

Há indícios de que o novo prefeito queria realmente seguir os caminhos planejados ou trilhados pelo seu antecessor. No mesmo ano da sua posse, no mês de julho, Evaldo Cruz repetiu um gesto já feito por Luiz Motta Filho, plantando uma árvore, desta vez pau-brasil. O mesmo gesto, no mesmo lugar, Praça do Centenário, atual Monumento do Centenário, às margens do Açude Velho, um dos cartões postais da cidade.



Figura 11: Evaldo Cruz planta muda de árvore

Aliás, em janeiro de 1973, mesmo antes de assumir o governo do município de Campina Grande, Cruz já havia justificado a falta de plano governamental afirmando a sua afinidade e continuidade aos planos do Interventor.

221 Evaldo é o futuro de Campina. *Jornal da Paraíba*, Editorial, 01/02/1973, p. 02. O PDLI, cabe lembrar, teria suas questões retomadas de forma mais objetiva pouco mais à frente, em 1975, com a promulgação da Lei Municipal 176/75, que instituiu o Plano Diretor da cidade. Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 1975 s/p.

Ao falar ontem à noite no Auditório da Associação Comercial de Campina Grande, durante a abertura do Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município – PDLI, afirmou que no decorrer de sua campanha política não havia feitos planos para seu governo por saber que sua administração seria totalmente baseada na principal obra do interventor Luiz Motta Filho: o PDLI. “Na minha campanha eu senti que a administração municipal campinense já se encontrava com o diagnóstico com que irei trabalhar para a cura de certos problemas do município”.²²²

Entre as imagens que o jornal Diário da Borborema mostrou no seu Caderno Especial estavam as de alguns projetos urbanísticos sonhados e planejados, mas ainda não efetuados até aquele momento, e que condensavam o estilo de gestão de Motta Filho, estilo aquele que, esperava-se, Cruz não abandonaria. Falou-se, no jornal, da urbanização do Açude Novo e da Cachoeira, favela localizada próxima ao Açude Velho, e do Pátio da Estação Velha, indicando ao novo prefeito que se tratava de uma prioridade para a cidade, e esses eram alguns dos passos que sua caminhada na administração deveria seguir. E, efetivamente, aqueles lugares a transformar seriam utilizados, pela nova gestão, como uma espécie de chave mágica para dar conta das tensões e dos embates em torno da urbanidade campinense. Veremos isso mais à frente.

A transformação da cidade, na gestão Evaldo Cruz (amparada nos planos e projetos herdados do governo de Motta Filho, nas ações da equipe técnica local e dos elementos oferecidos à Prefeitura pelos órgãos do urbanismo federal), seria a panaceia para os grandes impasses que marcavam a cidade, naquele momento, o que seria ao mesmo tempo a paz e a desarmonia da cidade.

Em um momento especial, ao concluir os seus primeiros seis meses à frente da prefeitura, o Açude Novo foi novamente o lugar escolhido como palco por Evaldo Cruz. Naquela ocasião, juntamente com alguns assessores, entre eles, Luismar Resende, que também havia sido assessor de Luiz Motta Filho, chamou a imprensa até o Açude Novo com o intuito de informar as obras já realizadas e detalhar, para os repórteres, os serviços que ainda seriam feitos, utilizando verbas do Ministério do Planejamento.²²³

222 Jornal da Paraíba, 05 de janeiro de 1973, p.5. Conferir o Anexo (extraído do Relatório Síntese da Gestão Motta Filho), que apresenta os 51 produtos finais do PDLI.

223 Jornal da Paraíba. 08 de agosto de 1973. Evaldo Mostra à imprensa as obras do seu 1º semestre de administração e expõe planos.

Na ocasião, Evaldo Cruz disse que seriam beneficiados com a verba recebida o próprio Açude Novo, onde eles estavam, o Largo da Estação Velha e muitas ruas da cidade. Depois de detalhar como iria usar a verba federal recebida através do Ministério do Planejamento, por reivindicação de Luiz Motta Filho, Evaldo Cruz percorreu vários bairros da cidade. Ele escolheu, naquele dia, o Açude Novo, lugar que seria o ponto zero da cidade, para iniciar seus passos e foi a partir daquele ponto que ele percorreu os bairros da Bela Vista, Liberdade, José Pinheiro e Palmeira.²²⁴

Em Maio do ano seguinte à sua posse, apresentando o Programa Trienal de Ação, Evaldo Cruz afirmou que a urbanização do Açude Novo, projeto presente no PDLI, seria meta principal do seu governo.²²⁵ Sua meta básica era “a valorização do homem, seu ambiente de vida e de trabalho e seus esforços aplicados à produção de bens e serviços.”

Administrando uma cidade que era apresentada pelos jornalistas e por diversos representantes do povo como repleta de problemas de infraestrutura básica, Evaldo Cruz se colocava como alguém que, não esquecendo todas aquelas lacunas na malha urbana local, centraria sua atenção na urbanização de uma zona em especial, a partir da qual não só toda a dinâmica urbana se reinventaria, como também como veremos mais a frente, o ethos da cidade. Concentraria seu empenho no setor físico-territorial, mais especificamente nas seguintes obras: Sistema Viário Urbano, Urbanização da Avenida Canal, Recuperação dos conjuntos Habitacionais, Urbanização do Açude Novo, Urbanização do Pátio da Estação Velha e Recuperação do Açude Velho, em todas essas obras, era evidente a preocupação com o verde e com espaços de lazer para a cidade.

Na apresentação do documento do Programa Trienal de Ação (1974/1976) Evaldo Cruz dizia “integrar-se em definitivo no amplo movimento de planificação administrativa” do Brasil, definindo o programa como sendo do “mais alto nível de racionalidade e eficiência”. O programa tinha como objetivo final de proporcionar;

(...) um desenvolvimento regional integrado e sem as periódicas flutuações que têm limitado o histórico papel da cidade como ‘barreira

224 Jornal da Paraíba, 09 de agosto de 1973.

225 Jornal da Paraíba, 14 de julho de 1973. Prefeitura vai urbanizar o Açude Novo com verba federal do Ministério do Planejamento.

de contenção' das migrações interregionais agravantes dos problemas metropolitanos principalmente de Recife e Fortaleza.²²⁶

No PDLI estava prevista a construção de uma grande área de lazer, através de intervenções na Estação Velha, Açude Novo e Açude Velho e Estádio Municipal. Sonhava-se então com uma grande área de lazer que ligaria o Açude Velho ao Pátio da Estação Velha e Açude Novo. Estas obras foram efetivadas na administração de Evaldo Cruz, além do Calçadão da Cardoso Vieira.²²⁷

O Programa Trienal de Ação condizia com as diretrizes de urbanização delineadas na Carta de Atenas, texto fundamental do planejamento urbano moderno. Naquele documento, composto sob a autoridade de Le Corbusier, há uma síntese sobre a realidade de trinta e três cidades, chegou-se à conclusão sobre as cidades de que:

Todas testemunham o mesmo fenômeno: *a desordem* instituída pelo maquinismo (...). Em todas as cidades o homem é molestado. Tudo o que cerca sufoca-o e esmaga-o, nada do que é necessário a sua saúde física e moral foi salvaguardado ou organizado. Uma crise de humanidade assola as grandes cidades e repercute em toda a extensão dos territórios. A cidade não corresponde mais a sua função, que é a de abrigar os homens, e abrigá-los bem. (...) As chaves do urbanismo estão em quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular.²²⁸

As preocupações com o mal-estar na cidade, com a saúde mental dos habitantes e os modos como deve agir um dirigente de uma cidade estão colocadas na Carta de Atenas e estas nuances estavam há um bom tempo também sendo motivo de preocupação dos poderes municipais de Campina Grande. Podemos observar a seguir, que os caminhos trilhados na Carta de Atenas indicam os passos para a urbanização de uma cidade, são caminhos semelhantes aos seguidos por Luiz Motta Filho e Evaldo Cruz:

226 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Programa Trienal de Ação, 1974 s/p.

227 CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade**. O processo de requalificação urbana de Campina Grande. (1970-2000). Tese. Doutorado em Sociologia. UFPB: PPGCS, 2011, p. 134.

228 CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Carta de Atenas. In. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>, p. 27 e 29.

A cidade deve ser estudada no conjunto de sua região de influência. Um plano de região substituirá o simples plano municipal. O limite da aglomeração será função do raio de sua ação econômica.

(...)

A cidade adquirirá o caráter de uma empresa estudada de antemão e submetida ao rigor de um planejamento geral.

(...)

O acaso cederá diante da previsão, o programa sucederá a improvisação.

(...)

O programa deve ser elaborado com base em análises rigorosas, feitas por especialistas. Ele deve prever as etapas no tempo e no espaço. Deve reunir em um acordo fecundo os recursos naturais do sítio, a topografia do conjunto, os dados econômicos, as necessidades sociológicas, os valores espirituais.²²⁹

A proposta que a Carta de Atenas indicou para se construir uma cidade ideal dividia a cidade em quatro zonas; era a racionalização extrema do espaço urbano: habitação, trabalho, diversão e circulação:

Na cidade racionalista, o objetivo principal é tornar agradável o espaço habitacional, restringindo-se o convívio social ao nível das unidades de vizinhança. Evidentemente, esta é uma maneira de reduzir os conflitos sociais gerados pela luta de classes no interior do espaço urbano, levada ao extremo na proposição macro estrutural de Le Corbusier.²³⁰

O Parque do Açude Novo, naquele contexto, foi pensado como um espaço integrado ao Museu de Artes que se colocava nas suas margens, ao que seria um grande parque cultural “localizado na área de ligação entre o Açude Novo e o Açude Velho, contendo aí um centro cultural, mas ele estaria ligado à própria cidade como um todo, conforme a imagem a seguir, extraída do Programa Trienal de Ação. Teria também nas suas proximidades um Centro Cívico, que seria

229 CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Carta de Atenas, p. 31 e 32.

230 MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. etc..., **espaço, tempo e crítica**. N° 1(4), VOL. 1, 15 de junho de 2007, p. 75.

um centro administrativo “compondo um conjunto nobre e grandioso”. Teria também nesse centro cívico, além de três edifícios, que estariam interligados por uma plataforma de concreto, uma área livre destinada às funções cívicas e às aglomerações. Propunha-se ali uma verdadeira especialização dos espaços.²³¹

Naquele novo espaço estariam concentrando os desejos de quem pensa a cidade de “cima”, racionalmente, seria a representação localizada da cidade conceito, que deseja orientar os percursos e os trajetos de todos, com espaços delimitados e pré-determinado para as vivências, sendo aquele espaço uma espécie de Pan-óptico.

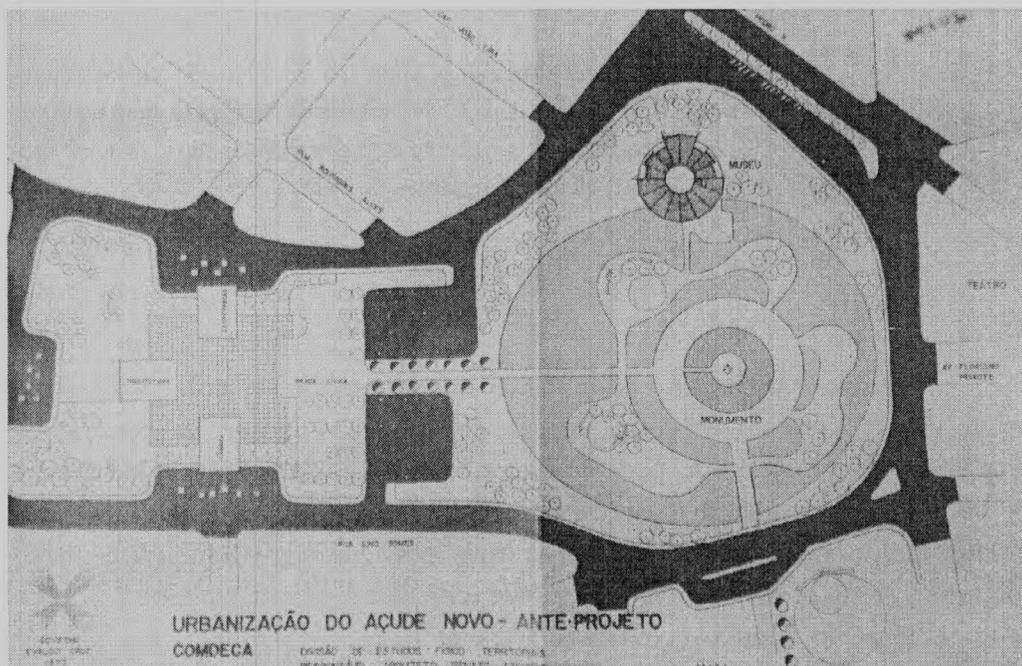


Figura 12: Planta da Urbanização do Açude Novo (PTA)

O Programa Trienal de Ação priorizou o setor físico-territorial, como já dissemos. O Programa assumiria, assim, a construção de um Parque urbano, arborizado e contendo em si elementos que remetiam a novas formas de lazer e de cultura, mas, ainda, uma edificação que reorientaria o trânsito, a circulação da cidade, que daria novos sentidos à habitabilidade numa área tornada central para a cidade, e que concretizaria à vista de todos novas formas de gerir os espa-

231 Programa Trienal de Ação, 1974 s/p.

ços livres da cidade, estando também aquele equipamento comprometido com a própria história e identidade da cidade. Os jornais da época, apesar de dizerem que era essa a meta principal, não deixavam de informar que o prefeito não esquecera do restante da cidade;

A urbanização do Açude Novo que absorverá seis milhões de cruzeiros dos trinta milhões reservados para os investimentos do Programa Trienal, além de obras de infra-estrutura, incluirá a construção do edifício do Museu de Arte, monumento, espelho d'água, jardins e outros equipamentos de cultura e lazer destinados ao povo campinense.

Por outro lado, a Prefeitura Municipal continua os trabalhos de recuperação do Calçamento de varias ruas da cidade, bem como de implantação de meio-fio e linha d'água, procurando solucionar problemas que afetam à população dos bairros.²³²

III

Segundo o urbanismo moderno, a cidade que diz ser urbanizada e desenvolvida tenta ter no seu corpo áreas de concentração de funções especializadas²³³. Em Campina Grande, pode-se dizer que no início da década de 1970 já era possível definir espacialmente, mesmo que de forma precária e muitas vezes elas se misturando, pelo menos, duas zonas especializadas, segundo um urbanismo moderno, para um bom funcionamento de uma cidade – o trabalhar e o habitar – porém isso não acontecia com circular e o recrear.

Evaldo Cruz trabalharia naquela direção – ainda mais que sua gestão conseguiu o apoio do Governo Federal para as reformas urbanas já planejadas desde a intervenção federal de Motta Filho. Em agosto de 1973, o Presidente Médici, por meio do Ministro Reis Veloso, “liberou verba no valor de 6,5 milhões de cruzeiros para obras prioritárias de Campina Grande, atendendo reivindicação feita pelo Município na administração do interventor Luiz Motta Filho”. As obras prioritárias haviam sido definidas pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município e entre elas destacavam-se a definição do

232 Jornal da Paraíba, 30 de maio de 1974. Urbanização do Açude Novo: meta principal de Evaldo.

233 GONÇALVES JR., Antonio. **O que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

sistema viário, a urbanização total do Açude Novo e a erradicação de favelas e urbanização dos alagados da cidade.²³⁴

O empenho e a prioridade de Evaldo Cruz, que seguindo as diretrizes do PDLI, em urbanizar uma área específica da cidade foram objetos de críticas na Câmara Municipal, por vários vereadores. Foi no debate quanto àquelas obras que se deu o confronto entre o prefeito e certa oposição ao seu governo, em grande medida esta oposição se expressando nas páginas do Jornal da Paraíba e em pronunciamentos de vereadores, na Câmara Municipal.

Uma das críticas mais ácidas foi lançada pelo vereador Marcondes Sarai-va Granjeiro, e seria publicada quase dois meses após a inauguração do Parque do Açude Novo, no dia 29 de abril de 1976, o que demonstrava tensão e “batalha” entre vários projetos para a cidade: “Para o representante arenista o dirigente municipal não está se importando com os problemas da classe pobre do local, ‘se preocupando somente em embelezar o centro da cidade’.”²³⁵ Vê-se, assim, que não havia então apenas um único projeto de cidade em debate, inclusive no âmbito da própria base parlamentar do prefeito.

Um dos principais opositores de Evaldo Cruz, o vereador José Luiz Junior, ainda no primeiro ano do Governo, apontava que o PDLI, não só era inoperante, como a própria prefeitura infligia o plano:

O vereador José Luiz Junior usou a tribuna ontem, na Câmara Municipal, para falar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado, afirmando que o mesmo ‘provou-se inoperante desde que não vem sendo respeitado pelos próprios técnicos que o elaboraram’.

(...)

Mas adiante, afirmou – ‘O resultado é que ai está o PDLI plenamente transformado em lei e somente conservando-se inadequado, porque provou-se inoperante, desde que não vem sendo respeitado pelos próprios técnicos que o elaboraram.’

Senão veja-se um exemplo inatacável no PDLI tudo ou quase tudo se prevê, entretanto, a Prefeitura, através dos seus órgãos competentes

234 Jornal da Paraíba, 14 de julho de 1973. Prefeitura vai urbanizar o Açude Novo com verba federal do ministério do planejamento; JP., 17 de julho de 1973, Prefeito explica urbanização dos alagados.

235 Jornal da Paraíba, 29 de abril de 1976.

num flagrante desrespeito ao PDLI, concede licença para que se construam em lugares inadequados novos supermercados na cidade.²³⁶

A utilização do PDLI foi uma das grandes questões levantadas naqueles anos pelo Jornal da Paraíba, defensor ferino do Plano e dos modos de governar de Luiz Motta Filho, chegando por várias vezes a dizer que o Plano não estava sendo seguido porque faltava pulso forte do governante, como podemos observar no editorial de 27 de julho de 1973 do jornal:

Mas para que Campina Grande cresça harmoniosamente, desde que a sua economia fique assentada, há necessidade de um plano geral para que seu crescimento seja feito em bases racionais. Tal plano, aliás muito bem organizado, já existe e trata-se do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, que custou aos cofres municipais uma respeitável soma de cruzeiros. Existe, todavia, uma enorme distância entre um plano devidamente traçado e a sua execução. Fica implícito que tal execução será orientada pela prefeitura. É certo que essa execução abrange grandes áreas. E é exatamente nesse ponto que o pulso do dirigente municipal tem que valer.

Ora, um dos problemas discutidos ultimamente tem sido o do trânsito. Discutido e, infelizmente, não resolvido, valendo notar que as soluções apontadas para o mesmo não convencem, fugindo da racional solução indicada pelo PDLI. Por que tal distorção? Por um motivo muito simples: a solução apontada pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado, na certa, vai ferir os interesses particulares de uma meia dúzia, e a Prefeitura, por motivos que não compreendemos, não quer ou se sente sem forças para influenciar o caso. Num problema como esse do trânsito, quando se põe de lado a solução racional do PDLI, o que se pode esperar para futuro próximo de soluções de problemas que envolvam interesses vitais para a economia de Campina Grande?

O que está faltando, realmente, é um pulso forte para fazer valer a orientação contida no PDLI.²³⁷

Um mês após a publicação deste editorial, o mesmo jornal, fez críticas ao então prefeito por não estar seguindo a risca as indicações do PDLI. Ao mesmo

236 Jornal da Paraíba, 23 de novembro de 1973. Zé Luis volta a criticar PDLI.

237 Jornal da Paraíba, 27 de julho de 1973. Editorial: Campina de hoje.

tempo em que se posiciona a favor de administrações que tiveram “seriedade” e “pulso forte” em seguir as leis, elogiando as condutas das administrações, ditas “racionais” de Vergniaud Wanderley e Luiz Motta Filho, seguindo de ferrenhas críticas a gestão de Evaldo Cruz, justamente por Cruz ceder a política local.

Mas, por mais estranho que pareça, a Prefeitura, sem mais aquela, rasgou o PDLI e desenterrou aqueles mesmos viciados métodos da politicagem do passado, pondo-os à frente de qualquer orientação técnica.

Ora, se a Comdeca, órgão técnico consultivo, nos termos da lei emite parecer contrário, e se a Prefeitura rasga tal parecer, é o caso de perguntar ao senhor prefeito, para que existe o PDLI e o Código de Posturas?

Afinal de contas o responsável por tudo isso é o prefeito Evaldo Cruz que não pode lavar as mãos diante do que está acontecendo, sob pena de dar um atestado público de administrador incompetente e isso porque, como autoridade máxima do Município tem obrigação de acatar a lei. O que não é possível é esta cidade ficar a mercê de apetites pessoais e de certos e determinados ‘arrumadinhos’ de uma política superada. Não é crível que uma cidade de 160 mil habitantes, por falta de um pulso administrativo, se transforme num acampamento de ciganos, onde barracas são armadas de qualquer forma. Se existe o PDLI, se existe o Código de Posturas Municipais cabe ao prefeito obedecer e fazer obedecer a lei e não transgredi-la.²³⁸

Campina Grande, de acordo com a imprensa da época, apresentava naquele momento problemas estruturais básicos, entre eles, falta de saneamento básico, moradia, água encanada, esgotos e o de mobilidade urbana. A urbanização do Açude Novo, com a construção do Parque do Açude Novo e Museu de Artes, parecia estarem então inseridos num programa que se preocupava em preparar a cidade para receber melhor o contingente populacional, mas, insistiam os jornalistas, deixava de lado ações de melhorias de estruturas básicas para os moradores da cidade.

A resposta do Programa Trienal de Ação era a de que, se o “aumento populacional traduz-se numa pressão sobre as necessidades de equipamentos a serem utilizados nas cidades e nos campos”, isso implicava “também maior

238 Jornal da Paraíba, 28 de agosto de 1973, p. 02.

diversidade e complexidade dos serviços de Educação, Saúde, Habitação, Abastecimento, Transportes e Diversões”, o que estava sendo assumido pela gestão municipal como meta de governo. Além de tudo, a garantia de empregos gerados pela obras era importante para fornecer renda suficiente para gerar “bem estar geral, evitando a marginalização e suas consequências.”²³⁹

O crescimento desordenado era uma preocupação do Brasil dos anos 1970. Caberia às cidades médias contribuir, a partir de suas políticas urbanas e urbanísticas, para “conter a concentração desordenada das atividades econômicas e da população nas grandes cidades”. Quanto a isso, era seu papel ajudar no “aproveitamento mais racional do espaço, com a interiorização do desenvolvimento e a criação de barreiras aos fortes fluxos migratórios para os grandes centros.”²⁴⁰ As obras, em certa medida, conseguiram reter por algum tempo o fluxo, mas não era suficiente.

Além disso, o Programa Trienal de Ação, afirmava que as realizações do programa;

(...) contemplam, sobretudo, a valorização do Homem, seu ambiente de vida e trabalho e seus esforços aplicados à produção principalmente das matérias-primas e bens essenciais de origem municipal e regional em todo o seu conjunto.²⁴¹

Evaldo Cruz ao descrever seu programa, mesmo reconhecendo outras tentativas de articulação de desenvolvimento integrado, teceu críticas às condutas de dirigentes anteriores de Campina Grande, que, segundo ele, apenas tinham se preocupado com problemas estéticos. A intenção agora era pensar a cidade como um todo e pertencente a um conjunto maior de cidades, que visava seu desenvolvimento econômico e social, integrada a nível local, regional e nacional.

Assim, ao invés de um enfoque meramente urbanístico comum aos antigos planejadores municipais, cujas preocupações eram apenas estéticas e de engenharia física, o PROGRAMA TRIENAL vem

239 Programa Trienal de Ação, 1974 s/p.

240 LIMA, Antonio Aquilino de Macedo. **Nordeste: aspectos macroeconômicos das cidades de porte médio**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste. Grupo de Estudos de Demografia e Urbanização, 1978, p. 12.

241 Programa Trienal de Ação. 74-76.

abrir perspectivas bem mais amplas, espelhando a preocupação de Campina Grande também com o Desenvolvimento Econômico e Social e sua interdependência regional e ainda com a necessidade de articular ao Sistema Nacional e Regional de Planejamento e Programação os planos e programas do Município com vistas tanto a conjugar esforços e recursos quanto a minimizar custos e maximizar benefícios em prol da coletividade.²⁴²

A planificação e contenção dos fluxos migratórios para as grandes cidades nortearam os passos do Regime Militar. As grandes cidades do país experienciaram nos anos 1970, no Brasil, um inchaço populacional, que acarretou uma série do que seriam chamados transtornos sociais, desemprego, surgimentos de novas moradias “irregulares”, entre outras.

Uma das saídas do governo Federal foi investir nas cidades de porte médio, para que assim, elas tivessem estrutura que barrassem as migrações para os grandes centros. Campina Grande fazia parte dessas cidades chamadas “barreira de contenção” e teria investido nela projetos nesse sentido.

O objetivo final do Programa Trienal de Ação era justamente alcançar um desenvolvimento integrado para evidenciar um papel histórico da cidade como “barreira de contenção”, pois ela não estaria oferecendo, naquele momento, atrativos para a contenção das migrações, o que, segundo o Programa, estaria agravando os problemas, principalmente de Recife e Fortaleza.

Ao solicitar a aprovação da Lei que possibilitaria a efetivação do Programa Trienal de Ação, Evaldo Cruz relaciona o programa aos princípios da Revolução de 1964:

Ao solicitarmos dessa Colenda Câmara aprovação para o instrumento de planificação em anexo, confiamos plenamente no alto patriotismo e na fidelidade dos Ilustres Vereadores campinenses aos princípios de planificação que norteiam os passos de 1964, cujo primeiro decênio o Município de Campina Grande não teria maneira mais significativa de comemorar do que institucionalizando o planejamento de sua administração, indispensável para assegurar, através de correta integração e articulação ao Sistema Nacional e Regional do Planejamento e Programação, as condições de Progres-

242 Op. Cit.

so e Bem-estar necessárias a uma sociedade prospera e democrática, em que as oportunidades sejam iguais para todos e para a qual o povo brasileiro, inclusive em nosso Município, vem marchando tão resolutamente.²⁴³

Uma das causas da escassez de recursos de Campina Grande, dizia respeito, segundo Evaldo Cruz, a duas questões principais, primeiro a uma descontinuidade administrativa e segundo, ao afastamento dos seus administradores das diretrizes nacionais, cada uma fazendo o que entendia “ao sabor de injunções do momento”, aqui o discurso de Luiz Motta Filho se repetia²⁴⁴

Aliado a tudo isso, ocorre o fato de que, na maioria das vezes, por injunções políticas ou deficiências de assessoria técnica, os administradores entram em desarmonia com as diretrizes nacionais ou regionais de planejamento e, quando muito realizam, é devido a uma visão acurada da realidade, não obstante a abordagem isolada e empirista.²⁴⁵

Assim como nos princípios da influente Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, o Programa Trienal de Ação tinha como meta básica “A valorização do Homem, seu ambiente de vida e de trabalho e seus esforços aplicados à produção de Bens e Serviços”. Tal intuito fazia parte das metas físico-territoriais, socioeconômicas e administrativo-institucional. A primeira ação do programa diz respeito a metas físico-territoriais as quais, segundo o documento, são “todas aquelas destinadas a ampliar, melhorar ou construir equipamentos (“facilities”) nas Zonas Rural ou Urbana”.

A urbanização do Açude Novo, da Avenida Canal e do Pátio da Estação Velha, assim como a construção do Centro Cívico (não realizada) e a do Museu de Artes, e recuperação de Conjuntos Habitacionais populares, apesar de fazer parte das metas físico-territoriais, acabavam por abranger, também, as outras metas, uma vez que por meta socioeconômica, entendia-se, no Programa, “aumentar a integração do homem no sistema econômico ou aumentar o bem estar na comunidade” e por metas Administrativo-institucionais, “todas aquelas

243 Op. Cit.

244 Op. Cit.

245 Op. Cit.

objetivando a expansão e o aperfeiçoamento dos Sistemas Administrativo e Financeiro do Município.”²⁴⁶

Apesar de pensar os problemas da cidade de forma integrada, o Programa investiu a maior parte de seus recursos no setor de serviços urbanos e viação e obras públicas. Basta dizer que somados, os investimentos nesses dois setores, corresponderam a 35,0% de todo o orçamento do Programa Trienal de Ação, como podemos observar abaixo.

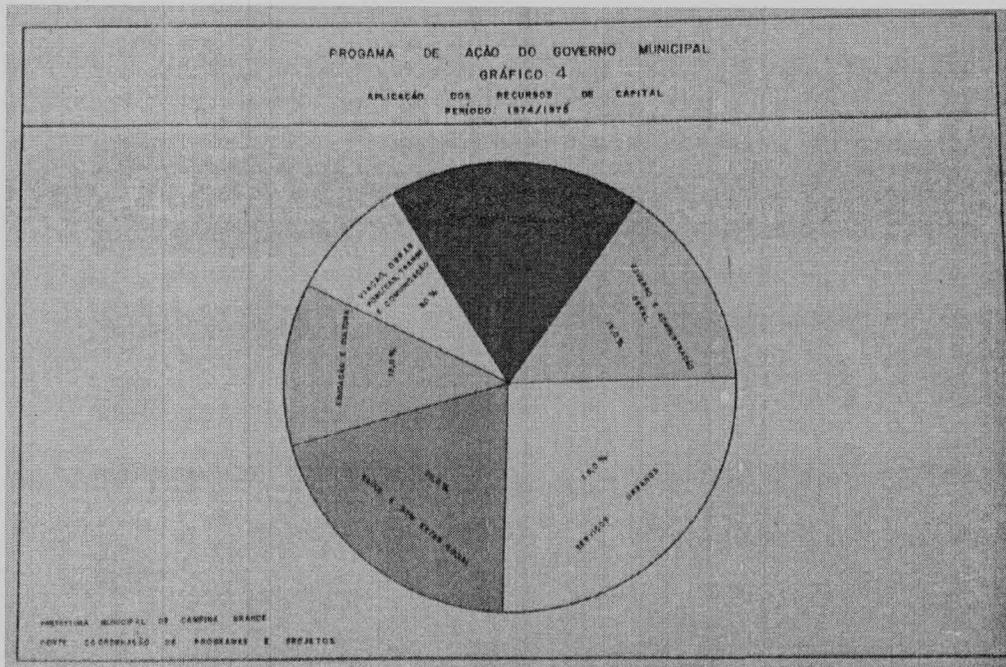


Figura 13: Aplicação dos Recursos de Capital (PTA)

Legenda

SETOR	FRAÇÃO DOS RECURSOS
Serviços Urbanos	26%
Saúde e Bem Estar Social	20%
Administração Financeira	18%
Governo e Administração Geral	15%
Educação e Cultura	12%
Viação, Obras Públicas, Transporte e Comunicação	9%

Em maio de 1974, mesmo mês em que o Programa Trienal de Ação foi aprovado, o prefeito recebeu um relatório completo contendo diversos proble-

246 Op. Cit.

mas dos mais distintos bairros da cidade: Catolé, Santa Rosa, Vila Castelo Branco, Jeremias, Cruzeiro, Bela Vista e Sandra Cavalcanti. O relatório entregue, segundo o Jornal da Paraíba, por uma comissão formada pelo presidente da União Campinense de Equipes Sociais, o Sr. Jerônimo Maia e o representante do prefeito junto às Sociedades de Amigos de Bairros, o Sr. Agamenon da Silveira, apontava as insatisfações dos moradores e algumas ações que a prefeitura deveria tomar para o melhoramento dos bairros. Constam serviços de terraplenagem, meio fio e linha d'água, construção de galerias e limpeza e retiradas de montes de lixo em várias artérias destes bairros. Também consta neste relato o pedido de providências junto aos empresários de transportes coletivos para uma melhor assistência a estes bairros de nossa cidade.²⁴⁷

Apesar de a cidade contar com um programa que visava a urbanização de forma integrada, no qual objetivava-se atingir toda a cidade, privilegiava-se alguns pontos estratégicos, tais como as proximidades ao centro da cidade. E ao mesmo tempo em que se anunciava:

Todas as avenidas com indústrias implantadas nos Distritos Industriais de João Pessoa e de Campina Grande vão ser beneficiadas, ainda este ano, com terraplenagem, meio fio, linha d'água e pavimentação. Em ambos os Distritos não ficará uma única fábrica sem acesso pavimentado.²⁴⁸

Muitos bairros da cidade careciam de condições básicas de sobrevivência, diz o Jornal da Paraíba: “Sem luz elétrica, água, saúde, sem nada, a Cachoeira cresce com um cancro dentro da cidade ameaçando corromper o organismo social.”²⁴⁹ Enfatizava-se justamente o fato de aquele bairro não ter sido planejado, o que seria a causa de todos os seus problemas, os quais refletiriam na própria cidade:

Ali encontram-se marginais, assaltantes, criminosos, mundanas, lixo, animais soltos pelas 'ruas', águas poluídas, casebres caindo, crianças de ventre estourado, mulheres semi-nuas e coisas mais.

247 Jornal da Paraíba, 30 de maio de 1974.

248 Jornal da Paraíba, 30 de maio de 1974.

249 Jornal da Paraíba, 14 de dezembro de 1973.

A Favela da Cachoeira, como é conhecida, possui atualmente, cerca de 700 casas, acolhendo, aproximadamente, umas 2.500 pessoas, a maior parte pedintes, que descem para a cidade, enchendo as ruas centrais com a cantilena das esmolos.²⁵⁰

A crise urbana era realmente refletida nas ruas da cidade, com o grande número de pedintes e de menores. Por exemplo, em julho de 1973 a Casa João Moura, que prestava apoio a crianças abandonadas, tinha 140 semi-internos. Era comum, segundo o Jornal, ver crianças praticando pequenos furtos nas ruas da cidade, tais práticas de furtos e mendicância, foram inúmeras vezes alvo de reclamações feitas pelo Jornal. Uma das cenas registrada no Jornal da Paraíba deu-se bem próxima ao Açude Novo.

Ontem, sexta feira, a reportagem presenciou dezenas de pedintes que chegaram em um bar da rua Índios Cariris, de mãos estendidas apelando para a caridade de cada um.²⁵¹

Em caráter de denúncia, a matéria, diz que por diversas vezes os jornais da cidade haviam solicitado providências em relação ao problema de mendicância na cidade, apontando, inclusive soluções legais para os pedintes deixem de depender de esmolos “(...) livrando nossa cidade de um quadro tão triste e deprimente, que cada sexta feira se repete.”²⁵²

Percebemos também que, desde no início dos anos 1970 e continuavam após 1973, os jornais da cidade demonstram através de matérias, artigos de opinião e do próprio editorial, uma sensibilidade de certa intolerância em relação aos cheiros da cidade, ou melhor, ao que significava, naquele momento, maus cheiros na cidade. Lugares alagados e terrenos que serviam de depósitos de lixo foram alvos dos jornais assim como do próprio poder público.

Mas, em março de 1973, a própria prefeitura depositou lixo num dos bairros da cidade: o que tornou alvo de críticas;

250 Jornal da Paraíba, 14 de dezembro de 1973; Um bairro sem planejamento onde vive a miséria. Cf. SILVA, Hilmária Xavier. **A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira.** Dissertação. UFCG: PPGH, 2013.

251 Jornal da Paraíba, 29 de dezembro de 1975. Problema continua: Mendigos estão invadindo a cidade. Há matérias sobre menores abandonados (26/07/1973; 26/01/1974; 09/05/1975; 02/07/1975; 29/11/1975).

252 Jornal da Paraíba, 29 de dezembro de 1975.

Desumano procedimento o da Prefeitura Municipal ao depositar todo lixo da cidade no Alto Branco em prejuízo da saúde dos que ali habitam que já não podem mais fazer refeições com tanta mosca e o pior é não se ter para quem apelar se a irregularidade e o absurdo parte do Poder Público a quem competia zelar a saúde do povo.²⁵³

Nos anos de governo de Evaldo Cruz, algumas áreas como a Avenida Canal e o Açude Velho sofreram intervenções no sentido de tornar o visual e o ar da cidade mais condizentes com normas de salubridade para uma cidade dita moderna, mas, no entanto, as ações de melhoramento das áreas causaram inúmeros transtornos, tais como acidentes automobilísticos. Muitas reclamações quanto ao mau cheiro desencadeado pela lama retirada do próprio açude e deixada nas imediações do lugar.

O que se vê é um indesejável acúmulo de lama mal cheirosa, cuja remoção não tem acompanhado o ritmo da extração, indevidamente depositada às margens daquele logradouro, espalhando horrorosa fedentina, ocupando o passeio destinado aos pedestres que já não têm mais por onde caminhar, e, o que é mais grave, fechando a via pública numa área de trânsito mais ou menos intenso, pode se escoar parte do tráfego que se destina à BR230 e onde se encontram localizadas garagens de empresas de ônibus e outros estabelecimentos comerciais de importância, além de um colégio para crianças...

Por outro lado, o enorme acúmulo de lama, ora ressequida pelo sol, ora dissolvida pela chuva, vem matando a arborização das margens do açude e até certo ponto, comprometendo a saúde dos que trabalham nas imediações pela poluição e pela indesejável contaminação que deve provocar.”²⁵⁴

O mau cheiro do Açude Velho já vinha incomodando a cidade, e a resolução, desse que era visto naquele momento como um problema na cidade, era medida prioritária contida no Programa Trienal de Ação;

Como medida prioritária encontra-se a drenagem da bacia com retirada de entulhos, lama e sedimentos. Esta medida por certo eliminará

253 Jornal da Paraíba, 28 de março de 1973; Desumano procedimento.

254 Jornal da Paraíba, 31 de maio de 1974.

os odores provenientes das águas do Açude Velho. Após a drenagem efetuar-se-á a recuperação dos muros de arrimo da bacia, criando-se em torno do espelho d'água amplas áreas ajardinadas e recreativas.²⁵⁵

Os problemas do lixo depositado em terrenos baldios e o mau cheiro das águas do Açude Velho continuaram se repetindo e incomodando os moradores da cidade nos anos seguintes, sendo isto, motivo de reclamações evidenciadas em matérias nos jornais da cidade.

O visitante que chega a esta cidade, logo ao alcance as margens do Açude Velho, depara-se com um depósito de lixo, lugar propício para a proliferação de muriçocas e, o pior com gente paupérrima a remexer o lixo a procura de alguma coisa que lhe seja útil, conforme mostra a foto acima.

Por outro lado, um velho e batido problema que vem sendo registrado pela imprensa local é o das águas poluídas confluência da rua Desembargador Trindade com Praça Antonio Pessoa, cuja fedentina espanta quem por lá transita e também um tormento para os que moram nas proximidades.²⁵⁶



Figura 14: Imagens de lixo e poça de água na cidade

Na mesma medida que a cidade produzia cada vez mais lixo e parecia não saber lidar com ele, o poder municipal, por sua vez, era descrito como não

255 Programa Trienal de Ação, s.p.

256 Jornal da Paraíba, 03 de agosto de 1975; Problemas para a Prefeitura e a Cagapa. Sobre situações parecidas, ver matérias de 22/06/74; 30/06/74; 06/11/75; 19/11/75.

conseguindo dar conta daquelas demandas da cidade. Isso mesmo ele fazendo campanha de conscientização da população para que não se jogasse lixo nas ruas e aproveitando assim para fazer propaganda dos carros chamados papalixo, dizendo: “POVO DESENVOLVIDO É POVO LIMPO”.



Figura 15: Campanha municipal pela limpeza da cidade

O slogan assumido pela Prefeitura circulava também em uma campanha nacional empreendida pelo regime militar, e que se centrava na figura de Sugismundo, personagem que era o oposto do cidadão limpo e comprometido com o progresso nacional:

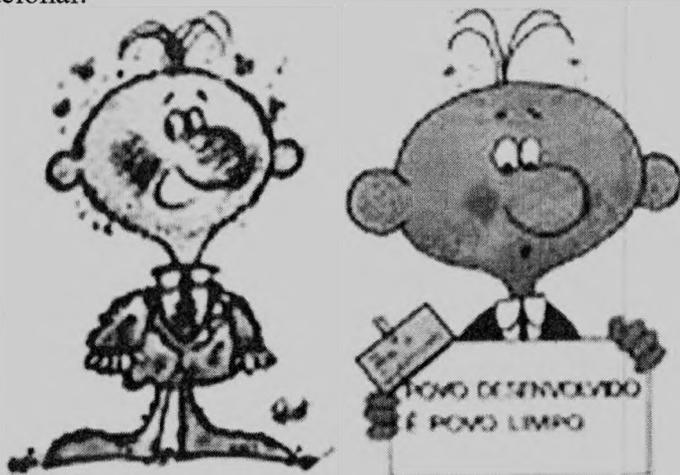


Figura 16: Sugismundo (In.: <http://blog.mma.gov.br/separeolixo/tag/lixo/page/3/>)

Em outros espaços da cidade, as águas mal cheirosas e a lama, também incomodavam. No bairro do Catolé, por exemplo, próximo à Pedreira a situação estava séria. Os moradores estavam tão insatisfeitos com o prefeito que nem se quer desejavam recebê-lo. Segundo o jornal, existia ali “um dos problemas sociais mais sérios da cidade”.²⁵⁷

Outro motivo de preocupação representado no Jornal da Paraíba e que envolve sensibilidades com o cheiro da cidade, com limpeza e beleza, diz respeito às favelas. No mesmo ano em que se anunciava a erradicação da favela de São Joaquim, para no local se efetivar a Construção do Parque do Açude Novo, surgia uma nova favela, relativamente próxima ao Açude, no bairro da Prata, fato que segundo o Jornal da Paraíba deixou a população da redondeza, em sua maioria pessoas de posses, alarmada. Eram facetas que nenhum plano dito racional pode prever.

(...) deixando as famílias da circunvizinhança alarmada pois faltam as mínimas condições para a manutenção de higiene e saúde pública.

A construção do novo reduto despertou as vistas dos moradores dessas ruas por não estar enquadrada dentro dos princípios urbanísticos da edilidade e ser clandestina a obra.

(...) Além de não existir no local condições apropriadas para as necessidades fisiológicas, sem sanitário e água para limpeza, o primeiro morador da favela ainda mantém uma pequena cria de porcos sendo a pocilga na própria barraca.²⁵⁸

Arrancava-se uma favela de uma área que queria se dar por valorizada e “nascia” ou surgia outra num bairro valorizado. Vê-se como a cidade contém em si movimentos contraditórios, fluxos e inventividades que o campo de observação das operações programadas não consegue impedir que aconteçam, convivendo lado a lado as astúcias daqueles que vivem a/cidade longe dos planejamentos racionais e os que pensam a cidade racionalmente.

Havia, na cidade, muitos transtornos de mobilidade. O Programa Trienal de Ação, na tentativa de minimizar os possíveis transtornos no trânsito e o tempo que poderia se perder, no trajeto dos bairros ao trabalho, apresentava um Plano

257 Jornal da Paraíba. 04 de julho de 1975, Moradores da Pedreira não querem receber o Prefeito.

258 Jornal da Paraíba, 28 de julho de 1973; Favela está surgindo na Prata.

de Sistema Viário que tinha o objetivo de fazer a comunicação entre os bairros periféricos sem que se precisasse passar pelo centro da cidade e a “ampliação e execução do tecido viário básico, com flexibilidade e dimensionamentos para absorver e escoar o “volumoso tráfego” urbano que se projeta em progressão” para os anos seguintes, a construção do Parque estava incluída nesse sentido.

Nesse aspecto o prefeito enfrentou, também, uma série de críticas. Num editorial do Jornal da Paraíba do mês de Julho de seu primeiro ano de governo, intitulado “Trânsito maluco” dizia-se; “(...) O que o povo espera é que o Detran resolva definitivamente o problema em bases racionais, já que esse órgão deve contar com técnicos capazes.”²⁵⁹ Dois meses depois, Evaldo Cruz anunciou uma reformulação do trânsito na cidade:

Ainda este mês, a 1ª Ciretran estará procedendo a reformulação do trânsito de Campina Grande, obedecendo ao plano elaborado pelos técnicos da Comdeca.

Fruto de improvisações feitas por leigos no assunto, o trânsito da cidade vem se constituindo num verdadeiro pandemônio, perigoso para veículos e pedestres.²⁶⁰

Essa era uma das grandes preocupações em Campina Grande no início dos anos setenta, à qual era dada ampla visibilidade no Jornal da Paraíba: o trânsito, seus acidentes, os congestionamentos e o impedimento e o mau fluxo dos carros. As ruas da cidade, representadas pelo periódico, não pertenciam mais aos pedestres e era preciso que o trânsito fluísse, sem que nada atrapalhasse seu bom andamento.

Nesse período, dois postos de gasolina da cidade receberam intervenções, orientadas pela COMDECA seus projetos tiveram que se adequar ao PDLI justamente por estar atrapalhando o trânsito da cidade: o Posto Texaco e o Posto Esso.

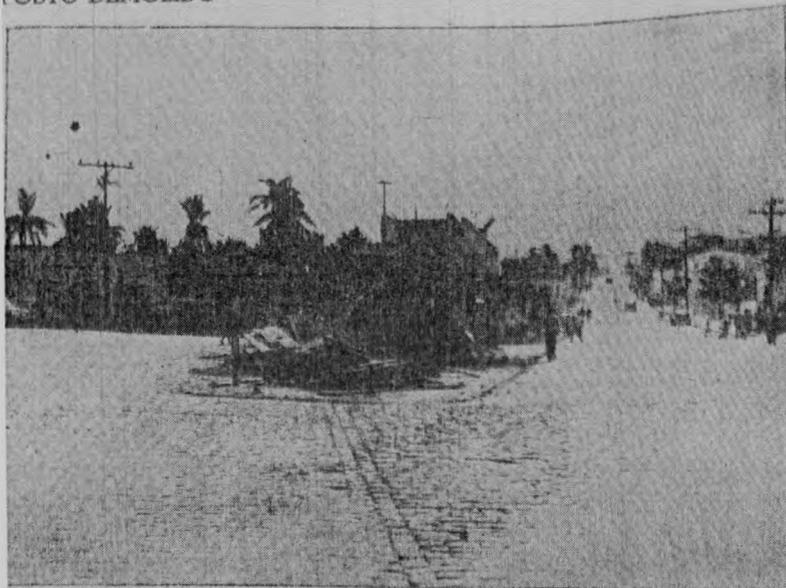
No cruzamento das ruas 15 de novembro, Siqueira Campos e Epitácio Pessoa, o Posto Texaco vinha atrapalhando o tráfego de veículos e causando acidentes. Agora esta sendo demolido para dar lugar a um moderno girador rodoviário.²⁶¹

259 Jornal da Paraíba, 19 de julho de 1973.

260 Jornal da Paraíba, 16 de setembro de 1973. O novo trânsito.

261 Jornal da Paraíba, 28 de abril de 1973.

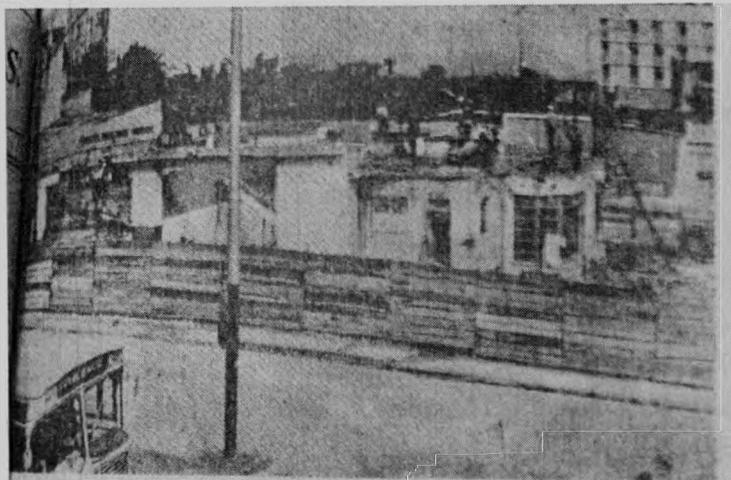
POSTO DEMOLIDO



No cruzamento das ruas 15 de novembro, Siqueira Campos e Epitácio Pessoa, o Posto Texaco vinha atrapalhando o tráfego de veículos e causando acidentes. Agora está sendo demolido para dar lugar a um moderno girador rodoviário.

Figura 17: Posto Texaco em demolição

A seguir o Posto Esso sendo demolido e o desenho de como deveria ficar:



O tradicional Posto Esso, do tradicional Largo da Luz, está sendo demolido, para dar lugar a um novo, dotado de modernas linhas arquitetônicas, somente para o abastecimento de veículos.

Figura 18: Posto Esso em demolição

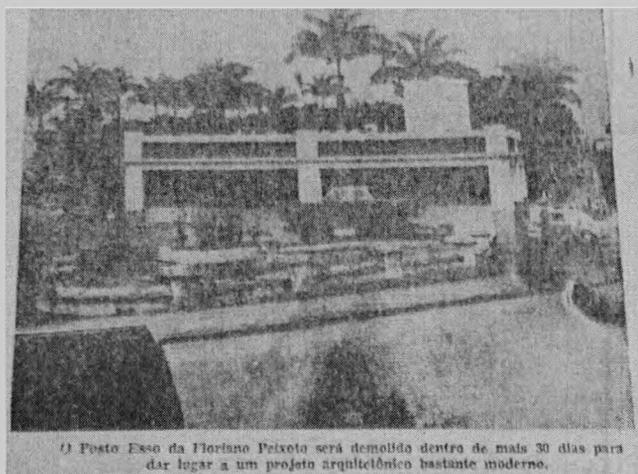


Figura 19: Projeto para Nova Configuração do Posto Esso na época

A melhoria do tráfego de veículos foi um dos assuntos amplamente debatidos no Jornal da Paraíba durante o governo de Evaldo Cruz. Várias matérias traziam esse tema. Mas algumas medidas tomadas por Evaldo Cruz, segundo o jornal, não agradaram muito os comerciantes e proprietários de veículos, anunciadas em matéria de primeira página.

Os constantes engarrafamentos vem prejudicando a vida ---- o sistema de estacionamento horizontal implantado (sic) recentemente, onde não se pensou talvez nos proprietários de veículos e nos comerciantes.²⁶²

A questão de mobilidade urbana, ou seja, as formas pelas quais os corpos se movimentavam e o tempo que gastavam para se movimentarem ou cruzarem a cidade de um ponto a outro, já se apresentava, naquele momento, como sendo crucial para um bom funcionamento das demais demandas de Campina Grande, tais como a ida ao trabalho. Tudo que impedisse o bom fluxo da cidade era motivo de reclamações e intervenções. Numa cidade planejada, já preconizava o urbanismo modernista, as “distâncias entre os locais de trabalho e os locais de habitação devem ser reduzidas ao mínimo.”²⁶³

Mesmo com tantos planejamentos, reivindicações e denúncias feitas pelo Jornal da Paraíba, dois anos após Evaldo assumir o governo da cidade e de anun-

262 Jornal da Paraíba, 21 de setembro de 1975; Trânsito continua a prejudicar campinenses.

263 CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Carta de Atenas, p. 20.

ciadas as providências para o melhoramento do trânsito, ainda no ano de 1975 o jornal continuava apresentando a insatisfação dos campinenses nesse sentido, a questão do tempo, ou perda de tempo

Notadamente é precário o serviço de coletivos em nossa cidade. Basta citar que normalmente pessoas residentes no Jardim Paulistano, Cruzeiro, Alto Branco, Genipapo e outras linhas, esperam em média 45 a 50 minutos (e as vezes mais tempo) por um transporte e muitas vezes pessoas que trabalham são obrigadas a chegarem atrasadas ao trabalho.²⁶⁴

A solução de tais problemas com a circulação era proposta pelo Programa Trienal: “Os acessos rodoviários de Campina Grande formados pela Av. Severino Cabral e Av. Canal comporiam, juntamente com as áreas planejadas (Açude Novo – Açude Velho – Estádio Municipal) a grande área ‘remanejada’ em torno do centro urbano”, o que, mais uma vez, ecoava a Carta de Atenas:

A circulação tornou-se hoje uma função primordial da vida urbana. Ela pede um programa cuidadosamente estudado, que saiba prever tudo o que é preciso para regularizar os fluxos, criar escoadouros indispensáveis e chegar, assim, a suprimir os engarrafamentos e o mal-estar constante de que são a causa.²⁶⁵

IV

As transformações daqueles anos almejavam, entre tantas outras dimensões, atribuir novos sentidos à cidade. Como já vimos, algumas áreas específicas receberam maior atenção da municipalidade: Açude Velho, Estação Velha, Avenida Canal e o Açude Novo. Seria dada, naqueles anos, muita atenção à construção de espaços de lazer na cidade.

A construção do Parque Evaldo Cruz seria então representada como “um marco na cidade dado o grau da intervenção no ambiente urbano e a sociabilidade de lazer apresentada na área central da cidade.” E estava integrado ao progra-

264 Jornal da Paraíba, 04 de novembro de 1975; Transportes Coletivos: População quer melhor organização.

265 CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Carta de Atenas, p. 23.

ma de implantação de equipamentos de recreação e cultura de Campina Grande²⁶⁶ O prefeito parecia saber muito bem das exigências do urbanismo moderno. Em matéria de jornal, já tendo deixado o governo do município ele salientaria: “Partindo-se da premissa de que o objetivo básico de uma política urbana é a melhoria da qualidade de vida, deve esta ser perseguida com o mesmo empenho com que se persegue o desenvolvimento”.²⁶⁷

A Estação Velha, que também fazia parte desses equipamentos de recreação e cultura, a qual teria em sua composição, um museu, parques e restaurantes, entre outros. O intuito era transformar um local “abandonado” numa “expressão cultural, comercial e turística.”²⁶⁸ A coluna Aqui política, o Jornal da Paraíba, logo após a inauguração, destacou a importância da obra para o lazer na cidade no sentido de ser um espaço que oferecia um lazer sadio:

O que se viu, na oportunidade citada, foi Campina, sem distinção de classe, irmanada no desfrutar horas de sadio entretenimento. O elegante bairro da Prata e o proletário

‘Zé Pinheiro’ passeando na ESTAÇÃO VELHA. Espetáculo, contagiante, solidário.²⁶⁹

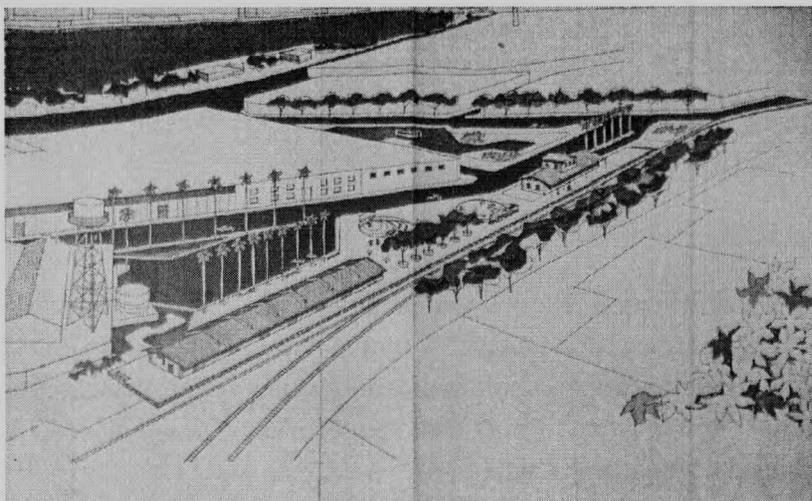


Figura 20: Planta da Estação Velha urbanizada (PTA)

266 CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade**, p.182

267 Diário da Borborema, 11 de outubro de 1978. Campina e o planejamento urbano. O texto foi republicado em: ANUARIO DE CAMPINA GRANDE, 1980, p. 50.

268 Programa Trienal de Ação, s.p.

269 Jornal da Paraíba. Aqui política.

De certa forma sintetizando todas estas questões, a imagem escolhida para ser a capa do Programa Trienal de Ação representava, em grande medida, a cidade sonhada: verde, limpa, com crianças brincando. Tudo isso expressava o desejo, certamente, de se representar certa harmonia, paz e qualidade de vida na cidade.

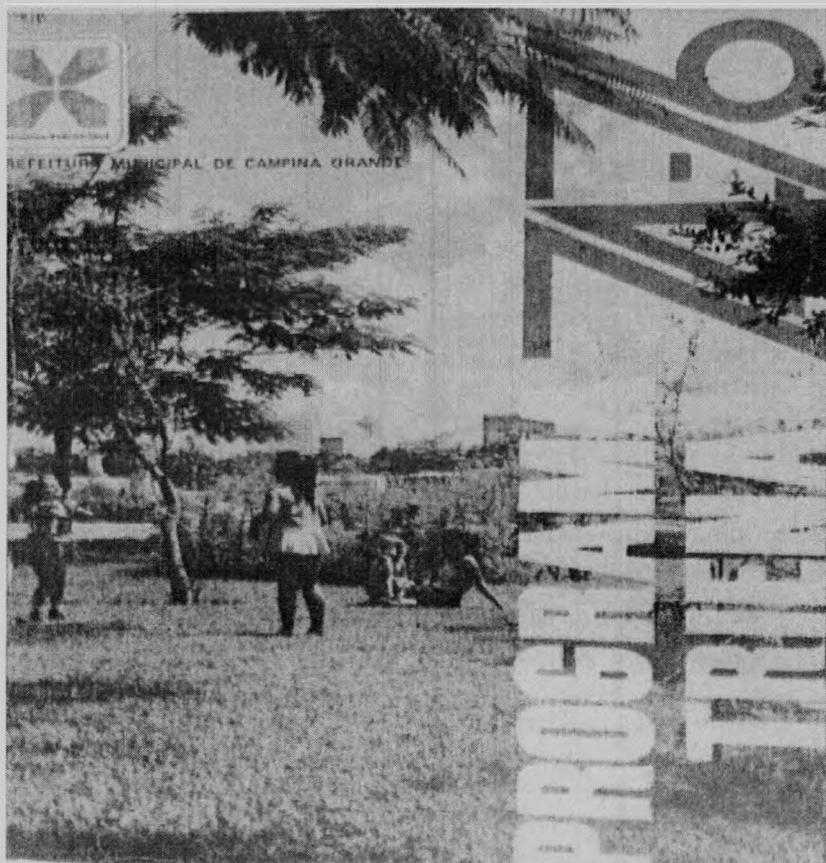


Figura 21: Capa do PTA

Em matéria no Jornal da Paraíba, ilustrada por uma foto do obelisco que estava sendo construído para ser o marco zero da cidade, podia-se ler na legenda: “um novo começo”.²⁷⁰ Recomeçaria ali, naquele local, determinado por planejadores, marco de uma estrutura urbana planejada por urbanistas e arquitetos, sendo produzida então uma a nova Campina Grande. Uma nova chance era dada à história da cidade.

²⁷⁰ Jornal da Paraíba. Um novo começo.

Naquele espaço a cidade renascia simbolicamente, forjava-se assim um novo ponto de partida, contendo em si, ainda mais, todo o passado de Campina Grande. Isso porque lá foi enterrada uma urna contendo a “síntese histórica da cidade desde a sua fundação”, até o ano de 1976.²⁷¹ Tal urna deveria ser aberta, segundo o Programa Trienal de Ação, após cem anos. Enterrava-se a história do passado da cidade, para fazer surgir seu futuro.

É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma.²⁷²

Evaldo Cruz marcaria e simbolizava com esse ato sua preocupação com a história e com a memória da cidade, dimensões que ele demonstrava, através de suas ações no governo da cidade, querer preservar. Ele tentava dar conta de anseios da própria cidade, que parecia, já, incomodada pela ausência de monumentos representativos da sua história. Quanto a isso no próprio Programa Trienal estava posto:

A cultura de uma civilização deve, em certos casos, ser também representada por um elemento físico, concentrando as atenções sobre si, reunindo todos os dados da sua história e marcando a sua época: um monumento.²⁷³

No editorial do dia 16 de setembro do ano de 1973, com o título “Preservar o passado”, o Jornal da Paraíba nós dá uma dimensão desses desejos da cidade, cobrando ao prefeito marcos que representassem a história local, na medida em que, “Salvo o monumento do Centenário, presente do então governador estadual a Campina Grande, a nossa cidade lamentavelmente padece de marcos que

271 Programa Trienal de Ação, s/p.

272 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas, p. 16.

273 Programa Trienal de Ação, s/p.

lembrem o seu passado.” O texto pede que em cada aniversário da cidade “um velho prédio seja tombado com marco do passado, livros sejam impressos, estátuas erigidas em praça pública numa justa homenagem aos vultos do passado”.²⁷⁴

No início dos anos de 1980, Cruz reafirmaria a importância que ele dava ao fato de “guardar” a história para o futuro, organizando uma série de Anuários sobre Campina Grande, nos quais, segundo ele, apareceriam os principais feitos da cidade e seus principais personagens.

Nosso propósito ficou bem definido no Anuário de 1980 quando destacamos nossos objetivos de preservar a memória de Campina Grande (...). Daí o lembrete que sempre fazemos aos nossos dedicados colaboradores: “estamos escrevendo principalmente para o futuro”.²⁷⁵

Evaldo Cruz tinha essa preocupação e sabia da importância das simbologias e da história da cidade, a qual, segundo ele, deveria ser preservada. Nos anuários encontramos frase como esta: “*Preservar a memória da nossa cidade é dever e de todos nós*”; “*Leia e divulgue o ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE*”; “*Cidade sem história é como sino sem badalo: ninguém ouve nem dá atenção*”.²⁷⁶

Mas, como dizia, seria a partir daquela nova espacialidade, pensada e executada como algo representativo em alto grau de certos projetos urbanos, que partiriam as novas caminhadas da cidade planejada. O local passou a ser tematizado a partir de toda uma mística da cidade, parecendo que os planejadores desejavam que o Açude Novo, transformado em Parque e instituído como o marco zero de Campina Grande permanecesse no centro de sua geografia e de suas atenções por, no mínimo cem anos, até a abertura de sua urna memorial.

No centro do Parque fincou-se um obelisco “de funções técnica, cultural e estética”, monumento que seria instituído como o marco zero da cidade e sob o qual se depositou a urna mencionada acima. Construído em concreto armado, símbolo de progresso, naquele momento, com 45 metros de altura, contendo ao seu redor um lago artificial, fontes luminosas e sonoras, tal monumento seria símbolo de uma homenagem aos Índios Arius, vistos como fundadores da cidade.

274 Jornal da Paraíba. Preservar o passado. 16 de setembro de 1973, p. 2. Editorial.

275 Anuário de Campina Grande 1981 n° 3 p.8.

276 Anuário de Campina Grande 1981 n° 3, p. 12; 25.

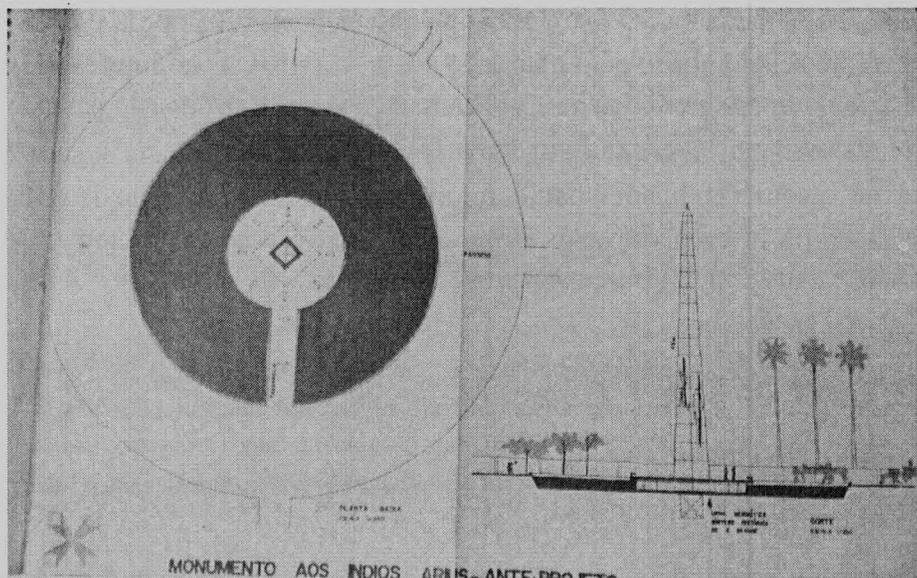


Figura 22: Planta do Obelisco do Parque do Açude Novo (PTA)

A condição de fundadores do município dada aos Índios Ariús, foi motivo de polêmica na Câmara de Vereadores. Convidado pela Câmara, o diretor do Museu Sacro e presidente do Centro de Arqueologia, em João Pessoa, o Sr. Balduino Lelis, disse em palestra aos vereadores que os Ariús não foram os primeiros habitantes de Campina Grande.

Lembrou ainda que o prefeito Evaldo Cruz poderia designar uma comissão para estudar o assunto e que o Monumento erguido no Açude Novo deveria ter uma placa trazendo em primeiro lugar os índios Quiriris, não esquecendo os Ariús que para aqui vieram com Teodósio de Oliveira Ledo.²⁷⁷

Evaldo Cruz não seguiu as orientações de Lélis, tanto que a prefeitura promoveu um concurso para escolher desenhos que representassem os índios Ariús, a fim de fazerem parte do monumento em homenagem aos índios.

O monumento foi construído para representar o “ponto mais nobre da cidade” e seria um “monumento de reconhecimento da sua cultura”, da cultura da cidade, afirmava o Programa Trienal:

²⁷⁷ Jornal da Paraíba, 04 de setembro de 1975.

A cultura de uma civilização deve, em certos casos ser também representada por um elemento físico, concentrando as atenções sobre si, reunindo todos os dados da sua história e marcando a sua época: um monumento.²⁷⁸

Aqueles eram anos, como se vê, em que se procurava instituir uma identidade ao campinense, a partir, inclusive, de um mito de fundação. Como já disse Pesavento, tratando de questões semelhantes:

(...) uma cidade que se transforma se apressa em registrar a memória e o conhecimento daquilo que foi um dia: assim é que se elaboram os mitos de origens, se recolhem as lendas, se constrói uma história da cidade. Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente.²⁷⁹

No ano anterior, em outubro de 1973, através da Lei Municipal de número 84, Cruz já havia feito algo no sentido de cristalizar símbolos identitários para a cidade. Foram instituídos pela Lei outros símbolos do Município: o Brasão de Armas, Bandeira e Estandarte na Lei de nº 54 em agosto de 1974. Promoveu um concurso para a criação do hino da cidade, no qual o Hino vencedor não foi escolhido, justificaram dizendo que a letra mesmo tendo vencido não teria conseguido chegar a nota mínima, tendo, a prefeitura, ter que organizar um segundo concurso.²⁸⁰ Aqui está a letra, vencedora no primeiro concurso:

Rainha da Borborema, és
O vergel de Deus na serra
Que o céu beija e a doce brisa
A cantar glorifica na terra.

Porta de ouro de dois mundos
Que de abraçam, tua gente
A votação tem das alturas
E um passado de lições que vão na frente
Capital do trabalho, o teu povo

278 Programa Trienal de Ação, s/p.

279 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, cit. p. 16.

280 Jornal da Paraíba, 29 de abril de 1974, p. 05.

Te constrói com amor e, nas messes
Dos teus dias, na ronda dos séculos,
Cada vez és mais jovem e cresces!
Teu destino é a legenda,
Luminosa e heroica, onde
A própria Vida canta em ti
E em teu nome, Campina Grande!

Na revoada das escolas,
Vão as novas gerações
Ao infinito amor da luz
Que a Ciência acende em nosso coração
Raimundo Asfora e Guimarães

Campina Grande já tinha uma bandeira, mas Evaldo Cruz, naquele momento a destituiu. A cidade, a seu ver, precisava ser renovada até nas suas insígnias. No aniversário da cidade do ano de 1975, em um ato simbólico, Evaldo Cruz, arriou pela última vez a antiga bandeira e a entregou ao professor Lopes de Andrade, representante do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande. Com isso queria, certamente, dizer ou representar que eram novos tempos e a cidade “precisava” de novos símbolos.

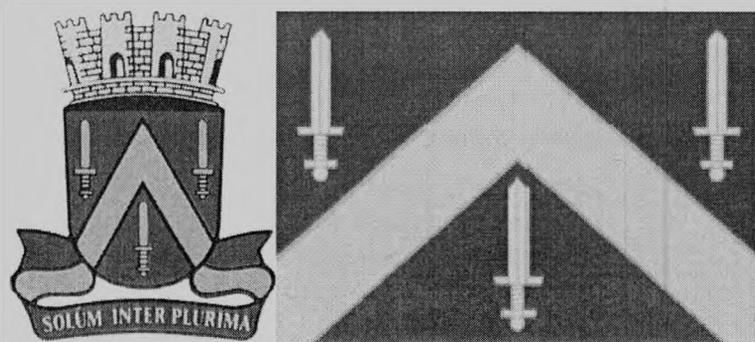


Figura 23: Brasão e Bandeira de Campina Grande

A explicação do significado dos símbolos usados na Bandeira e Brasão reforçam características que se desejava para a cidade. As formas geométricas, por exemplo, lembram o compasso e a intenção na época era de representar o “instrumento de trabalho racional”, retratando assim a operosidade que fez “progredir” a cidade. A asna também remetia aos tropeiros, estando contido assim o mito fundador da cidade. As espadas estariam, ali, para simbolizar “não apenas

o espírito de luta do povo serrano, como a participação em três movimentos importantes brasileiros”, fazendo mostrar assim, que a cidade participa “bravamente” da “história” oficial do país, demonstrando que se tratava de um povo que sabe lutar e que lutaria por seu futuro. Por fim, seu lema buscava condensar a grandeza da cidade: SOLUM INTER PLURIMA, Única entre Muitas.²⁸¹

O Hino, vencedor do segundo concurso, trazia em si reafirmações de algumas palavras que remeteriam a “imagens” do que seriam as “identidades” da cidade, tais como, capital do trabalho, oficina, índios valentes, leais forasteiros, homens audazes; nele, a cidade estaria revivendo sua glória e esperando um futuro de paz.

Hino de Campina Grande

Venturosa Campina querida,
Ó cidade que amo e venero!
O teu povo o progresso expande,
És na terra o bem que mais quero!
Tuas serras de verde vestidas
Salpicadas com o ouro do sol
Ou com a hóstia dos brancos luares!

Eterno poema
De amor à beleza,
Ó recanto abençoado do Brasil
Onde o Cruzeiro do Sul resplandece
Capital do trabalho e da paz!

Oficina de ilustres varões,
Canaã de leais forasteiros,
És memória de índios valentes
E singelos e alegres tropeiros!
Tua glória revive, Campina,
Na imagem dos homens audazes,
Aguerridos heróis de legendas
Que marcaram as tuas fronteiras!

Eterno poema
De amor à beleza
Ó recanto abençoado do Brasil,
Onde o Cruzeiro do Sul resplandece,
Capital do trabalho e da paz!

281 ANUARIO DE CAMPINA GRANDE, 1981, p. 10

Foi lançado, também naqueles anos, um disco contendo o Hino da Cidade, cuja imagem de capa é uma fotografia do Parque do Açude Novo com o obelisco em destaque, mostrando estar aquele monumento intimamente ligado à construção de uma identidade para a cidade e de como “ela” *desejava* ser representada. Em todos aquelas ações, a gestão Cruz articulava modalidades de reconstrução do passado e do presente, no intuito de tornar possível um novo futuro para Campina Grande. Como lembra Pesavento, quanto a isso, “através de projetos e visões de mundo que apontam para um *depois* (...), a modernidade urbana” inscreve “uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos.”²⁸²



Figura 24: Capa do Disco com o Hino Oficial de Campina Grande

Além de realmente querer “impressionar” e mostrar-se grandiosa, a urbanização daquela área foi tramada a partir do interesse em se oferecer um lazer saudável e familiar aos moradores da cidade, como inclusive afirmava o Programa Trienal de Ação:

282 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias, p. 17.

Equipamentos de recreação infantil, dando uma utilização nobre à área da bacia, criando uma frequência familiar e educativa, devido à presença do monumento, esculturas e museu de arte.²⁸³

Existia, portanto, a preocupação em se dar usos ditos “nobres” àquela área que estava sendo construída. Não interessava à administração que aquele espaço fosse ocupado, por exemplo, pelas habituais prostitutas frequentadoras noturnas das ruas que cercavam o açude, as então chamadas mariposas. Por isso, a construção do Museu de Arte, também naquela região, sugeria usos distintos dos corpos, mediados pela concentração, pelo desenvolvimento intelectual e cultural dos corpos na cidade, num lazer elitizado.

O local não foi escolhido ao acaso e sim de acordo com orientação planejada, aproveitando a área em urbanização do Açude Novo, logradouro dos mais importantes da cidade, local do futuro Centro Cívico. O prédio do museu ficará localizado sobre o terreno elevado que envolve o leito seco do Açude Novo, dominando as vistas, destacando-se na paisagem em torno e compondo-se com os demais equipamentos do local.²⁸⁴

No anuário de Campina Grande do ano de 1981, Campina Grande é representada por uma foto do Parque do Açude Novo, com os seguintes dizeres: “A Campina de hoje é fruto do trabalho de quantos, à frente da sua Municipalidade, deram o melhor de seus esforços para o engrandecimento da terra comum”.²⁸⁵

Os equipamentos do Parque do Açude Novo não foram escolhidos ao acaso, foram planejados para se comunicarem entre si, formando um conjunto de equipamentos que tinham usos regrados e pré-determinados por urbanista e arquitetos que o projetaram.. Todos eles induziam usos menos espontâneos dos corpos, cada novo espaço teria olhos reguladores de condutas.

Em fevereiro de 1974 o General Délio Barbosa veio a Campina Grande. Diz o Jornal da Paraíba: “Durante seu contato com o prefeito Evaldo Cruz, o general Délio teve oportunidade de apreciar o projeto de urbanização do Açude

283 Programa Trienal de Ação, s/p.

284 Programa Trienal de Ação, s/p.

285 ANUARIO DE CAMPINA GRANDE, 1981, p. 76.

Novo e outros projetos executados pela atual administração.”²⁸⁶ Percebe-se assim o interesse dos militares nesses projetos.



Figura 25: General Délio Barbosa examina documentos da urbanização campinense

Na década de 1970 se vivia um momento de ufanismo e de amplo investimento estatal na produção de uma imagem de progresso para o país. Não passaria sem destaque uma obra daquela natureza, que ao mesmo tempo empurrava para o passado formas arcaicas de ocupação do solo urbano e, principalmente, dotava a cidade, o que era inédito, apesar de sonhado há muito tempo, de uma área de lazer ampla e em sintonia com os padrões arquitetônicos e urbanísticos mais legítimos do período.²⁸⁷

Após o golpe militar de 1964, a repressão aos populares e às diversões em geral tornou-se mais forte. As liberdades individuais foram constantemente desrespeitadas e a única distinção entre um bom e um mau cidadão era se ele estava disposto a se divertir dentro da lei e da ordem.

286 Jornal da Paraíba, 02 de fevereiro de 1974. General Délio Barbosa veio a Campina trazer despedidas ao prefeito e 5ª Companhia.

287 SECCHI, Bernardo. **A cidade do século vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2009 (esp. Cap. “Cidade, indivíduo, sociedade”, p. 173-227).

O golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 serviu, entre outras coisas, para reforçar a lógica capitalista de que trabalho e diversão deveriam ser coisas excludentes. Em Campina Grande, este processo não se deu de forma diferente. Os intelectuais, políticos, técnicos da Prefeitura e as camadas dominantes em geral tentavam criar espaços e momentos em que o ato de divertir-se fosse o mais controlado possível. As diversões iam aos poucos se transformando em lazer.²⁸⁸

A urbanização do Açude Novo ofereceria a comunicação de bairros sem a passagem pelo centro da cidade, ofereceria também equipamentos de que a cidade carecia; espaços apropriados para recreação e aprimoramento cultural. Este novo espaço na cidade seria, utilizado “como meio de humanizar e dinamizar o desenvolvimento da cidade”.²⁸⁹

Por aquela época entendia-se que, uma das soluções para a crise urbana era a dotação de infra-estrutura e equipamento social aos centros urbanos. Nesse sentido o Programa Trienal de Ação continha como já dissemos, a elaboração do sistema viário, urbanização da Av. Canal, Recuperação de conjuntos habitacionais, construção de cinturões verdes.

É importante salientar que o Programa se preocupava, no que dizia respeito aos conjuntos habitacionais, não somente com posto de saúde, abastecimento d’água, energia elétrica, vias de acesso, escola. O lazer também está inserido nesse projeto, como parte importante, prevista a construção de áreas de lazer, como quadras e play-grounds. Essa preocupação da cidade, com áreas de lazer, se evidencia e toma corpo com mais visibilidade na área do Açude Novo, onde são planejadas o restante das ações do setor-físico territorial.

Percebemos a partir do Programa, o intuito de transformar os sentidos dados àquela área, tornando-a uma área nobre, ficando assim mais rentável para o setor imobiliário. Naqueles anos o bairro vizinho ao Açude, Prata, já começava a ser apontado como sendo de elite. Para que houvesse essa redefinição de sentidos foi preciso efetuar a erradicação da Favela São Joaquim, aquela população foi excluída do local.

O espaço nobre gerado pelo Açude Novo e ofertado pela erradicação da favela São Joaquim, surge a implantação do Centro Cívico,

288 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**, p. 398.

289 MESQUITA, Liana de Barros et al. **Uma política de atuação para os aglomerados sub-normais do Nordeste**. Recife, SUDENE-DRH, 1971, p. 40.

conjunto arquitetônico ladeado por vasta área arborizada e tendo a sua frente o majestoso espaço do Açude Novo. Este, não mais podendo ser espelho d'água, será submetido a um plano urbanístico e paisagístico, dotando-o de um aspecto nobre através de generosidades de espaços, da arborização e do uso público.²⁹⁰

Sete meses antes da inauguração do Parque e Museu, o Jornal da Paraíba, registrou cenas que representavam signos de ruralidade nas imediações do Parque.

Coisas que só acontecem em Campina Grande. O estardalhaço no noticiário sobre a recuperação do Teatro Municipal causou um impacto tão grande que atingiu o mundo animal. Há dias que uma robusta família de suínos resolveu conhecer os propalados melhoramentos e foi com toda dignidade visitar o nosso teatro. Lá chegando, a curiosidade da mãe porca foi obstaculada por uma porta fechada. Como todo suíno que se presa resolveu pastar um pouco, adubando o pequeno jardim. Depois de alguns momentos de lazer, e não sendo incomodada pela fiscalização da Prefeitura, mamãe-porca resolveu tranquilamente tomar o destino do centro da cidade, acompanhada dos filhotes, num passeio popular, e fez hilariantes pilhérias.

O fato vem se repetindo diariamente.²⁹¹

A cidade-conceito idealizada pelos planejadores, na qual se deseja nivelar toda a cidade, estabelecer um não-tempo ou um só tempo, a cidade que deseja criar um sujeito universal se distancia muito, no dia a dia, da dinâmica dos moradores da cidade, pois a cidade vivenciada é múltipla de sentidos e de tempos distintos. Os diversos caminhos feitos por trilhas não planejadas demonstram vários tempos e desejos diversos de uma mesma cidade.²⁹²

As vésperas da inauguração, do Parque do Açude Novo, uma obra que custou milhões, Maria da Conceição Henrique da Silva e José Firmino da Silva, moradores da Favela da Cachoeira, protagonizaram cenas difíceis que demonstram uma precariedade destoante da imagem representada pelo Parque e do PDLI em si.

290 Programa Trienal de Ação, s/p.

291 Jornal da Paraíba, 07 de julho de 1975. **Família de suínos visita o Teatro.**

292 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1.** Petrópolis: Vozes, 1998; CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 97-110.

Os dois moradores eram pais de cinco filhos. Sua casinha se localizava numa rampa de quase quarenta metros de altura, onde qualquer descuido poderia ser fatal; o acesso para chegar até ela era difícil. Enfrentando todos os obstáculos, os dois saíram na esperança de curar seu filho, Marcos Henrique, que estava há dias doente e vinha sendo tratado com remédios caseiros. Após o atendimento, no Posto de saúde, os pais começaram outra jornada, conseguir dinheiro para comprar os remédios prescritos pelo médico.

Assim como os pais do menino, Joaquim Bezerra da Silva, 65 anos, pedinte, Josina Bezerra de 58 anos também pedinte, ainda viviam problemas de falta de estrutura básica, reclamavam dos gastos “supérfluos” dos administradores da cidade:

Várias pessoas foram ouvidas, algumas delas, chegando a afirmar que Campina Grande através de seus administradores ainda não voltaram as vistas para o angustiante problema em que vivem preferindo gastar vultuosas quantias com coisas supérfluas e que apenas servem para gozo daqueles que nada tem a pedir dos poderes competentes.²⁹³



Figura 26: Favela da Cachoeira

²⁹³ Jornal da Paraíba, 01 de novembro de 1975. **Marginalização, fome e desespero imperam na Favela da cachoeira.**

O direcionamento do olhar da administração para a urbanização do Açude era tamanha, que o jornal chega a reclamar que o terreno bem próximo ao Parque estava servindo de depósito de lixo, destoando da imagem do Parque.

Notando que o trecho inicial da rua Pedro II não condizia com o belo aspecto que está tomando o Parque do Açude Novo, a Prefeitura Municipal determinou fosse aquela artéria asfaltada. No entanto, existe um terreno ao lado do Teatro Municipal ‘Severino Cabral’ que está a servir de depósito de lixo e onde o mato cresce livremente, dando um toque totalmente destoante do local.²⁹⁴

Havia nos discursos dos jornais, extrema preocupação com a via pública, tudo que poderia barrar o fluxo ou “enfeiar” as artérias da cidade era alvo de reclamações e de intervenções do poder público, “prédios que obstruíam as artérias” eram indenizados,²⁹⁵ materiais e lixos que impediam o trânsito ou até mesmo os animais eram objetos de intervenções, chegando ao ponto de em março de 1973 uma porca ser morta no Bairro do José Pinheiro porque os fiscais da prefeitura não conseguiam retirá-la da rua.²⁹⁶

Mas nem só os materiais, prédios ou animais eram “vítimas” da disciplinarização das ruas, as práticas de divertimentos consideradas menos sadias, eram frequentemente reprimidas pelos policiais da cidade. O jornal da época trazia com frequência notícias de homens e mulheres presos porque estavam embriagados²⁹⁷ na via pública, ou de prostitutas que saíam em horários proibidos.

Ao mesmo tempo em que se empenhavam, sonhavam, planejavam e construíam espaços para um lazer dito saudável, reprimia-se outras formas de lazer. A ordem dos espaços públicos deveria ser estabelecida, sendo os principais pontos da cidade vigiados, diariamente, através de rondas policiais autorizadas pelo tenente-coronel Joaquim Sinfrônio, delegado de Vigilância Geral e de Costumes.

294 Jornal da Paraíba, 11 de dezembro de 1975. Lixo enfeia a cidade.

295 Campina 72 – Uma cidade otimista. Pronunciamento do Exmo. Sr. Interventor Federal do Município de Campina Grande, engenheiro-químico Luiz Motta Filho, ao iniciar-se o ano de 1972. 01/01/72, p. 11.

296 Jornal da Paraíba, 09 de março de 1973: Fiscais da Prefeitura matam porca por não poderem carregá-la.

297 Jornal da Paraíba, 16 de maio de 1974: Desordeiros foram retirados quando promoviam arruaças de circulação pela polícia.

Em fevereiro de 1974, algumas “mariposas”, como eram chamadas as prostitutas na época, pareciam não se importar muito com essas medidas de vigilância na cidade. A indignação maior, nos jornais, era que elas teimavam em fazer ponto no centro da cidade antes do horário permitido.

Vale frisar que existe uma ordem baixada por aquela autoridade, que diz que as mulheres de vida-livre somente poderão frequentar o centro da cidade após as 22 horas. Tal determinação não está sendo cumprida pelas “horizontais” que teimam em ‘baixar’ nos principais logradouros públicos antes do horário previsto e ficam perturbando a ordem pública de tal forma que não respeitam nem mesmo as senhoritas e senhoras casadas. Algumas chegam a dizer até que ‘xadrez e hotel prá elas é a mesma coisa’.²⁹⁸

Pela expressão facial de algumas na foto tirada na delegacia, pareciam não se importar mesmo com aquilo;



Figura 27: Prostitutas presas

Tanto não se importavam que em matéria do ano seguinte, entre tantas outras, no mês de junho, o jornal colocaria novamente uma fotografia das mariposas apreendidas por um novo “arrastão”. Algo me chamou atenção, parecia já ter visto aquele rosto antes. Luiza Alves de Sousa, um nome repetido nas duas matérias, que acredito ser a quarta da direita para esquerda, na foto acima e a segunda em pé da direita para esquerda, na foto mais abaixo. Na matéria do ano de 1974, dizia ter 41 anos, mas na matéria do ano seguinte disse que tinha 46

²⁹⁸ Jornal da Paraíba, 21 de fevereiro de 1974, p. 07. Mariposas deram sopa e caíram na ‘canoa’.

anos. Dessa vez posou para a foto menos sorridente, mas não parecia estar nem um pouco triste ou surpresa com a situação.

Quase duas dezenas de mulheres foram presas na noite de anteontem, por policiais da Delegacia de Costumes, em Blitz realizada nas principais artérias da cidade. As mulheres estavam perambulando pelas ruas antes do horário previsto, enquanto outras promoviam desordens em plena via-pública.²⁹⁹



Figura 28: Prostitutas presas

Bêbados e prostitutas eram, constantemente, alvos da polícia. A rua não pertencia mais a eles, aliás, na matéria abaixo, percebemos que o jornal não usa mais a palavra. rua, mas, artérias e via pública. Os lazeres já naturalizados na cidade eram submetidos ou à proibição ou à falta de incentivo, por parte da municipalidade. A pesca no Açude Velho, feita por menores, por exemplo, foi proibida, sob pena de os infratores reincidentes serem levados à presença do Juiz de Menores.³⁰⁰

²⁹⁹ Jornal da Paraíba, 04 de junho de 1975. Presas quase duas dezenas de prostitutas.7

³⁰⁰ Jornal da Paraíba. Menores proibidos de pescar no Açude Velho. 17 de julho de 1975. p.5



Figura 29: Pescaria no Açude Velho

As festas, também, tradicionais nas ruas principais da cidade não vinham recebendo o mesmo incentivo que era dado antes. A festa de carnaval, por exemplo, antes tão intensa, perdia fôlego. O motivo, diziam os organizadores, era a falta de incentivo por parte da prefeitura, preferindo a população da cidade festejar nos clubes particulares.³⁰¹

As ruas da cidade foram “transformadas” em via pública, ou seja, lugar de passagem dos corpos. A palavra “rua” para Le Corbusier, significava desordem, precisava-se substituir a palavra e a “coisa” por caminho de pedestres e pistas de automóveis ou auto-estrada. A permanência só era bem vinda se estivesse dentro dos padrões pré-estabelecidos.³⁰² Aliás, a permanência nas ruas, naqueles anos, era, de fato, pouco desejada pelo Estado. Até mesmo as festas mais populares da cidade, receberam pouco incentivo dos governos, preferindo

Ver TB Menor que pescar no Açude Velho será detido. Julho de 1975

301 “170 homens para comandar ordem nas ruas” 02/03/73. “O carnaval de rua quase não existiu” “Carnaval de rua fraco levou foliões para nossos clubes” p. 1 08/03/73 JPB Melhor carnaval de Campina foi mesmo no Campinense. 08/03/73 p.5 Carnaval de rua fraco reservou sucesso para os clubes 28/02/74 Clubes compensam pobreza do carnaval de rua e fazem reinado da folia nos salões 28/02/74p.5

302 SANT’ANNA, Denise B. de. **O prazer justificado.**

as pessoas frequentarem os clubes privados, a rua como lugar de divertimento aos poucos perdendo sentido.³⁰³

“Nenhum tipo de lazer ‘desinteressado’ poderia ser aceito”, diz Souza, “pois seria considerado como ‘improdutivo’ e gerador de condutas desviantes”. Já nos anos 1960, não se mostrava na cidade “nenhuma preocupação sistemática com a criação de oportunidades de lazer operário ou popular”, apesar de já existir, nos jornais, reclamações quanto a falta de equipamentos de lazer na cidade.³⁰⁴

“OS PAIS DE FAMÍLIA PERGUNTAM: Para onde vão as crianças? Falta ambiente na cidade para a garotada se divertir.

Para onde vão as crianças? Esta é a pergunta que cada pai e cada mãe de família fazem entre si às vésperas de cada domingo. Algumas dezenas de crianças, filhas de associados de duas entidades recreativas (Campinense Clube e AABB) têm seus play-grounds, os seus parques infantis. Mas e as outras? (...) Para onde vão as crianças, as pobres crianças do José Pinheiro, Monte Castelo, Liberdade, Quarenta e de todos os bairros da cidade? Para onde? Para parte alguma. É a resposta (...)”.³⁰⁵

No entanto, como vimos, nos anos de 1970, em Campina Grande, houve uma preocupação sistemática relacionada às práticas de lazer e a espaços de lazer de cunho educativo ou que propiciassem as crianças usos dinâmicos e sadios dos corpos. Tanto que no Programa Trienal de Ação, além do próprio Parque do Açude Novo, as outras obras prioritárias, também continham áreas verdes e de recreação, espalhados por toda a cidade. O lazer que proporcionasse movimentos e usos sadios dos corpos e das mentes, especialmente em áreas públicas, porém, vigiadas, passou a ser prioridade naquele momento.

Evaldo Cruz, em matéria do jornal Diário da Borborema no Ano de 1978 e reeditada no Anuário de Campina Grande do ano de 1980, destacou a intenção da construção dos equipamentos de lazer. Segundo ele, educar era melhorar a qualidade de vida.

303 Jornal da Paraíba, 08 de março de 1975.

304 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Lazer e desenvolvimento em uma cidade de porte médio entre as décadas de 1950 e 1960 do século XX. In. _____ (org.) **Cidades médias do Brasil na historiografia contemporânea**. EDUFCE; EDUFCE; 2012, p. 36; 31-32.

305 Op. Cit., p. 25.

(...) a construção de mais áreas de recreação nos bairros com equipamentos que eduquem e proporcionem um lazer mais sadio; a expansão do sistema de esgotos sanitários reduzindo a proliferação de doenças e aumentando o nível de saúde da população; a transformação de áreas poluídas em novas opções de loteamento ou de recreação; o aumento das oportunidades de trabalho (...).³⁰⁶

Em Campina Grande, a construção de um parque, também teve esse sentido de “saneamento” físico, social e psicológico da cidade, mas demonstra, mesmo que por meios tortos, certa preocupação com a família, em especial, com as crianças. O parque foi também pensado como um meio de afastar as crianças de práticas desconhecidas, de vícios e da criminalidade, pois estando nesses locais planejados, estariam sob o controle dos poderes públicos.

O novo lugar produzido em Campina Grande fez que fosse preciso se reinventar ou de sugerir novas formas de brincadeiras nas ruas, pois depois da construção do Parque do Açude Novo aquele espaço deixou de ser a extensão do quintal ou do terraço das casas da redondeza. Crianças, homens e mulheres iriam, certamente, se intimidar em entrar ali. Agora existia uma fronteira a ser passada, para ocupar aquele antigo lugar, transformado no moderno Parque do Açude Novo. Possivelmente as pessoas não se sentiriam a vontade em “entrar” naquela nova espacialidade com as vestimentas simples ou até mesmo descalças, como costumavam usar a rua. Novos usos dos corpos iram se configurar naquele lugar, novos códigos iriam conviver com velhos costumes. As práticas de divertimentos nos bairros irão persistir por muito tempo, pois, mesmo em meio à construção dos *Centros de Bairros (projeto da ditadura)* os populares conseguem se insurgir e utilizar a rua como lugar de divertimento, sociabilidades, trocas, arruaças, pois as queixas continuam aparecendo nos jornais.

V

Ao som de um concerto de flauta doce, em seguida uma apresentação de o “Homem e o Meio”, e logo depois um cantoria de violeiros e em meio a uma exposição de artes de artistas de nível local e nacional, Evaldo Cruz, inaugurou a sua maior obra. Na ocasião várias autoridades falaram, entre elas Raimundo As-

306 Diário da Borborema, 11 de outubro de 1978. Campina e o planejamento urbano. O texto foi republicado em: ANUARIO DE CAMPINA GRANDE, 1980, p. 50.

fora, que disse: “Saúdo-o por este Parque do Açude Novo, um circuito de luzes, de cultura, de recreação, de lazer, de beleza, de música, de cores e de aromas: por este círculo de crescimento das alturas da Borborema, eu o saúdo.”

Por último, Evaldo Cruz proferiu um discurso que nos dá essa dimensão do desejo de uma nova cidade. Nos mostra o quanto aquele Parque que era visto como a mais perfeita imagem do futuro, o quanto ele estava comprometido com essa vontade de renovação, ou melhor, de renascimento da cidade, de como aquele equipamento de lazer, estava ligado à vontade de tornar a paisagem mais amena, para humanizar e educar o povo, com uma Campina Grande que tivesse orgulho de si mesma e acreditasse no seu futuro, esquecendo os anos de desânimo e descrença. Novos cheiros e novos sons faziam com que o concreto arrastasse os olhares para si. E era dito ao povo que aquele Parque seria dele (do povo):

É, pois com indisfarçável satisfação que entregamos o Parque do Açude Novo ao povo de Campina Grande.

É para ele que estamos tentando construir uma nova Campina. Uma nova Campina sem perder a sua obsessão pelo trabalho, consolida seu ‘status’ Cultural na Expansão de sua Universidade. Pesquisa no seu passado experiências que a levem a novos triunfos e se humaniza no convívio diário que a paisagem verde amena das áreas de lazer propiciam às suas gerações.

Uma nova Campina onde o florescimento das artes não seja considerado atividade supérflua, mas parte essencial e integrante do seu processo de desenvolvimento. Onde as vocações artísticas sejam saudadas como manifestações de sua evolução Cultural e não como desvios da personalidade criadora de seu Povo.

Uma nova Campina enfim, que orgulhe a sua gente, que restaure esperanças por ventura perdidas no seu futuro, que estimule novas atividades criativas e que assegure as condições de progresso e bem estar necessárias a uma sociedade próspera e democrática onde as oportunidades sejam iguais a todos.

O presente está nos favorecendo nesse desiderato. Partamos para conquistar o futuro.³⁰⁷

Era outro dia. Seis de fevereiro de 1976, cinco dias após a inauguração do Parque do Açude Novo. Os leitores do Jornal da Paraíba foram surpreendidos

307 Jornal da Paraíba, 01 de fevereiro de 1976.

por uma decisão da Secretaria de Serviços Urbanos, a qual estabelecia horários de funcionamento e restrições de usos para o novo espaço. Aquele monumento de uso dito público, cuja estrutura física aberta parecia oferecer a seus usuários total liberdade, começava a ser objeto de limites. A recreação no Parque apenas seria permitida “de 7:30 horas às 9:30 horas, de 15 horas às 18:00 e de 19 horas às 21 horas”. Aos domingos e feriados, seria livre. Além disso, estava “expressamente proibida à entrada de bicicletas, motos e outros veículos, bem como a entrada de vendedores, com exceção dos que estiverem credenciados.”³⁰⁸

Os usos daquele local, portanto, seriam controlados a partir de uma lógica disciplinar quanto aos usos do tempo livre? O que teria acontecido que provocara tais normatizações quanto aos seus usos? Quais as *outras* práticas indesejadas naquele espaço? Estaria aquele espaço comprometido com outras esferas sociais, como a do trabalho?

Anos mais tarde, em dezembro de 1978, aquele mesmo espaço, foi alvo mais uma vez de um arrastar de olhar. O jornal registrava uma voz inconformada com as maneiras que as pessoas vivenciavam um espaço que havia sido, em tese, produzido para o povo. O que poderia ser entendido como momentos de alegria das crianças, as mesmas construindo seus próprios caminhos pelo Parque, transformara-se num crime, na leitura, do jornalista, o qual chama atenção para “uma espera de anos” para a construção do Parque.

Crianças e adultos, sem atentarem para o crime que cometem, arrancam os galhos das arvores que ainda não atingiram um estágio adulto e transitam pelo gramado, destruindo flores, sem que sejam advertidos por um só guarda municipal, pondo por terra, dentro de poucos dias, uma espera de anos.

(...)

A placa não serviu de nada, pois a grama foi parcialmente destruída. De tanto passarem por dentro do jardim do Parque, as crianças formaram um caminho na grama.³⁰⁹

308 “Parque do Açude Novo com horário”. Jornal da Paraíba, 06/02/1976, p. 08.

309 Diário da Borborema, 27 de dezembro de 1978.

MERGULHOS SEM FIM

Relutei muito para começar escrever estas considerações finais; tinha uma espécie de trava. No meio tempo em que estive longe da escrita, período entre a qualificação e reparos sugeridos pela banca, voltei ao arquivo e me deparei com prateleiras vazias. A ausência, na prateleira, dos jornais nos quais eu iria pesquisar histórias de vivências sobre o Parque do Açude Novo e que me dariam margens para a escrita do terceiro capítulo, me causou uma espécie de frustração. Aquele capítulo fora o primeiro a ser desenhado na minha imaginação.

Esse tempo me serviu para pensar um pouco mais sobre a cidade em que vivo, pensar em como certas questões às quais foi dada visibilidade no estudo ecoaram nos discursos, práticas e sonhos dos dirigentes dessa cidade no último ano. No final de janeiro deste ano, a prefeitura demoliu um hospital psiquiátrico localizado no bairro da Liberdade, em Campina Grande, anunciando a construção de um novo Parque, apontando como seu o objetivo o de beneficiar os moradores da redondeza, assim como de toda população campinense. Após a demolição e limpeza, foram plantadas de dez mil mudas de árvores.³¹⁰ Aquilo me fez lembrar que, ao assumir a prefeitura, no dia primeiro de janeiro de 2013, o atual gestor da cidade, Romero Rodrigues, mostrou estar preocupado com a infraestrutura da cidade anunciando naquele mesmo dia de imediato um mutirão de limpeza, que teria um ponto de partida, o Parque do Povo.³¹¹

Já no mês seguinte foi anunciada outra obra, a urbanização do Açude de Bodocongó, com financiamento federal, estadual, da UEPB e da prefeitura de Campina Grande. Construído no início do século XX para abastecer boa parte da população campinense, e como vimos utilizado também como espaço de lazer na cidade, aquele reservatório é visto na atualidade, por uma parcela da cidade, como um espaço a ser transformado, um espaço propício para receber outros sentidos. No projeto consta a troca do nome do açude para Parque Bodocongó, sendo prevista a construção de ciclovias, pista de cooper, restaurantes, quiosques e orquidário.³¹² Tal projeto tem levantado certa polêmica por ambientalistas

310 <http://campinagrandepb.com.br/sesuma-realiza-limpeza-e-demolicao-no-antigo-hospital-joao-ribeiro/>

311 http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/98746_romero-anuncia-mutirao-em-campina-grande

312 <http://www.ideme.pb.gov.br/index.php/noticias/712-urbanizacao-do-acude-de-bodocongo-podera-comecar-ainda-neste-semester.html>

da cidade: os movimentos “comitê revitalização Açude de Bodocongó” e “Viva Bodocongó”, querem maiores informações, querem discutir o projeto dentro e que as leis ambientais sejam respeitadas. Já nos anos setenta os empresários que tinham suas indústrias próximas ao Açude também temiam sua extinção.³¹³

Em abril de 2013, o presidente da Câmara Municipal, Nelson Gomes Filho, apresentou um requerimento solicitando ao prefeito a restauração do Parque Evaldo Cruz, dizendo, entre outras coisas, que: “Antigamente o parque era visitado pelas famílias com suas crianças e hoje está tendo o local desvirtuado, necessitando a intervenção do Poder Público”.³¹⁴ No mesmo mês, outro projeto me chamou atenção e me fez lembrar dos anos pesquisados: o Projeto de Mobilidade Urbana, que se mostrou como novo, prevendo o alargamento da Avenida Canal, a qual já foi realizada, o que já havia sido pensado nos anos 1970, quando da construção do canal.³¹⁵

São alguns sonhos, numa cidade carente de áreas verdes e de espaços públicos de lazer, quantos desses serão realizados? Não sabemos.

Hoje, porém, acredito que vivi na minha pesquisa aquilo que os planejadores das cidades vivem, na maioria das vezes, no seu ofício: planejar e não conseguir realizar as obras das formas tais como foram sonhadas. Aqui, a história de uma cidade, de seus planejadores, de uma aspirante a historiadora se cruzam, muitas coisas existem apenas nos sonhos. E assim como a vida nas cidades, nos planos sobre a cidade, o estudo mostrou-se imprevisível. Mas, por isso mesmo, fascinante.

Durante o período em que estive longe da escrita, não passei uma vez sequer pelo Parque Evaldo Cruz sem contemplá-lo. E sempre dizia: *parquinho, parquinho, estás me dando trabalho*. Um fato me incomoda ali, a quase ausência de vivenciadores. Aquele lugar fica a maior parte do tempo vazio; em alguns dias da semana, um grupo de jogadores de Capoeira utiliza a sua calçada para praticar o esporte; poucas pessoas caminham por lá. Na maior parte das vezes aquele lugar parece ser apenas o meio do caminho para qualquer outro destino; poucos fazem do Parque o seu ponto final, o seu ponto de chegada.

Numa tarde de tarde de janeiro de 2014, quando eu ainda relutava e de fato ainda não havia escrito as considerações finais, que mesmo não existindo em materialidade, não saíam da minha cabeça e faziam parte do meu dia-dia,

313 <http://nossobodocongo.blogspot.com.br/search?updated-max=2013-11-19T18:01:00-08:00&max-results=3>

314 <http://www.rogeriofreire.com/blog/?m=201304&paged=4>

315 <http://www.grandecampina.com.br/2013/04/confira-detalhes-do-projeto-de.html>

passando pelo Açude Velho, outro espaço que me encanta e arrasta o meu olhar nessa cidade, pelo seu dinamismo, pela multiplicidade de vivenciadores, vi uma cena que me fez lembrar do Açude Novo e daquilo que eu havia escrito, principalmente no primeiro capítulo.

No primeiro momento fiquei eufórica, pois há muito tempo não havia presenciado ninguém vivenciando o Açude Velho daquela maneira, uma cena linda. Dois meninos, um de cueca e outro completamente despido, mergulhavam no Açude. Uma alegria que só a infância poderia permitir. Aqueles dois meninos mergulhavam num só tempo e ao mesmo tempo, mostrando-me tempos distintos numa mesma cidade. Pareciam mergulhadores profissionais, brincavam e se divertiam, nadando naquelas águas. Pude e suspendi naqueles instantes e de forma inconsciente a condição de insalubridade daquelas águas. Apressei-me em de longe fotografar, momentos de alegria, para mim e para aquelas crianças. Nenhum responsável vigiando, nenhum adulto por perto, ninguém. Estavam livres para brincar a seu modo. Fui embora, me senti uma intrusa, eles seguiram mergulhando.



Figura 30: Meninos no Açude Velho em 2014 (acervo pessoal)

Naquele mesmo instante, pessoas bebiam, tomavam água de coco, namoravam, pescavam, falavam ao celular, caminhavam, todos na mesma cidade, em seu próprio mundo e tempo, um verdadeiro emaranhado de tempos sociais. Aquelas cenas me chamaram atenção para a multiplicidade de tempos e sentidos dados ao espaço e as práticas.

Segui em frente e mergulhei em meus pensamentos, pensei nos meus filhos, nas nossas brincadeiras, nas minhas preocupações com os seus lazeres, na superproteção. Naquele mesmo dia meus filhos estavam mergulhando em águas limpas, devidamente vigiados por adultos. Pensei no meu medo de passear com eles ao redor do Açude Velho.

Águas distintas, tempos distintos, espaços distintos, infâncias distintas, num mesmo instante, na mesma cidade. Aquilo tudo me levou a mergulhar novamente nas águas do Açude Novo e do Parque Evaldo Cruz, de como aquele lugar, hoje, não vem sendo vivenciado como sonhavam seus planejadores, alias as vivencias estão cada vez mais escassas.

Como disse, aquilo me fez pensar na produção histórica do Parque do Açude Novo, na necessidade que a cidade tinha, em querendo se estabelecer como pólo industrial e turístico, em oferecer em seu corpo espaços de integração numa ampla área de lazer. Ainda mais, me mostrou como é promissor prosseguir na investigação, em pesquisas futuras, tentando entender as vivências que foram tornadas possíveis naquele espaço pelas pessoas, as diversas apropriações de que ele foi e vem sendo objeto. Pensar também do porque que aquela área, antes tornada central, vem, ao longo dos anos, deixando de ser prioritária para a cidade.

As transformações urbanísticas, concretizadas nos anos de 1970, naquela área do Açude Novo, refletem os desejos de uma parcela da cidade, sinalizam para as vivencias que desejavam dar aos corpos na cidade e ao tempo desses corpos, na mesma medida que escondem ou desejam esquecer tantas outras vivências da cidade.

Pareceu-me ser fundamental, a partir da leitura da crônica de Celso Pereira, onde ele dizia que aquelas águas diziam muito da própria história da cidade, historicizar aquela espacialidade, para só então pesquisar sobre seu planejamento. E ao longo da pesquisa em livros e em jornais fui percebendo a importância e os múltiplos sentidos dados aquela espacialidade ao longo de sua inscrição na cidade, desde muito tempo até a inauguração do Parque do Açude Novo.

Por fim, cabe lembrar que os sonhos, planos, ações e experimentações feitas pelos corpos, enrugados por tantas curvas da cidade antiga, e corpos lisos

e rápidos adaptados às grandes retas das avenidas modernas, são as histórias das cidades. Elas, as histórias são realizações de sonhos dos quais alguns deles são materializados em equipamentos, tais como o Parque do Açude Novo, que naquele momento, foi construído sob uma lógica de disciplinar os corpos a partir dos espaços, aquele espaço estava comprometido com uma lógica de controlar o crescimento da cidade, de “adestramento” e de produtividade dos corpos (com hora específica para o lazer), na medida em que queria afastar os corpos dos lazes pouco sadios, fazendo do lazer algo justificado, ou seja, um meio, um instrumento lúdico utilizado para a promoção de uma retomada dos corpos dos vivenciadores da cidade no seu tempo livre, o qual poderia ser direcionado ao de ócio, tão combatido pela lógica capitalista.³¹⁶

Aquelas novas tatuagens no corpo da cidade modificaram significativamente o cenário e apontaram novas possibilidades de usos àquele lugar. Propostos como a concretização de uma paisagem urbana mais bonita, sadia, de acordo com os parâmetros do urbanismo moderno que deseja, pelo menos, no discurso, melhorar a vida nas cidades. Os novos espaços colocaram à disposição dos habitantes da cidade, ou dos visitantes, múltiplas opções de lazer, delimitando as possibilidades de viver, sentir e usar o corpo no espaço urbano público da cidade. E o que é mais representativo, estava ali, a concretização de um sonho, o qual simbolizava vida nova para a cidade.

Com a construção dos novos espaços, aterrou-se concretamente um Açude dito disforme e feio, um lugar sujo, perigoso, cuja identidade se desejava negar naquele momento. Era naquele momento, um “não-lugar” porque há muito tempo os poderes públicos só conseguiam olhar pra ele e pensar no que ele poderia ser, pensar em que ele poderia ser transformado. A cidade, como um todo, também passava por essa dimensão, passado o período de “pessimismo”, olhava-se para ela, mas não a enxergavam, olhavam pensando no que ela poderia se tornar, sonhando com outras Campinas Grandes.

Fizeram surgir a materialização de um sonho simbolicamente a esperança da cidade perfeita, pensada e planejada minuciosamente. Deram vida a um corpo de concreto, uniforme, de contornos leves, bonitos e devidamente projetados com identidades inventadas. Gestaram, portanto, lugares funcionais para lazes, se não sadios, pelo menos vigiados na cidade.

Sólido, feito de concreto, o Parque parece, visto de longe, intocável. A dureza de seus monumentos, muitas vezes, sugeria não conceber mudanças, uma

316 Cf. SANT’ANNA, Denise B. de. *O prazer justificado*.

vez que foram, realmente, pensados e projetados para durar. Os corpos que por ali passam parecem ser moldados por suas formas. Porém, o Parque do Açude Novo visto de perto, parece ser retocado a cada movimento, a cada gesto de seus transeuntes que vem ao longo dos anos vivenciando-o, experimentando-o e transformando-o, cada um, a seu modo, fazendo do Parque, de uma cidade, inúmeros e distintos outros Parques e outras cidades. A própria ausência de vivenciadores quer nos dizer algo sobre a cidade.³¹⁷ Como afirma Antonio Paulo Rezende, sendo “obra dos sonhos, medos e desejos, as cidades não podem ser entendidas com imagens petrificadas.”³¹⁸ Além disso,

A cidade está sempre em movimento. Um movimento que é impossível de ser percebido na sua totalidade e que não tenha talvez um sentido comum. Ou as coisas, ou os homens mudam. A fragmentação toma conta da cidade moderna, na medida em que cresce nela a idéia de que se pode sempre aperfeiçoá-la. Ela não cessa, então, de ser reconstruída, cria-se uma obsessão. A imagem que se tem dela passa a ser modificada constantemente, a dialética entre o novo e o velho ganha dimensões incríveis.³¹⁹

É por ser demasiadamente humana, por fazer parte dos sonhos e pesadelos daqueles que a projetaram e a vivenciaram, é também por em cada momento da história, os corpos dela se apropriarem de maneira singular e, muitas vezes, distintas daquelas sonhadas por seus planejadores, que a cidade e os espaços construídos e modificados se apresentam como um objeto complexo e fonte inesgotável para uma história das sensibilidades.³²⁰

Sonho com a possibilidade de fazer uma história das alegrias, na qual a trama seja tecida por boas vivências naquela espacialidade, porque a vida e a historiografia precisam ter mais da força e da beleza do riso e da felicidade.

317 Cf. CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

318 REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) Encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: Governo do Estado; Secretaria de Cultura; FUNDARPE, p. 23.

319 Op. Cit., p. 24.

320 Cf. MAGALHÃES, Beatriz de Almeida & ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte**. Um espaço para a República. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

FONTES

Jornal da Paraíba, 1971-1976

Diário da Borborema, edições diversas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Código de Posturas. 1952.

MOTTA FILHO, Luiz. Considerações sobre a administração no Município de Campina Grande – Biênio 1970/1972

MOTTA FILHO, Luiz. Relatório Síntese da Interventoria Federal no Município de Campina Grande no período de 15 de julho de 1970 a 31 de janeiro de 1973

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Programa Trienal de Ação, 1974 s/p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 1975 s/p.

ANUARIO DE CAMPINA GRANDE, 1981

ANUARIO DE CAMPINA GRANDE, 1980

CAMPINA GRANDE. **Perfil do Município**. Campina Grande, PB: COPLAN, 1984.

SITES

<http://campinagrandepb.com.br/sesuma-realiza-limpeza-e-demolicao-no-antigo-hospital-joao-ribeiro/>

<http://cgretalhos.blogspot.com.br/>

<http://nossobodocongo.blogspot.com.br/search?updated-max=2013-11-19T18:01:00-08:00&max-results=3>

<http://www.grandecampina.com.br/2013/04/confira-detalhes-do-projeto-de.html>

<http://www.ideme.pb.gov.br/index.php/noticias/712-urbanizacao-do-acude-de-bodocongo-podera-comecar-ainda-neste-semester.html>

http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/98746_romero-anuncia-mutirao-em-campina-grande

<http://www.rogeriofreire.com/blog/?m=201304&paged=4>

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Ed. Fac-Similar, 1993.

ARAUJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso. A construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFCG; PPGH, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOLAFFI, Gabriel. Planejamento urbano: reflexão sobre a experiência recente. **Novos Estudos Cebrap**, 4, 1982.

- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande: UFCG, 2009.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.
- CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864)**. Campina Grande: Edições Caravela, 2006.
- CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade**. O processo de requalificação urbana de Campina Grande. (1970-2000). Tese. Doutorado em Sociologia. UFPB: PP-GCS, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Carta de Atenas. In. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>, p. 27 e 29.
- CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 97-110.
- CORBIN, Alain. Dores, sofrimentos e misérias do corpo. In. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques & VIGARELLO, Georges. (dir.) **História do corpo**. 2. Vol. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 267-343.
- FERREIRA, Mauro. **Planejamento urbano nos tempos do SERFHUAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca**. Tese de Doutorado. São Carlos: USP, 2007.
- GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAES, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri. (orgs.) **A Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosacnaify, 2011, p. 341-358.
- GONÇALVES JR., Antonio. **O que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. Planejamento Urbano em Campina Grande: Alcance e Limitações. Revista **Unipê**. V. 2, n. 3. JP:1998, p. 128.
- LE CORBUSIER. **Os três estabelecimentos humanos**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LIMA, Antonio Aquilino de Macedo. **Nordeste: aspectos macroeconômicos das cidades de porte médio**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste. Grupo de Estudos de Demografia e Urbanização, 1978.
- LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP; Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2004.
- LIMA, Elizabeth C. A. **A fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano**. João Pessoa, PB: Idéia, 2002.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida & ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte**. Um espaço para a República. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MELO, Victor Andrade de. (org.) **Lazer – olhares multidisciplinares**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MELO, Victor Andrade. Contribuições da história para o estudo do lazer. In. _____. (org.) **Lazer – olhares multidisciplinares**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MESQUITA, Liana de Barros et al. **Uma política de atuação para os aglomerados subnormais do Nordeste**. Recife, SUDENE-DRH, 1971.

MONNIER, Gérard. **Le Corbusier**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. etc..., **espaço, tempo e crítica**. Nº 1(4), VOL. 1, 15 de junho de 2007.

MOTTA FILHO, Luiz. Testemunho (Recife, 17/08/2006). In. LACERDA JUNIOR, Jônatas Araújo & LIRA, Agostinho Nunes da Costa. **Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2012, p. 217.

NASCIMENTO, Uelba. **O Doce Veneno da Noite: prostituição e Cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. 1. ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

Ó, Alcides Albuquerque do. **Campina Grande: história & política. 1945-1955**. Campina Grande: Edições Caravela/NCP, 1999.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso: PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande. 1970-1976**. Dissertação de Mestrado. Recife, PE: UFPE; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2005.

OLIVEIRA, Maria José. Emblemas da modernidade campinense. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz. (org.) **Imagens multifacetadas de Campina Grande**. Campina Grande, PB: PMCG; Secretaria da Educação, 2000, p. 168-178.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. **História**, Franca, v. 29, n. 2, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 19 jan. 2014.

PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In. _____ & SOUZA, Célia Ferraz de. (Orgs.) **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, p. 25-38.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº 53, jan-jun., 2007, p. 11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In. _____ et al. (orgs.) **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 99-122.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In. _____ & LANGUE, Frédérique. (orgs.) **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 09-21.

PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o livro do passado**. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. São Carlos, SP: USP, Escola de Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Dissertação de Mestrado): 2008.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) Encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: Governo do Estado; Secretaria de Cultura; FUNDARPE, 1997.

- REZENDE, Antonio Paulo. As seduções do efêmero e a construção da história: as múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo. In. ERTZOGUE, Marina H. & PARENTE, Temis Gomes. (orgs.) **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 35-55.
- RIBEIRO, Martha Lúcia. Política urbana em Campina Grande (1964-1990). **Nordeste em Debate** n.2.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SANT'ANNA, Denise B. de. **O prazer justificado**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.
- SANT'ANNA, D. Bernuzzi de. **Cidade das Águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- SECCHI, Bernardo. **A cidade do século vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA JUNIOR, Geraldo Francisco. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In. OLIVEIRA, Roberto veras de. (org.) **Campina Grande em debate**: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEPB; EDUFCG, 2009, p. 11-33.
- SILVA, Hilmária Xavier. **A invenção de um lugar**: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira. Dissertação. UFCG: PPGH, 2013.
- SILVA, Jairo Bezerra & RAMALHO, Deolinda de Sousa. Acesso à água e diferenciação social: um estudo sobre o racionamento de água em Campina Grande-PB. **Ariús**, n.10, 2001, p. 59-63.
- SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade**. Campina Grande – 1920/1945. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História (Tese de Doutorado): 2001.
- SOUSA, Katyuscia Kelly Catão de. **Luzes e olhares costurando corpos**: moda e modernização em Campina Grande. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. UFCG; CH; UAHG; Curso de História, 2005.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Lazer e desenvolvimento em uma cidade de porte médio entre as décadas de 1950 e 1960 do século XX. In. _____ . (org.) **Cidades médias do Brasil na historiografia contemporânea**. EDUFCG; EDUFCE; 2012.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese de Doutorado. Recife, PE: UFPE; CFCH; Programa de Pós-Graduação em História, 2002.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Por uma vida menos infame. In. _____ . (org.) **Populares na cidade**. Vivências de trabalho e lazer. João Pessoa: Idéia, 2011, p. 81-107.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a Política Urbana Brasileira: Uma Contradição Evidente. In: **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.
- VERAS, Cassandra. **O espelho de narciso**. Uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Campina Grande, PB: UFPB; Curso de História (Monografia de Conclusão de Curso): 1988.
- VIDAL, Laurent. Alain Corbin o prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49, jan. 2005.
- VIZIOLI, Simone Helena Tanque. **Planejamento urbano no Brasil**: a experiência do SER-FHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU, 1998.
- WILHEIM, Jorge. **Cidades**: o substantivo e o adjetivo. São Paulo: Perspectiva, 2003.